

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bernardo Élis: de Corumbá de Goiás ao mar.

GABRIEL DE PAULA

Goiânia
2014

GABRIEL DE PAULA

Bernardo Élis: de Corumbá de Goiás ao mar.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em História na Universidade Federal de
Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre
em História.

Linha de pesquisa: Poder, sertão e identidades.

Orientadora: Dra. Maria Amélia Garcia de Alencar.

Goiânia
2014

Gabriel de Paula

Bernardo Élis: de Corumbá de Goiás ao mar.

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes professores:

Dra. Maria Amélia Garcia de Alencar (UFG)
Presidente

Dr. Noé Freire Sandes (UFG)
Membro

Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira (UEG)
Membro

Dr. Élio Cantalicio Serpa (UFG)
Suplente

À memória do meu avô, que apresentou-me o sertão.

Agradecimentos

À Profa. Maria Amélia Garcia de Alencar, pela orientação que ultrapassou os limites da dissertação, sendo fundamental na minha formação desde o período da graduação.

Ao Prof. Noé Freire Sandes, pelos valiosos comentários no exame de qualificação e pelo aceite para a defesa da dissertação.

Ao Prof. Eliézer Carsdoso de Oliveira, pelo aceite na participação na defesa.

À Profa. Albertina Vicentini Assumpção, pela leitura atenta e comentários precisos no exame de qualificação.

Aos professores Carlos Oiti Berbet Júnior e Cristina de Cássia Pereira Moraes pelas estimulantes aulas no curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Goiás.

Ao amigo Rogério Lustosa, pelas conversas e discussões sobre a História e o ensino de História.

Aos colegas que caminham na dura jornada da educação.

Ao pessoal do Centro de Documentação da Unicamp, pela valioso trabalho de manutenção do arquivo de Bernardo Élis e principalmente pela gentileza em ajudar no árduo trabalho da pesquisa em arquivos.

Á todos os membros de minha família, em especial minha mãe e avó, fundamentais na longa caminhada da vida.

À Fernanda Palma, pela paciência e compreensão.

Enfim, ao meu pai.

“Da cidade de outrora, só restava uma meia dúzia de casas velhas, sujas, arruinadas, tocaiando o tempo, na dobra da serra imensa. E na embriaguez do silêncio puruleno de ruínas; lembrava glórias mortas, tropel de bandeiras, lufalufa dos escravos minerando nos arredores auríferos.” Bernardo Élis.

RESUMO

A dissertação tem como objeto central o escritor goiano Bernardo Élis (1915-1997), único representante do estado de Goiás na Academia Brasileira de Letras. De acordo com as leituras da crítica literária um exemplo da chamada literatura regionalista. A posição de Goiás como periferia e fronteira foi responsável pela criação de leituras negativas sobre o espaço e seus habitantes. Acreditamos que Bernardo Élis foi um dos responsáveis por inverter a lógica do discurso. O sertão estava agora sendo representado por um olhar interno. Tendo partilhado do discurso marxista, Bernardo Élis utilizou sua literatura como instrumento de denúncia social. Partindo do campo intelectual em Goiás nas décadas centrais do século XX, buscamos identificar o papel exercido por Bernardo Élis e principalmente sua posição de representante da literatura goiana e do estado de Goiás.

Palavras-chave: Bernardo Élis, sertão, fronteira, intelectual e região.

Abstract

The thesis has as its main subject, the renowned Brazilian writer from Goiânia, Bernardo Élis (1915-1997). He was the only representative member of the Brazilian Academy of Letters (a non-profit literary society) to come from the state of Goiás. According to distinguished literary critics, he was indeed an eminent name in regionalist literature. Goiás position as periphery and frontier is responsible for the negative image about the land and its people. We believe that Bernardo Élis played an immense role and was partially responsible to change this perception. The "sertão" (backlands) was now being represented and viewed through an internal look. The writer, being a believer of the Marxist philosophy, used his literature as an instrument for social criticism. Basing on the intellectual references of the twentieth century, we try to identify and understand the role Bernardo Élis played as a writer and most importantly, the position he occupied as an ambassador of Goiânia's and the state of Goiás literature.

Keywords: Bernardo Élis, backlands, border, intellectual and region.

Lista de imagens

Imagem 1: Caricatura de Bernardo Élis (CEDAE-UNICAMP)	p.17
Imagem 2: Bernardo Élis em sessão de autógrafo (Acervo particular)	p.40
Imagem 3: Bernardo Élis e autores goianos (Acervo particular).....	p.41
Imagem 4: Bernardo Élis em dia de lançamento na Livraria Oió.....	p.42
Imagem 5: Viagem para o leste Europeu (CEDAE - UNICAMP)	p. 75
Imagem 6: Eleição de Bernardo na ABL (Acervo O Popular)	p.97
Imagem 7: Carta de Bernardo Élis (CEDAE-UNICAMP)	p.101
Imagem 8: Carta de Bernardo Élis (CEDAE-UNICAMP)	p.103

Lista de siglas

ABL : Academia Brasileira de Letras.

AGL: Academia Goiana de Letras.

CEDAE: Centro de Documentação Alexandre Eulálio.

DM: Diário da Manhã.

GEN: Grupo de Escritores Novos.

IEL: Instituto de Estudos da Linguagem.

JO: Jornal Opção.

RM: Remate dos Males.

UBE: União Brasileira de Escritores.

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	11
CAPÍTULO 1: Caminhos ermos.	17
1.1- <i>A poeira dos (des)caminhos:</i>	17
1.2- <i>Uma vida de histórias:</i>	21
1.3- <i>“A vida são as sobras.”</i>	27
1.4- <i>A livraria Oió, as letras e Goiás:</i>	40
CAPÍTULO 2: O INTELLECTUAL DE FRONTEIRA	46
2.1- <i>Leituras intelectuais sobre os intelectuais:</i>	51
2.2- <i>A busca de um perfil.</i>	53
2.3- <i>Os descaminhos de uma vida sertaneja</i>	55
2.4- <i>A enxada, o rifle, o sertão e a ideologia.</i>	72
CAPÍTULO 3: UM ESCRITOR POR GOIÁS E DE GOIÁS.	79
3.1- <i>Campo intelectual em Goiás.</i>	79
3.2 - <i>A federalização do escritor.</i>	86
3.3- <i>O intelectual de Goiás.</i>	104
Considerações Finais	114
FONTES	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	118

INTRODUÇÃO:

“Quem se der o trabalho de examinar a história de Goiás ficará impressionado com a falta de memória histórica sobre seus principais vultos” (ÉLIS, 1987, p.4). A frase anterior bem poderia ser obra de um historiador profissional. A capacidade de uma leitura crítica sobre os silêncios da história, não é de fácil percepção para todos. O processo demanda não apenas sagacidade. Necessita antes de tudo de um profundo conhecimento sobre o passado. A transformação do tempo natural em tempo histórico é marcada pela tentativa de dominação e controle sobre o tempo. O conhecimento histórico é a domesticação e mediação com o passado e o tempo. (RÜSEN, 2010).

Uma leitura sobre a história de Goiás evidencia de maneira evidente que a reconstrução do passado, foi marcada por dois tipos básicos de deslocamentos. O primeiro deslocamento seria o espacial. Explico: os relatos dos viajantes europeus do século XIX marcam uma leitura eivada pela alteridade. O olhar exterior, isto é, europeu, não consegue se adaptar às vicissitudes do espaço/realidade goiano e reproduzem visões estereotipadas sobre o real. A leitura não se faz mimética, mas subvencionada pelo estranhamento. Uma Europa *moderna* não seria capaz de entender uma América *atrasada*.

O segundo deslocamento seria o temporal. Não é condição vital que essa postura seja construída por agentes externos, como o caso dos viajantes europeus. Pensamos aqui as leituras internas: cronistas, jornalistas, historiadores, sociólogos, presidentes de província, governadores e outros. A capacidade de aceitação do tempo presente é um processo penoso para as gerações. A fuga pode escapar por dois sentidos: a idealização do passado e a expectativa de futuro, isto é, o horizonte de expectativa¹ (KOSSELECK, 2006).

O passado da mineração do século XVIII, analisado pela ótica posterior, seria uma terra de oportunidades, onde o ouro foi a redenção do sertão. Tal leitura já foi duramente combatida por autores como Laura de Mello e Souza (1982).

Contudo as leituras que buscam projetar o futuro, ainda se fazem presentes. Na tentativa de superar o passado de atraso e decadência, em particular o intervalo do século XIX, algumas leituras fazem questão de evidenciar o moderno: a construção de Goiânia, a estrada de ferro, a construção de Brasília, a arquitetura moderna da nova capital de Goiás etc.

¹De acordo com Koselleck (2006, p308) as categorias históricas de *experiência* e *expectativa* são fundamentais para se buscar um contato entre o passado e o futuro. “São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”.

Em nossa leitura tal deslocamento é uma fuga. São táticas de convencimento próprio. O anacronismo pacifica a consciência histórica e joga momentos do passado no esquecimento. Nada mais lógico: a não aceitação do atraso é perfeitamente realizável pela seleção das memórias e histórias do passado que caminham em sentidos opostos. Exemplo de interpretação que opera esse deslocamento é a obra *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade* (1997), de Nasr Chaul. Em arguta reflexão, Sandes (2002, p.29) diz: “a relativização da crise como elemento ordenador da região é parte de uma estratégia de leitura historiográfica comprometida com o futuro.”

Nesse sentido, na tentativa de estabelecer uma breve leitura sobre a história de Goiás, nosso objetivo na dissertação é lançar luz sobre o escritor goiano Bernardo Élis. Nosso eixo analítico passa pela história dos intelectuais (RODRIGUES DA SILVA, 2002), na tentativa de tentar identificar o tipo possível de intelectual formado em Goiás, lembrando ser o estado um espaço não plenamente inserido na dinâmica nacional, em particular nas primeiras décadas do século XX.

Tentaremos apresentar que o imaginário criado sobre o sertão estava invariavelmente marcado por juízos depreciativos (TRINDADE, 1999). A história do pensamento social brasileiro evidencia que as antinomias foram elementos constitutivos da identidade nacional. Sertão e litoral, progresso e atraso, modernidade e arcaísmo formam elementos que além de criarem estereótipos² pejorativos, em várias circunstâncias foram assimilados como elementos de pertencimento e identidade. Passagem elucidativa sobre tais estereótipos é marcada por Gilberto Mendonça Teles (2009, p.222), ao ser perguntado certa vez se em Goiás, se estudava literatura. Transcrevo o diálogo:

“Ó goiano, lá em Goiás se estuda literatura?” Eu, muito seriamente, tomei aquilo como ofensa e lhe respondi: “Não estudamos muito bem, não, mas lemos muitas coisas ruins que escrevem por aí; [...]”

Além da sagacidade de Gilberto Mendonça Teles, está evidente a imagem assimilada sobre Goiás. Vale ressaltar que tal passagem marca um momento histórico preciso: a década de 1960. Faço a leitura histórica para perceber um anacronismo: a década de 1960 corresponde então uma passagem de trinta anos sobre a construção de Goiânia e já marca o

²De acordo com Bhabha (2007) os estereótipos são importantes marcas da dominação e eficientes tecnologias de poder. Partindo de uma análise sobre os estereótipos criados na era do neocolonialismo, Bhabha evidencia que os discursos de dominação exercem um poder decisório nas estruturas de poder. Em nosso caso, mediante uma analogia, acreditamos que o estado de Goiás em vários momentos é marcado por esses discursos estereotipados que são ferramentas de poder.

nascimento de Brasília. Teria o sertão sido de fato reinterpretado pelo crivo da modernidade? Aparentemente ao olhar do “amigo” de Gilberto Mendonça Teles é evidente que não.

Quais seriam então as possíveis saídas historiográficas para não se cair nas armadilhas da *idealização do passado* e também de análises comprometidas com o futuro (progresso)? Nosso intento é tentar compreender o processo histórico tentando nos distanciar dessas leituras anacrônicas e principalmente lançar um olhar historiográfico tendo como intérprete um arguto entendedor da situação goiana que era Bernardo Élis. Sabemos que é inerente à produção do saber historiográfico o seu caráter lacunar e provisório. São representações do passado que passam pela escrita da história. O fato histórico é fruto de uma construção operada no campo da linguagem (VEYNE, 2008).

Elaborando o tecido de nossa dissertação, partimos de um primeiro capítulo preocupado em perceber primeiro a validade da *biografia* como elemento de interpretação da história. Contudo, justiça seja feita, bem sabemos as armadilhas do caminho. Tentamos escorregar e nos distanciarmos do culto personalista ou de leituras comprometidas com o caráter pronto e acabado do gênio literário (BOURDIEU, 2011). O universo positivista que buscava a essência do escritor a partir de uma filosofia do sujeito inviabilizava as interações possíveis do indivíduo com o meio. Em toda obra, dois conceitos serão ferramentas de leitura recorrentes: o conceito de *habitus* e *campo intelectual*. Ambos, frutos das reflexões de Pierre Bourdieu (2010).³

Continuamos ainda no primeiro capítulo uma interpretação social sobre o espaço formador de Bernardo Élis: a família e o sertão goiano. Buscando fugir do reducionismo e do determinismo social e geográfico, percebemos que em pleno sertão goiano na década de 1920 e 1930, na pequena cidade de Corumbá de Goiás, existia um diálogo com o mundo, tendo como mediador o interesse literário do pai de Élis. Outro ponto importante é a consciência de Bernardo Élis sobre a condição de elite de sua família, Fleury Curado Jardim, porém também subjugada pela condição de viventes de uma situação de fronteira. O sertão goiano em toda a sua miséria e isolamento não foi um fato de veto ao mundo exterior, Élis conseguiu operar um deslocamento que lhe deu cabedal intelectual para fazer leituras precisas sobre a realidade goiana. Elemento importante nessa operação foi sua mudança para Goiânia e sua inserção no campo *intelectual e político* da nova capital, tendo como suporte os quadros do funcionalismo público (MICELI, 2001) e da revista *Oeste*. Se pela *Marcha para o oeste* o sertão era

³O conceito de *habitus* Pierre Bourdieu (2010) foi uma importante tentativa teórica de se criticar e buscar romper com a lógica estruturalista de uma natureza humana inerente e universal. O sujeito foi colocado como ator de suas ações. Já a leitura de *campo intelectual* parte do pressuposto de que o campo de produção é um espaço social movido por relações objetivas (Bourdieu, 2010).

dominado e domesticado, intelectuais como Bernardo Élis operavam um caminho misto: de penetração no imaginário do sertão e sua projeção para além dos limites regionais. Buscamos também evidenciar a existência de um campo literário (BOURDIEU, 1996) com o suplemento literário Oió e finalmente o Grupo de Escritores Novos (GEN), ambos na década de 1960.

O segundo capítulo apresenta a questão central do intelectual de fronteira. Não buscaremos uma compreensão do conceito de intelectual a partir da clássica leitura de Gramsci (1982).⁴ Vamos operar uma tentativa de interpretação particular de Bernardo Élis, tendo como suporte os estudos culturais. Acreditamos ser o sertão um espaço de fronteira, porém partimos da premissa que a fronteira pode ser espaço de contágio e trocas. Local criador de realidades outras e polimorfas. A fronteira, distante da ótica econômica, seria então espaço não apenas de separação, mas também de integração. O sertão como fronteira seria um espaço de deslizamentos, isto é, elaborador de condições próprias de vivência, sem a mera reprodução mimética do visto e conhecido. (BHABHA, 2007). A literatura de Bernardo Élis e em particular sua versatilidade como intelectual, permitiam essa movimentação típica da fronteira. Acreditamos que um elemento central nessa mobilidade tenha sido seu engajamento no marxismo e sua adesão ao Partido Comunista Brasileiro na década de 1940. Vale ressaltar que outros autores como Jorge Amado e Graciliano Ramos, já operavam adesão semelhante (BARBOSA, 2010). Contudo acreditamos no caráter multifacetado de Bernardo Élis e sua capacidade de operar movimentos e a inserção de Goiás em outros campos de recepção, estabelecendo não uma leitura ilusória, mas real e viva sobre o sertão e o ser goiano.

O terceiro capítulo parte inicialmente de uma tentativa de composição e observação do campo intelectual (BOURDIEU, 2011) em Goiás no decorrer das décadas de 1940 até meados de 1960. A possível autonomização do campo intelectual em Goiás não foi plenamente operada. Nesse sentido a dependência em relação ao estado se faz presente de forma perene. Uma relação de reciprocidade entre estado e *intelligentsia* se materializa. O primeiro mediante o mecenato e o segundo com os argumentos necessários para a perpetuação do poder simbólico:

As ideologias são sempre *duplamente determinadas*, - que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem [...], mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção [...] – é possuir o meio de evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que eles

⁴ Concordamos com a posição de Gramsci (1982) que ser *intelectual* não é um caráter exclusivo dos homens de letras e que se trata de uma ilusão a crença na postura autônoma dos intelectuais. A não utilização das teorias de Gramsci se mostra pela crença no caráter distinto de Bernardo Élis enquanto intelectual. De forma clássica, Élis seria um *intelectual orgânico*, porém operamos uma ampliação da leitura, ao realizarmos a proposta de um intelectual de fronteira. O sertão goiano opera a possibilidade de criação de novas e diversas realidades, distintas daquelas expostas por Gramsci no caso da Itália.

servem [...] sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades auto-suficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiologia). (BOURDIEU, 2010,p.13)

As relações atuantes no campo intelectual em Goiás servem também como elemento de demonstração da existência de tal campo, mesmo que de forma incipiente. A criação de uma sucursal da União Brasileira dos Escritores⁵ (UBE) em Goiás e a aproximação com o governo do estado de Goiás permitiram os passos do campo intelectual e literário.

Em um segundo momento, ainda no terceiro capítulo, buscamos identificar um processo de “federalização” do escritor. Partimos de uma premissa simples: Bernardo Élis foi incorporado pelas estruturas sócio-políticas em Goiás como representante cultural do estado. Em nosso percurso identificamos que os usos de sua imagem e particularmente de sua literatura e entrada na Academia Brasileira de Letras em 1975, serviram a um propósito de restaurar uma possível identidade goiana e resgatar a pretensa modernidade, que havia sido aparentemente alcançada com Goiânia, mas com a construção de Brasília uma nova sombra se abateu sobre nosso estandarte de modernização. Percebe-se uma luta discursiva e simbólica para a concretização de um estágio onde o atraso finalmente estaria superado. A imortalidade da Academia Brasileira de Letras e a adesão de Bernardo Élis seria um alento para tal vontade de modernizar-se. Por fim, a última parte do terceiro capítulo, os caminhos para a “federalização” do autor alcançam a década de 1980 e 1990. Em meio ao processo de redemocratização do Brasil no ano de 1987, o governo do estado de Goiás realiza campanha para a eleição de Bernardo Élis como vencedor do prêmio Juca Pato, de intelectual do ano. A aproximação das estruturas de poder e o campo literário são estabelecidas entre o governo de Goiás e a União Brasileira dos Escritores – seção Goiás. No mesmo ano, ocorre a publicação da obra completa de Bernardo Élis, em cinco volumes, chamada de *Alma de Goiás*. O título é sugestivo: não era apenas a obra de um escritor. Era principalmente a voz, um “eu lírico” da *goianidade*. Bernardo Élis era o escritor de uma região e de um povo: Goiás e os goianos.

Porém no decorrer da década de 1990, mais precisamente em 1997, Bernardo Élis faleceu. Teria a “alma de Goiás” sobrevivido? A memória do escritor vai sendo

⁵A Associação Brasileira de Escritores (A.B.D.E.) surgiu em São Paulo, depois foi para outros Estados, como Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco. Em 14 de abril de 1945 foi fundada aqui por um grupo de idealistas que se reunia à sombra de um pequizeiro na Avenida Goiás. O escritor Cristiano Coutinho Cordeiro foi o 1º presidente. Em 15 de agosto de 1962 transformou-se em União Brasileira de Escritores-Seção Goiás. No período de 1945 a 2010 a UBE-GO teve os seguintes presidentes: Cristiano Coutinho, Bernardo Élis, Eli Brasiliense, José Bernardo Félix de Sousa, Oscar Sabino Júnior, José Décio Filho, Gilberto Mendonça Teles, Haroldo de Brito, Waldomiro Bariani Ortêncio, Modesto Gomes, Jaime Câmara, Miguel Jorge, Aidenor Aires, Luiz Fernando Valadares, Kleber Adorno, Brasigóis Felício, Geraldo Coelho Vaz, Iuri Rincon Godinho, Ubirajara Galli, Luiz de Aquino, Maria Luísa Ribeiro e Edival Lourenço, atual presidente. Extraído de: <<http://www.ubebr.com.br/pagina/quem-somos>>.

gradativamente colocada no esquecimento, com ela a relação com o passado, tradição e a história vão caminhando para a dissolução. O autor de Goiás aparentemente foi abandonado pelos goianos: o esquecimento deu-se em casa, no centro do afeto. (ANSART, 2009).

CAPÍTULO 1: Caminhos ermos.

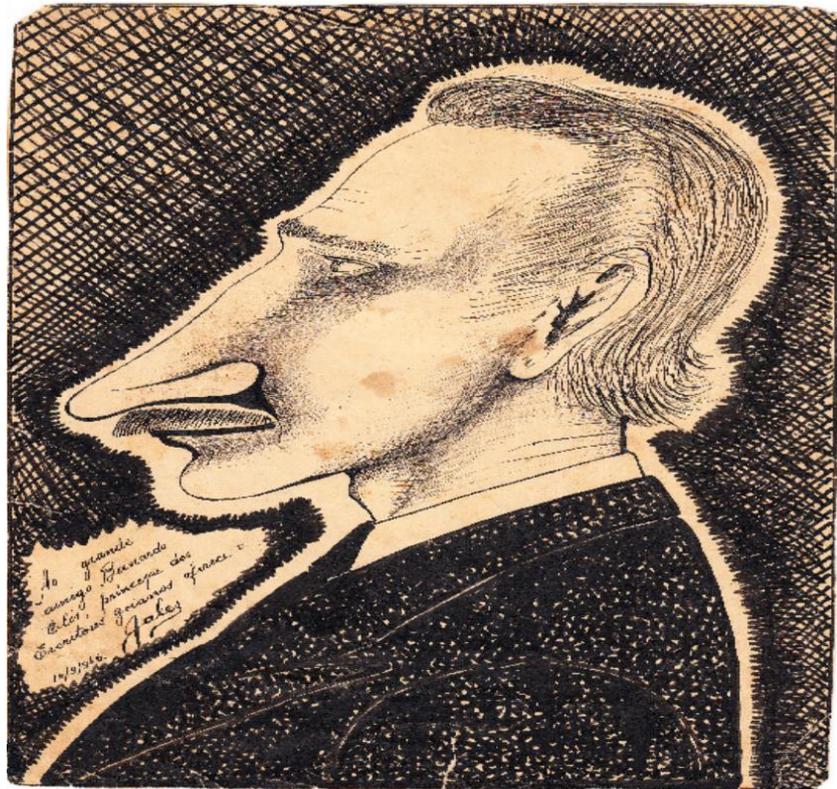


Figura 1: Bernardo Élis (Acervo CEDAE – IEL – UNICAMP).

1.1- A poeira dos (des)caminhos:

“- Quais são suas maiores alegrias?

- No momento não existe alegria nenhuma. É uma pergunta novamente maldosa. Meu consolo é ter ao meu lado, minha mulher se dedicando a mim 24 horas por dia. Maria é uma heroína, ainda me chama, como no primeiro dia, ‘meu anjo’. O tempo todo escuto o chiar de um pé de suas sandálias, ora se aproximando, ora se afastando. Esse ruído marca para mim a esperança de sua presença”

No dia 2 de dezembro de 1997, o jornal O Popular, publicou aquela que seria de fato a última entrevista do escritor goiano Bernardo Élis, falecido no dia 30 de novembro de 1997. É possível que se pergunte qual a utilidade ou o objetivo de se buscar a vida de alguém partindo do seu fim? Não é um mero recurso de escrita, mas o trecho da última entrevista evidencia um caráter de melancolia de um homem aos 82 anos de idade, que não acreditava ter o reconhecimento esperado pelos seus

conterrâneos. “Goiás nunca foi dado à literatura”. Com essas palavras proferidas ainda no começo do século XX, percebe-se que o sentimento de Bernardo Élis em relação ao apreço dos goianos sobre sua obra, é na verdade um antigo problema da região. Não é o caso particular de Élis, mas uma postura estrutural em relação às letras. “Minha literatura sempre foi muito perseguida em Goiás”. Pode-se pensar que tal perseguição tivesse exclusivamente como ponto gerador a questão da aversão da sociedade goiana ao mundo literário, contudo, no caso da obra de Élis, a denúncia social, os apontamentos sobre os problemas dos menos favorecidos, a crítica sobre o coronelismo sempre se fizeram presentes e são também motivos que levam ao sentimento de perseguição das obras. Em relação ao engajamento político de Bernardo Élis, o tema será tratado posteriormente.

No começo do século XX, o estado de Goiás, visto pela ótica da Primeira República (1889-1930) ainda demonstrava a permanência de várias posturas preconceituosas. O sertão ainda se projetava como espaço distante e terra indômita. Não estenderemos por agora o debate sobre a temática sertão (que será tratado em capítulos posteriores), porém é importante realizar um breve relato sobre os discursos construídos sobre o espaço goiano no começo do século XX e que evidenciam permanências de tempos remotos. Na visão de Alencar (2000):

A categoria sertão está profundamente arraigada na cultura brasileira, seja no senso comum, seja no pensamento social ou ainda no imaginário do povo. Ao mesmo tempo referência espacial e mítica, sertão tem se constituído em categoria essencial para se pensar o Brasil – Nação. (ALENCAR, 2000, p.242)

Nesse sentido, sendo parte integrante das formas elementares de pensamento da sociedade brasileira, podemos perceber que desde os primeiros momentos da ocupação portuguesa no século XVI até o século XX, ao olhar dos chamados “centros coloniais e ou nacionais” a dicotomia sempre se fazia presente: sertão e litoral. O primeiro como terra do atraso, da decadência, avesso ao progresso; o segundo local do desenvolvimento, do compasso com a modernidade. O século XX, mais precisamente em meados da década de 1930 com os projetos de integração nacional da Era Vargas (1930-1945) buscaram mudar tais antinomias. O sertão se projetava como berço fundador da nação:

Em sua Marcha para o oeste, Cassiano Ricardo (1940) elaborou o mais explícito discurso geopolítico apresentado no pensamento social brasileiro. Transformado na base ideológica da ocupação do sertão na Era Vargas, a obra incitava os ‘bandeirantes do século XX’ a viabilizar economicamente o deserto e a superar o primitivismo da vida naquelas regiões consideradas vazias. (ALENCAR, 2000, p.249)

Contudo a questão do olhar evidencia a lógica da elaboração dos discursos. A questão do outro é marcada pelo viés da alteridade (CERTEAU,2011). Bernardo Élis fazendo referência a Goiás, lança mão de outro cenário discursivo:

Aqui é o país das águas, claras águas que formam os rios do Brasil. Araguaia de suaves praias em curvas feminis; o Tocantins sisudo e duro como um velho comerciante, escachoadado soturno no leito fundo; o Paranaíba ligeiro e vigoroso, transformado em luz e energia pelas muitas catadupas. Goiás dá de beber a todas as terras do Brasil.(ÉLIS, 1987, p. 3)

Outro Goiás, logo outro sertão. Qual a necessidade de se lançar um novo olhar sobre o regional, tido historicamente como atrasado? O propósito da empreitada é evidenciar que todo olhar determinista impede a leitura do tecido social de forma clara. Fazendo um exercício de memória sobre os primeiros anos de vida, Élis diz:

Nasci em uma família abastada. Morávamos numa casa antiga. Meu pai, Erico Curado, era poeta e assinava os mais importantes jornais da época, comprava todos os bons livros que eram anunciados nos jornais. Líamos bastante. A vida era muito pasmada, mas era agradável. (JO, 1996).

Traços de atraso mental, social ou cultural podem-se deduzir das palavras de Élis sobre sua família, localizada no coração do sertão, na cidade de Corumbá de Goiás:

Aí, em Corumbá, a frente das casas dava para a igreja. Os fundos prosseguiam em fazendas de gado que lá se iam de sertão adentro... Quem chegasse, até cuidava que era povoado abandonado. As ruas desertas, o capim crescendo, as criações e os passarinhos de Deus Nosso Senhor. As moradas de contínuo fechadas por via do vento forte que ali estava ventando de toada e por amor dos valentões. Melhor dizendo, valentão, que mais de um só havia enquanto esse um não derrotasse o rival. (ÉLIS, 1987, p.17).

As duas passagens aparentemente não se referem ao mesmo lugar. Principalmente em se tratando de sertão. Contudo nota-se uma Corumbá dotada de algumas temporalidades históricas que se encontram. A realidade da fronteira começa a se evidenciar. Espaço de contágio das temporalidades.

Ponto constante nos exercícios biográficos é a figura paterna de Bernardo Élis: Erico José Curado, natural de Pirenópolis, nascido em 18 de maio de 1880 é apresentado como portador de “boa cultura, inclusive literária, fazia poesias, conhecia livros importantes do tempo, tanto nacionais como estrangeiros.” Mesmo sem ter realizado o curso superior Erico Curado realizou inúmeras atividades: comerciante, poeta e advogado. Tendo morado em Corumbá, Cidade de Goiás e Goiânia, criou laços com a cidade de Corumbá onde foi morar com a esposa, deixando a cidade apenas em 1951, mudando-se para Goiânia.

Nas palavras de Élis:

Meu pai era um homem muito tímido, profundamente acanhado e delicado. Como pessoa tímida, quando irritado ou ferido em seu amor- próprio, tinha reações imprevisíveis, excessivamente violentas. Exerceu as funções de Promotor de Justiça na capital do Estado de Goiás, cargo de que desistiu sob a alegação de que sentia remorso por ser remunerado com o dinheiro obtido através de impostos geralmente cobrados de maneira injusta, pois os ricos, via de regra, conseguiam favores e isenções, recaindo os tributos sobre os necessitados (RM – IEL – UNICAMP).

A figura “tímida e acanhada” de Erico Curado não era na visão do filho um grande comerciante: “não fazia o menor esforço para vender ou para ganhar dinheiro.” (RM – IEL – UNICAMP). O descaso com a profissão não impedia que Bernardo Élis no meio da noite, escutasse reclamações de seu pai à esposa sobre os péssimos caminhos dos negócios: “muitas vezes altas horas da noite, eu acordava e ouvia vozes: era meu pai lastimando...” (idem).

Curioso perceber como nas memórias de Bernardo Élis a família ora se apresentava como abastada ora ao contrário: “O certo era que dinheiro não entrava e minha mãe tinha que se desdobrar na costura para ajudar na manutenção da casa.” Uma questão relevante a ser levantada é a questão da tradição da família de Élis: Fleury Curado. Uma das principais representantes das oligarquias locais do Estado de Goiás, era portadora de significativo capital simbólico, político e econômico. Acreditava Élis, que tal peso familiar poderia “ter conseguido bons empregos para nós, desde quando estudávamos em Goiás, onde qualquer pessoa mais ou menos alfabetizada exercia função pública.” Seu pai não utilizou o capital simbólico para permitir uma rápida subida os filhos nos quadros sociais: “nunca se abalçou sequer a enviar uma carta a alguém solicitando emprego”.

Traço importante na trajetória de seu pai é a presença da literatura, seja na forma de leitor ou escritor. Em vida publicou duas obras: *Iluminuras* e *Poesias*. O primeiro lançado em 1913 e o segundo em 1957, ganhador da bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, da União Brasileira de Escritores, seção Goiás. Referindo-se a produção literária de seu pai, Élis diz:

Ele começou como poeta simbolista. Seu primeiro livro, publicado em 1913, chama-se *Iluminuras*. Gilberto Mendonça Teles considera *Iluminuras* o iniciador do simbolismo em Goiás. Meu pai conheceu pessoalmente Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Coelho Neto, que eram figuras consagradas da literatura brasileira. Mas nunca se aproximou deles (JO, 1996).

Membro da Academia Goiana de Letras, ocupante da cadeira número 11, a literatura era o refúgio de Erico Curado. O contato precoce com a cultura letrada, seja pelos jornais ou livros encomendados pelo pai, foi uma presença constante na vida de Bernardo Élis. Personalidade ambígua, o pai, “era dotado de desenvolvido espírito de contradição e o cultivava com amor, como admirador que era de Eça de Queiroz.” O balcão do comércio era mais utilizado na leitura e escrita de versos que nas transações mercantis. Mesmo habitando a porta do sertão, de dois em dois anos, fechava a casa comercial e viajava para Goiás, onde morava o sogro e primos e onde entrava em contato com jornalistas, escritores, homens de cultura, no meio dos quais podia dar larga à sua ironia, a seus ditos paradoxais, gozando à larga a besteira alheia.

Tal figura contraditória acreditava que o fato de seu não enriquecimento devia ao fato do seu apreço à cultura. Aos oitenta e dois anos de idade, pela primeira vez que foi a um hospital, em poucos dias, morria Erico Curado. Nas palavras de Bernardo Élis, por causa da análise médica que constatou um glaucoma em seu pai, esse então “morreu de medo de não poder ler”.

Marieta Fleury Curado, natural da cidade de Goiás, foi não apenas mãe de Bernardo Élis, como também tinha um papel decisivo na realidade de seu marido Erico Curado: “meu pai fez de minha mãe sua janela para o mundo, e isso agravou seu retraimento”.

Tendo realizado seus estudos em casa, no berço familiar, Marieta Fleury não foi mulher apenas do espaço doméstico. Contribuía com o orçamento familiar por meio da costura. A máquina Singer era o instrumento do trabalho com a moda. Novamente o sertão se abre para fronteiras extensas e fluídas e atinge as bordas de outras realidades históricas:

Para o exercício da costura, adquiria figurinos e jornais de moda através de parentes que saíam para os grandes centros, e se interessava vivamente pelas alterações da moda, que acompanhava por meio das revistas e jornais do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Paris etc, que alguns parentes assinavam. (RM – IEL – UNICAMP).

Um ponto importante a ressaltar é a clara demonstração que Bernardo Élis faz sobre a relação conjugal de seus pais. Abraços, carinhos, insinuações sexuais não eram presentes às claras. O frio das relações se estendia também ao trato dos pais com os filhos: “era tomar a benção e nunca beijar a mão, isto é, celebrávamos um ritual totalmente petrificado e inumado”. É válido apontar que as relações do espaço privado são mantidas em tom confessional e quase proibitivo. Não é necessário a abertura da porta da rua para que o comportamento monástico viesse à tona na família de Élis. As relações entre os casais no começo do século XX são assim tratadas por Vincent (2009):

O passado – mas um passado erradicado pelo esquecimento – está presente em cada instante da vida, e no entanto os velhos esposos que “partilharam” a mesma existência possuem, cada qual, uma autobiografia em potencial (eles não a escrevem) em que não é “partilhada” pelo outro. E o segredo da mecânica do desejo, e de suas avarias, permanece intato. (VINCENT, 2009. p. 269)

Diferente do pai que era portador de uma personalidade “ambígua” e paradoxal, Marieta Fleury “não possuía traços marcantes de personalidade.” Mesmo com as proibições do marido de se deixar levar pelo tecido social de Corumbá, a mãe sempre estava a par dos acontecimentos familiares, intrigas, fofocas e reflexos da vida social da cidade. Mesmo não tendo uma formação letrada extensa, era portadora de “grande senso poético”. Mulher prática, trabalhou também como professora pública e entendia melhor do orçamento familiar que o marido, sentindo mais claramente as oscilações da inflação da década de 1920 no Brasil. Faleceu no dia 27 de novembro de 1990. Deixou três filhos: Bernardo, Alberto e Elza.

1.2- Uma vida de histórias:

“ No dia de meus anos
A bandinha saía pra rua de madrugada,
Tocando matinas.

A gente acordava com o estrondo dos foguetes,
 espantando os morigerados pombos da torre da igreja.
 Botavam bandeira na Prefeitura,
 no Correio,
 Na Cadeia,
 Havia discursos, passeatas etcétera,
 ‘tudo é por sua causa’ – dizia meu pai.
 E eu ficava intrigadíssimo
 Porque ninguém mais era igualmente festejado.

Hoje, como conheço história do Brasil,
 mudei a data dos meus anos,
 que é o dia mais triste do mundo. (ÉLIS, 1987, p. 26).

A leitura do poema é emblemática no sentido que apresenta uma clara dualidade em seu conteúdo e temática. Uma data de aniversário é momento de comemoração, festejos e alegria. Um ato de rememoração de um passado inaugural de uma existência. O início da chama da vida. Percebe-se claramente o mundo visto por uma ótica infantil. A criança que enxerga e interpreta a realidade pelo viés do mágico e alegórico. A confiança na palavra do pai: *tudo é por sua causa*. A ingenuidade dos poucos anos faz crer que os foguetes, discursos, passeatas e bandas de música, tinham um único tom: celebrar o aniversário! Louvar uma existência tão sublime: a própria vida! Porém a última estrofe (terceto) parece calar os discursos, abafar os foguetes e desafinar a banda de música... A áspera realidade se apresenta agora na forma de um ser maduro: adulto. O choque do mundo pelo contato com a experiência e principalmente o fardo do passado, vestido de “história” realiza um processo de dessacralização da realidade. Os sonhos se perdem e a data do aniversário torna-se o espaço da melancolia, isto é, de uma época perdida com o passar dos anos e o amadurecimento da vida.

“Na infância há tempo de comer e tempo de dormir. Na juventude há tempo de amar e de ficar sem amor. Na velhice há tempo de reumatismo e tempo de carrancismo”(O TEMPO,DM,24/09/1991). Um dos temas que se apresenta no poema citado anteriormente e as palavras de Bernardo Élis, escritas em uma crônica do jornal goianiense, *Diário da Manhã*, evidenciam a temática do tempo. Uma vida permeada por inúmeras temporalidades e passagens. Caminhos e trilhas de uma vida polissêmica, em que a palavra foi o instrumento não apenas de mediação com a realidade, mas principalmente a aderência à própria realidade.

O objetivo é o de apresentar de forma não muito extensa e nem tampouco meramente linear os caminhos da vida do escritor goiano Bernardo Élis. É importante evidenciar que por muito tempo, a chamada História Biográfica perdeu espaço dentro do campo da historiografia. A primeira metade do século XX é explicativa desse fenômeno de negação da escrita biográfica.

É fácil perceber que alguns elementos contribuíram para o relativo descaso do gênero biográfico. Apresentamos dois que tiveram peso decisivo: o papel das “massas” nos processos históricos, vinculado ao projeto marxista e o peso das reflexões estruturalistas dentro das ciências humanas.

O fardo e a recusa das formas do “fazer historiográfico” herdados do século XIX, principalmente o modelo *historicizante*, fez com que a História Política e por consequente a História Biográfica perdessem cada dia mais espaço. O universo da História batalha, calcada nos ombros de heróis individuais foi gradativamente perdendo espaço para análises amplas, estruturais, econômicas, sociais e de longa duração. O acontecimento foi lançado ao ostracismo do esquecimento e do desinteresse.

“O biógrafo é comparado ao retratista, que faz sua escolha sem empobrecer o que há de essencial para a tela” (DOSSE, 2009, p. 56). Nota-se que o biografado jamais deve ser retirado da cena principal. Caberia ao biógrafo apenas captar e reproduzir a existência única, particular e perfeita de seu biografado. Se possível manter a maior distância possível, para que as ações representadas evidenciem a grandeza de seu herói. Um homem que se faz mito pela reprodução de seus feitos, uma narrativa que confere um caráter transcendental às suas ações, por menor que elas de fato tenham sido.

Outro aspecto importante a ser lembrado para a questão teórico-metodológica é o diálogo, nem sempre positivo entre História e a biografia:

Lembram que a separação entre biografia e História não é uma lei da natureza, mas uma herança da historiografia grega, que situava a História do lado dos acontecimentos coletivos e colocava a biografia à parte, como uma análise dos fatos e gestos de um indivíduo cujo sentido era sugerido pelo autor (LEVILLAIN, 2003, p.145).

O ofício do historiador deveria sempre estar marcado pelo crivo do real e da verdade. “Já a biografia, ligada na origem ao panegírico, ia de encontro a esta norma” (LEVILLAIN, 2003, p. 145). O ofício do biógrafo seria, portanto menor que o do historiador, na medida em que possuía meramente um caráter descritivo e não narrativo e ou analítico da realidade. A Antiguidade greco-romana apresenta modelos clássicos de escrita biográfica: melhor exemplo

trata-se dos escritos de Suetônio sobre os imperadores romanos. O autor da Antiguidade foi também responsável por criar o modelo para a biografia: “o esboço da personalidade” (LEVILLAIN, 2003, p. 147). A escrita biográfica estaria, portanto marcada por uma função exemplar e modelar. As virtudes dos grandes homens deveriam ser narradas como exemplo para uma dada geração. “Cada época havia manifestado valores necessários” (LEVILLAIN, 2003, p.151), que precisavam ser difundidos para que a comunidade caminhasse para um projeto ideal de vivência e de ação. Contudo ampliando a nossa capacidade de reflexão, faremos um adendo à ideia de época. Acreditamos ser mais coerente o conceito de *regimes de historicidade* de Hartog (1996):

Época significa, no meu entender, apenas um corte no tempo linear (de que frequentemente se ganha consciência após o fato e bem depois ela pode ser usada como um recurso de periodização). Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. Abre a possibilidade de e também circunscreve um espaço para obrar e pensar. (p.96).

A presença da biografia no mundo Antigo é ilustrativa do fato que “[...] não corta o cordão umbilical que a liga ao imaginário, contrariamente ao gênero histórico” (DOSSE, 2009, p.125). Não existe a preocupação por parte do leitor se as passagens são de fato reais e se as ações e os verbos lançados ao mundo foram de fato aqueles narrados. De maneira intencional e deliberada, o biógrafo adota posturas em sua escrita com o intuito de dar não apenas lógica ao seu ofício, no caso particular de Suetônio, a questão moral ganha relevo:

O biógrafo hierarquiza e estabelece no final do retrato as qualidades principais do herói. Quase todos esses Césares são o campo do conflito trágico entre as forças contrárias cuja arbitragem definirá a singularidade de seu destino. Assim, Júlio César é um general corajoso, justo e magnânimo. (DOSSE, 2009, p.136)

Ainda no percurso histórico do gênero biográfico, é importante ressaltar que com o advento do medievo uma nova forma de biografia ganha espaço: a hagiografia. A história de vida dos santos. Modelo para os fiéis, sinônimo de entrega plena à causa divina: alvo de veneração e aclamação por parte do cristão. “As hagiografias copiam dos Evangelhos a tensão constante entre o ser e o parecer”(DOSSE, 2009, p.138). A vida do santo é traçada pela marca de uma constante preocupação com o seu semelhante. A intencionalidade da ação é sempre construída em prol do bem e da redenção. As adversidades são vencidas e o preceito da vida

linear perde o seu sentido. São Francisco de Assis é o melhor exemplo de uma vida dotada de idas e vindas, crises e tragédias. O sagrado passava a ser o modelo ambicionado e desejado socialmente pelo imaginário medieval.

Com o advento da modernidade e o passo dado pelo individualismo, a biografia ainda permanece como modelo de escrita. Partindo das ações do historiador inglês Thomas Carlyle (1795-1881), Dosse (2009) diz:

No essencial, o século XIX muda de registro, mas a figura heroica permanece nos escritos do historiador inglês Thomas Carlyle (1795-1881), para quem o herói é a encarnação do universal. Paradoxalmente, Carlyle exalta o herói como instrumento para escapar à contingência histórica e a uma forma de determinismo historicista segundo a qual o homem é produto de sua época. A fuga às injunções do tempo só é possível a uma vontade heroica [...] (p.163).

O século XIX é um momento importante para se pensar o papel do herói, sujeito e objeto da biografia. Do ponto de vista político, as mudanças (no caso Europeu e estadunidense) em prol dos elementos democráticos e liberais, colocaram em cheque, momentaneamente, o peso do herói e naturalmente a questão da biografia. Novos atores sociais começam a surgir. O advento do pensamento marxista coloca “as massas” como sujeito histórico e o “povo” é visto como elemento formador da identidade nacional. Paradoxalmente, a questão nacional impede que os heróis percam o seu sentido histórico. Serão fortes elementos no amálgama social da nação. O “grande homem” estava ainda vivo.

O historiador de arte Jacob Burckhardt, hostil á teodiceia hegeliana, achava que o acesso ao universal devia necessariamente passar pelo indivíduo, pois sua trajetória concreta é feita de provas que valem por outros tantos desafios capazes de determinar sua grandeza histórica. (DOSSE, 2009, p.169)

A nação ainda se confundia com um passado/presente que tornava necessário a existência ou a invenção desses heróis. Nesse sentido História e biografia novamente se aproximavam como elementos discursivos a serviço de uma identidade almejada. Contudo no mesmo momento histórico, século XIX, a disciplina histórica estabelece um divórcio com a literatura, obra dos positivistas e da escola alemã (Leopold Von Ranke). Mas o verdadeiro impacto dar-se-á com a Escola dos *Annales*, espaço vital de (re)invenção do fazer historiográfico e palco iniciador de uma crise da narrativa e da chamada história "historicizante". Uma nova postura do ofício do historiador:

Ao minimizar a história política, diplomática, militar ou eclesiástica que evidenciava o indivíduo e o fato, a Nova História, nascida dos *Annales* nos anos 60, optou por privilegiar o ‘fato social total’ em todas as suas dimensões econômicas, sociais, culturais e espirituais. (DEL PRIORI, 2009, p.8).

Por mais que se privilegiem as rupturas geradas pela chamada Nova História, é válido lembrar que desde o começo do século XX, nos primórdios ainda dos *Annales*, Lucien Febvre escreveu: *Martinho Lutero, um destino (1928)*, obra recentemente lançada pelo mercado editorial brasileiro. O título é indicativo do alvo da obra. Entretanto não se deve deixar iludir pelas palavras, e a leitura evidencia um Lutero que está inserido como homem de um tempo histórico e pelas bordas do indivíduo atinge-se o social, um, portanto, não sendo avesso ao outro. Nesse sentido, outro historiador francês apresenta uma reflexão sobre a questão da biografia no cenário da Nova História:

[...] eu podia ser acusado de trair o “espírito dos Annales”. Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro do meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal? [...] o particular [...] só me interessava quando me informava sobre o coletivo. O verdadeiro tema do livro não é Guilherme [Marechal], mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirma respeitar. E também um sistema político, o “feudalismo”, pois através desse caso concreto o funcionamento de suas engrenagens pode ser descoberto com muito maior clareza que nos tratados ou nas cartas. (DUBY, 1993, p. 137-138).

Tal retorno à biografia é um elemento importante para a escrita da história. Não se deve buscar uma história moral, exemplar, modelar e que busca criar “grandes homens” que servem de esteio ao ambiente social. Tentaremos dentro dessa postura crítica sobre o papel do indivíduo na História, colocar o escritor Bernardo Élis dentro de um dado tempo histórico, prestando atenção ao caráter polissêmico de uma existência e sem cair nas tentações de devoção ao biografado. Nesse sentido, Roger Chartier explica:

O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades: as parentelas, as famílias e os indivíduos. [...] o olhar se desviou das regras impostas para as suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as ações permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação (CHARTIER, 1994, p.98).

1.3- “A vida são as sobras.”

Ao traçar o percurso biográfico de um escritor, o historiador deve estar atento à possibilidade de se deixar levar por uma possível linearidade dos acontecimentos. A elaboração de um tecido sobre a existência, com inícios e fins estabelecidos é um risco que o ofício do historiador deve constantemente evitar. Não que eles não existam, mas a questão central é indagar até que ponto são fruto de um projeto posterior, criador de sentido, ou da mera sucessão do tempo. Nesse sentido, Paul Veyne diz:

Os fatos têm uma organização natural, que o historiador encontra pronta, uma vez escolhido o assunto que é inalterável; o esforço do trabalho histórico consiste, justamente, em reencontraressa organização: causas da Guerra de 1914, objetivos de guerra dos homens beligerantes, incidente de Sarajevo; os limites da objetividade das explicações históricas reduzem-se, em parte, ao fato de que cada historiador consegue aprofundar mais ou menos a explicação. (VEYNE, 2008. p. 41).

Na busca de tais organizações naturais, o diálogo com a documentação e o recurso aos arquivos são de fundamental importância. É necessário saber interrogá-los, para que a luz das aparências, não se tornem a energia iluminadora da realidade. Vale ainda lembrar que a realidade histórica parte de uma construção discursiva. Um “outro” narrado que se projeta.

A busca por criar o tecido da narrativa histórica pode facilmente induzir o historiador à pretensa vontade do total: “é impossível descrever uma totalidade, e toda descrição é seletiva; o historiador nunca faz um levantamento do mapa factual, ele pode, no máximo, multiplicar as linhas que o atravessam”. (VEYNE, 2008. p. 44). É nesse momento que o papel do indivíduo ganha vulto na operação historiográfica. Como prática científica, o indivíduo será em algum momento tratado de forma particular, contudo deve-se operar uma relação dialógica com o espaço social, cultural, político, econômico que o cerca. Deve-se buscar uma relação de trocas, de contágios e transferências. “O indivíduo, seja como papel principal da história ou figurante entre milhões de outros, só conta historicamente pela sua especificidade” (VEYNE, 2008. p. 57). Talvez a palavra que melhor ilustre a *especificidade*, seja *interpretação*. Nas palavras de Rüsen (2007, p. 127): “interpretação é a operação metódica que articula, de modo intersubjetivamente controlável, as informações garantidas pela crítica das fontes sobre o passado humano”.

No rastro da vivência de Bernardo Élis seremos obrigados a estabelecer escolhas sobre o vivido. Enquanto a cronologia é útil, simultaneamente ela pode induzir para um modelo totalizante que esconde as discontinuidades e o caráter plural de uma individualidade. A vida

enquanto “projeto” será nesse caso colocada de lado. Isso não inibe a busca pela especificidade, ou melhor, “especificidades” do escritor goiano.

É comum ao se traçar o retrato de um artista ou intelectual que se busque o momento de nascimento do gênio criador. Uma possível situação mitológica. Um tempo quase a-histórico. Espaço em que de forma pronta e acabada, o messias das letras tenha vindo ao mundo, inaugurando com suas palavras o milenarismo e a redenção das almas.

A tradição positivista, marcada pelo desdobrar da ideologia romântica, trabalhou constantemente com a ideia do *gênio criador* (BOURDIEU, 2011, p.183). Partindo desse viés costuma-se dar privilégio aos primeiros momentos da vida do indivíduo:

É a mesma fé na irredutibilidade da criação e na autonomia absoluta das escolhas estéticas que faz com que as monografias universitárias releguem a segundo plano a formação escolar e universitária e privilegiem de maneira exagerada a primeira educação e as primeiras experiências onde já irrompem e, em menor grau, já estão sendo moldadas as particularidades inteiras dadas desde a origem de uma “invenção criadora” irredutíveis a tais determinações. (BOURDIEU, 2011, p. 187)

Como apresentado, as primeiras letras são importantes, contudo é necessário cautela para não cair no mito do “gênio natural”. No caso de Bernardo Élis, a educação inicial se deu basicamente no ambiente familiar. Por falta de paciência do pai, a mãe tornou-se encarregada do ofício professoral. “Quando fiz cinco anos e meu pai começou a me ensinar também, com pouco tempo eu já estava corrigindo o próprio Alberto.”(CEDAE – IEL – UNICAMP). Interessante perceber que a origem familiar é um ponto nodal para Bernardo Élis. Fácil de entender, na medida em a estrutura política, econômica e social de Goiás, desde o século XVIII, se baseava no peso das famílias patriarcais.⁶ Os jogos de poder eram marcados por situações matrimoniais. De acordo com Maria Beatriz Nizza Silva (1977, p. 96): “O que interessa acentuar são algumas regras relacionadas com a instituição do casamento [...] É evidente que as regras de casamento variavam com os grupos sociais e que seu ajuste era tanto mais complicado quanto mais elevada era a hierarquia dos noivos”.

A análise supracitada diz respeito à colônia, embora tenha se estendido no século XIX e XX. Na busca de uma explicação genealógica sobre a origem dos “Fleury Curado”, Bernardo Élis (1997) realiza um retorno até o século XVIII. Em suas palavras: “descendente direta de Joana de Gusmão, penúltima filha do Anhangüera, e de Inácio Dias Paes, cuja

⁶Na busca de explicações históricas sobre as relações entre as famílias e o poder em Goiás, ver as seguintes obras: Moraes (1978). Rosa(1984),Freitas (2011).

ascendência abrange a totalidade dos bandeirantes.”(RM – IEL – UNICAMP). Em uma reflexão sobre a posição social do grupo familiar a que pertencia, Élis diz:

Afinal, éramos classe dominante, devíamos dar exemplo de bom comportamento e educação, sobretudo era preciso demonstrar união do grupo familiar. Nós Fleury Curado entendíamos que o Estado de Goiás, que o Brasil, eram parte de nós mesmos, e a primeira coisa a fazer era preservar a Nação. Formando um dos primeiros grupos de povoadores, tornávamo-nos a própria Pátria. Por essa compreensão, certamente erradíssima e absurda, vivíamos como que aprisionados, cercados pela vigilância, maledicência dos que não eram de nosso clã e que estavam prontos a cair sobre nós e nos liquidar ante o primeiro sinal de erro ou de fragilidade. (RM-IEL-UNICAMP).

Questão importante a ser percebida é a capacidade de se colocar de forma irônica e enfática sobre a não realidade da função simbólica de seu clã familiar. Partindo do conceito de *habitus*⁷, marcado pelos estudos de Bourdieu (2011), pode-se perceber que existe uma adesão prévia do indivíduo a uma dada realidade social já previamente estruturada. Contudo, o próprio sociólogo apresenta a possibilidade de se ultrapassar tais fronteiras apriorísticas:

Portanto, o *habitus* não é um destino; em vez de um *fatum* – de acordo com a afirmação que me é atribuída - , trata-se de um sistema que estará submetido constantemente a experiências e , desse modo, transformado por essas experiências. Dito isso, vou proceder imediatamente a uma correção: há uma probabilidade, aliás, inscrita no destino social associado a determinada condição social, de que as experiências venham a confirmar o *habitus* dessas pessoas.(BOURDIEU, 2011, p. 62)

Nascido no dia 7 de setembro de 1915, Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, veio ao mundo na rua Nova, da cidade de Corumbá de Goiás, na “boca do sertão” goiano. Em homenagem ao seu nascimento, o pai Erico Curado publica um soneto nos jornais da capital do Estado. Segundo filho do casal Erico e Marieta, teve como irmãos Alberto e Elza; a última, filha mais nova do casal, não teve tanto contato na infância com Bernardo Élis pela questão da idade e da mudança dos dois irmãos mais velhos para a cidade de Goiás para realizarem os estudos. O menino que acreditava que as festividades do sete de setembro eram em sua

⁷ “tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e de seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico. Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus* , eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da ação que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte – *Trager* – da estrutura; e fazia-o arrancando Panofsky à filosofia néo-kantiana das formas simbólicas em que ele ficara preso (correndo o risco, com isso, de tirar partido um tanto forçado do uso, único na sua obra, que ele fazia da noção de *habitus*)” (BOURDIEU,2010).

homenagem, cresceu em uma cidade que ainda possuía uma temporalidade outra: o tempo das gerais. Sobre o local de nascimento, Élis diz:

A região, rica a princípio, com o esgotamento das aluviões auríferas, a partir de 1770, ficou pobre. Houve uma decadência geral, com a maioria da população refluindo para o litoral, com as estradas desaparecendo, sem novas injeções quer de escravos, quer de elementos livres. Algumas povoações resistiram, como em Pirenópolis, Goiás, Corumbá, cujos habitantes entregaram-se à lavoura de subsistência e à criação de gado. Para isso foi preciso despovoar os campos dos indígenas bravios, confinando-os em aldeamentos, onde lhes era ministrado o ensinamento de métodos de trabalho e da religião católica. Sobretudo se lhes ensinava como extinguir-se. (RM – IEL – UNICAMP).

A leitura das palavras de Bernardo Élis evidencia uma realidade de mudança do panorama sócio - econômico da região de Goiás em fins do século XVIII. Não é nosso objetivo nesse trabalho, dialogar sobre o conceito de decadência, que como bem sabemos para uns é apenas um modelo elaborado pelos discursos, outros o próprio real.⁸ Ainda no mesmo sentido, lê-se:

A pobreza, durante o século XIX, era muito grande, mas sempre restou alguma coisa do fastígio do ouro, a saber, casas relativamente confortáveis, alfaias e baixelas, roupas e utensílios, escravaturas etc. os dois sustentáculos da cultura e da dominação portuguesa foram a religião católica e a língua portuguesa. A contribuição do negro foi decisiva e a do silvícola menos expressiva. Esse grupo familiar Fleury Curado tornou-se um dos elementos menos pobres, menos incultos e por isso se fez detentor do comércio e das funções públicas, organizando a primeira oligarquia que dominou as províncias de Goiás e Mato Grosso até a queda do Império (1889) com poder de governo; e com participação destacada no poder até 1930. (RM – IEL – UNICAMP).

É possível perceber pela leitura das palavras do escritor goiano, que o discurso da decadência foi em certa medida incorporado: o vivido foi inevitavelmente marcado pelo fardo de um passado já narrado.

Realizando os primeiros estudos em casa, foi no ambiente familiar que teve contato com uma personagem da sua vida que na análise documental é constantemente citada por Bernardo Élis. Em uma família de letrados (pai poeta e membro de eminente oligarquia), foi justamente uma moça analfabeta e pobre quem lhe despertou maior atenção: Rosa. Ao realizar uma construção pela memória da figura de Rosa, é válido trazer ao exposto as reflexões de Ricouer (2010):

⁸ Para uma visão geral sobre o tema ver Chaul (1997). Importante ainda ressaltar o texto de Noé Freire Sandes (2002), presente na obra: *Memória e Região*. Sandes (2002) parte da premissa sobre os perigos de se elaborar uma narrativa histórica com horizontes de expectativa que apontam para o progresso e a modernidade desejada.

Esse plano é o da relação com os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto. Os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros. Variação de distância, mas também variação nas modalidades ativas e passivas dos jogos de distanciamento e de aproximação que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimento: tornar-se próximo, sentir-se próximo (p. 141).

Rosa foi criada na casa de Élis por ocasião do falecimento da mãe (Apolinária) e dificuldade do pai de criar dois filhos. Suas formas físicas foram assim criadas na memória do escritor:

Era de um branco amarelado, de cabelo alourado e anelado, nariz meio chato, de ventas abertas. Por parte de mãe tinha sangue de índio. Nem feia, nem bonita. Nunca pude enxergá-la como possuidora de um sexo qualquer, para mim era assexuada.(RM – IEL – UNICAMP)

Questão que deixava intrigado e simultaneamente encantado Bernardo Élis era o fato da capacidade de Rosa guardar tantas estórias em sua cabeça. O universo do espaço rural e do folclore, ganhavam o mundo pelas narrativas de Rosa. Nunca Rosa aprendeu a ler e escrever. Já recolhido em seus aposentos, Erico Curado realizava algumas lições escolares com os filhos. Com perspicaz memória, quem acertava todas as questões propostas era Rosa.

A admiração pela menina era constante:

Rosa me deu os mais belos presentes: um canivete roge ótimo para descascar laranjas, uma bola de borracha grande, dentre os de que me recordo: eram brinquedos, num tempo que menino só ganhava coisas úteis, como roupa, livro de estudo e outras chatices. Grande parte das coisas que foram minhas estórias são fruídas da sabedoria e da imensa cultura de Rosa(RM – IEL – UNICAMP, p. 36).

Ao longo da vida, algo muito presente na personalidade de Bernardo Élis foi o traço da timidez, por ele apresentada como “congênita”. Desde criança até a idade adulta foi em sua visão elemento vital na moldura de sua identidade. Apresentada como vacilante e permeada de medos. Rosa teve um papel decisivo em sua capacidade de enfrentar seus medos e o mundo. Uma cena importante nesse sentido é a morte do gato Rubim. O gato que havia roubado comida foi sumariamente morto. Aos olhos de Élis aquilo gerou grande perplexidade e o início de uma nova visão de pertencimento ao mundo:

O gesto de Rosa teve enorme significado para mim. Passei a perceber que eu recebia as coisas do mundo de forma demasiado passiva, com renúncia e resignação, o que me levava a uma atitude de indiferença ou de covardia perante a vida. Minha conduta estava errada.(RM – IEL – UNICAMP, p. 37).

É dentro desse cenário ainda incipiente de mudança da personalidade e do crescimento de Bernardo Élis, que realizaremos uma guinada e um salto no esforço narrativo. Tentando sempre caminhar no sentido oposto da linearidade da vida (existente apenas na narrativa), não iremos nos contentar com “modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas” (LEVI, 2006, p. 169).

Nesse sentido, trataremos o assunto tendo como base de apoio a presença de Bernardo Élis em duas cidades: Cidade de Goiás e Goiânia. O recorte cronológico estabelecido terá como base o intervalo de tempo de 1930 até 1945. A resposta para tal escolha não se dá exclusivamente pela documentação, que aliás abrange até os momentos finais de vida do escritor, mas principalmente pelo fato da inserção de Élis no cenário das duas cidades: tendo como elemento principal a sua saída da Cidade de Goiás e sua fixação na nova capital. E será justamente em Goiânia, a partir da sua presença na revista *Oeste* e em cargos públicos, que se dá a publicação de seu primeiro livro de contos: *Ermos e gerais* (1944).

Os estudos referentes à História do Brasil nas primeiras décadas do século XX possuem um ponto nodal: a Revolução de 1930. O ofício do historiador, ao lidar com uma realidade outra, o passado, deve ser conduzido de forma consciente na medida em que se sabe da existência e ou a possibilidade de várias leituras do passado. Os jogos entre situação/oposição política, os meios informativos (jornais e revistas), os grupos intelectuais, a memória coletiva e outros, podem criar teias de informações que possuem exclusivamente o desejo de se criar uma própria realidade. As leituras dos acontecimentos (ou sua invenção) são marcadas por vontades de poder. Nas palavras de Noé Freire Sandes (2009):

Com o fim da Velha República, abre-se outro tempo. O passado, portanto, é matéria que se dobra continuamente pela ação do presente, e nas suas dobras se percebem as distintas camadas de cores com que foi representado. Nesse movimento não se chega à cor original, mas percebe-se o manejo do artesão para que as técnicas e a combinação de cores revelem, apesar dos desgastes, as tonalidades do tempo. (SANDES, 2009, p. 137).

É justamente dentro desse novo tempo que tentaremos compreender a atuação de Bernardo Élis. A historiografia referente à Revolução de 1930 é vasta. Não é nosso objetivo realizar um estudo historiográfico sobre o período, embora seja importante citar dois nomes na análise do tema citado: Boris Fausto (1978) e Edgar De Decca (1981). Na visão de Fausto (1978) o movimento de 1930 deve ser compreendido como portador de inúmeras realidades internas: um movimento heterogêneo. Cita então o papel do tenentismo (herdado dos anos

1920) e também das oligarquias dissidentes. De Decca (1981), trabalha o movimento de 1930 por uma outra ótica: busca evidenciar que existia em fins da década de 1920 uma possibilidade de avanço de movimentos operários no Brasil que colocariam em ameaça o arranjo elitista do jogo político. Tenta nesse sentido, escutar aqueles que foram silenciados pela Revolução de 1930. No caso da leitura de De Decca (1981), pensar a Revolução de 1930 por esse viés contra-revolucionário não permitiria margens para entender a situação particular de um Estado como Goiás. Pelas análises de Fausto (1978), é ainda um problema para a historiografia regional entender o que seriam as chamadas classes médias goianas, na medida que se tem uma realidade ainda eminentemente rural e latifundiária em Goiás nos anos de 1920 e 1930.

Nesse sentido, a leitura do espaço regional, com suas lutas internas e sua realidade própria, conduz a duas questões importantes sobre os reflexos do movimento de 1930 nas terras goianas: o papel de Pedro Ludovico e a construção da Nova Capital. Evitaremos cair no abismo de uma análise personalista do interventore também nas análises dicotômicas inauguradas pelos discursos do “mudancismo”, que elaboraram as relações entre um passado de atraso (caiadismo e Cidade de Goiás) e o “tempo novo” das mudanças progressistas e o vigor da modernização, simbolizados por Pedro Ludovico e Goiânia.⁹

A particularidade da realidade goiana é melhor entendida na medida em que:

[...] a Revolução de 1930 pode ser lida, na medida em que sua identidade combina elementos que expressam mudanças (não no sentido de revelar as contradições existentes dentro de sua estrutura, visto que elas são atenuadas em função da assunção do Estado na direção do desenvolvimento da estrutura econômica nacional) e permanências (o que está profundamente ligado aos interesses agrários que mantiveram o controle sobre o Estado, sob uma fachada liberal). (ARRAIS, 2013, p.111).

É dentro dessa construção de uma nova realidade, marcada pela noção de passagem ou de contexto fluído, que colocaremos a figura de Bernardo Élis. O trânsito vai se operar no sentido: Cidade de Goiás – Goiânia.

No mês de janeiro de 1930, Bernardo Élis realiza os exames de admissão ao Lyceu da Cidade de Goiás e obtém êxito. Um ano antes, sendo reprovado em aritmética, passa os meses de fevereiro a junho na fazenda de uma tia, onde irá ter contato diário com as lides do campo: “campeios, desleitamento, tratamento de bezerros, moagem de cana, colheita de cereais,

⁹ Para maiores informações sobre a Revolução de 1930 em Goiás: Machado (1990), Chaul (1997) e Arrais (2003).

plantio da roça, festas roceiras, etc.”. (CEDAE – IEL – UNICAMP). Curioso perceber que embora as temáticas das obras de Élis sejam tratadas tendo em grande medida o pano de fundo do *sertão*, o escritor não era um nativo de uma fazenda.¹⁰

Fato interessante é a forma narrativa expressa por Élis, ao se referir ao acontecimento da Revolução de 1930 na Cidade de Goiás: “os revoltosos que derrubaram o governo apoiado pelos Caiados, guindando ao poder o dr. Pedro Ludovico”. (ÉLIS, s.d.s.p). O uso da palavra *revoltosos* cria um efeito de discurso negativo sobre as ações e os reflexos do movimento em Goiás. Aparentemente os acontecimentos estavam distantes do então isolado Estado de Goiás, mas como apresenta Arrais (2013) o jornal oposicionista ao grupo Caiado, então deposto, publica declarações de Carlos Pinheiro Chagas convocando os goianos a aderirem à causa revolucionária: “Mário Caiado era o elemento central da oposição no estado” (ARRAIS, 2013, p. 51).

Na visão dos vilaboenses, a saída de Totó Caiado da cidade e sua ida para a fazenda representava a traição à cidade e a aceitação da derrota. A vitória da Aliança Liberal (Getúlio Vargas e em Goiás Pedro Ludovico) foi um duro golpe no Partido Democrata, comandado pelo séquito caiadista: “[...] em meados de novembro de 1930, Ramos Caiado, um de seus irmãos e o filho, Ubirajara, foram presos e recolhidos ao quartel do exército na Cidade de Goiás. Seus familiares estavam sob vigilância de soldados do governo revolucionário” (FREITAS, 2009, volume 2, p.93).

Como boa parte do grupo familiar de Bernardo Élis era membro do staff estadual, com sede na Cidade de Goiás, falar sobre o tema da Revolução de 1930 era praticamente proibido, principalmente aos jovens. Nesse espaço, Erico Curado aplica firmemente ao filho a leitura de obras de escritores modernistas. Depois de uma temporada fora da capital, por ocasião do alistamento militar, retorna à cidade em abril de 1933 e é momento de intensa leitura: Zola, Victor Hugo, José Américo de Almeida e outros. Em meio às suas leituras, o tema recorrente era a da mudança da capital do Estado de Goiás. No dia 24 de outubro de 1933, é lançada a pedra fundamental de Goiânia, “com imensa repercussão em Goiás, onde o povo ali estabelecido abomina a ideia da mudança”.(CEDAE – IEL – UNICAMP).

Não se tratava de uma ideia nova, pelo contrário, o ideal mudancista era antigo e já aparecia nos relatórios do século XVIII e XIX, organizados pelo corpo administrativo. De acordo com Arrais (2002):

¹⁰Para leitura mais aprofundada sobre a postura do escritor frente à literatura regionalista, é importante ressaltar as observações realizadas por Vicentini (1998), onde a autora apresenta um importante estudo tendo como intuito elucidar a relação entre sertão/literatura.

Ideia lançada pela primeira vez em 1830, pelo marechal de campo Miguel Lino de Moraes, a proposta da transferência da capital goiana chegou até a década de 1930 com a força de uma revolução. Apesar de presente no meio da população, fora sempre desacreditada, esquecida, deixada para outro momento ou propositalmente inviabilizada. (ARRAIS, 2002, p.44).

Na esteira do progresso e da mística modernizante do governo Vargas, o sonho se concretiza mesmo com as oposições ferrenhas dos habitantes da antiga capital. Menos interessados nos acontecimentos próprios da mudança da capital do Estado, iremos operar agora no sentido de apresentar o cenário nacional permitido por tal mudança e principalmente o engajamento de Bernardo Élis na nova cidade.

Um discurso reelaborado pelo grupo estatal do governo Vargas no decorrer da década de 1930, foi o da identidade nacional. Marcado em grande medida pelas reflexões geradas pela década de 1920, com o movimento modernista, o tenentismo e também em uma herança mais longa, que remonta à passagem do século XIX para o XX, o sertão seria o espaço de tal empreitada. A descoberta do Brasil seria marcada por uma análise intestinal da comunidade nacional. Um Brasil que buscava sua união e integração, sem conflitos de classes, a partir de um movimento centrípeto: a integração do regional em prol do nacional. Tudo isso marcado principalmente por um recurso ao desejo de modernização (DOMINGUES, 2002). Existe uma busca pela redefinição do país em andamento desde a década de 1920, obra principalmente dos movimentos gerados a partir de 1922.

Em meio à euforia dos mudancistas e da crise dos órfãos da antiga capital, Bernardo Élis ainda não conseguiu se fixar definitivamente. Sem recursos financeiros, sem terras para lavrar e sem o apoio incisivo da família, tenta de várias formas buscar seu sustento. Demonstra vontade de ir ao Rio de Janeiro ou São Paulo, mas permanece em Corumbá. A vida pachorrenta é o caminho: leituras e banhos de rio. Contudo vale lembrar que desde 1936, Élis havia se iniciado nas funções públicas: foi nomeado Escrivão da Delegacia de Polícia de Anápolis por indicação de seu primo o então capitão Gentil Curado. É também nesse momento que trava conhecimento com o senhor João Luis de Oliveira (político, jornalista, ex-prefeito de Anápolis) que lhe empresta alguns livros. A figura do jovem escritor começava a se formar. Já havia contribuído com o jornal *A voz do povo*¹¹ na cidade de Goiás e também no jornal *O lyceu* onde publicou poemas sobre a vida estudantil. É nesse momento, dentro das redações de jornais e também na Livraria de Apulco de Alencastro, no largo do Jardim, que

¹¹Importante jornal da cidade de Goiás que realizava críticas sobre a dominação caiadista.

Élis estabelece contato com o professor Venerando de Freitas Borges.¹² Deixando Anápolis, Élis retorna para Corumbá onde exerceu o cargo de Delegado de Polícia. A ida para a cidade de Goiás em 1937, apresenta a ele uma cidade melancólica:

Parece haver fantasma de Bandeiras
passeando pelas ruas estreitas e sombrias,
- as casas baixas se escorando uma nas outras pela encosta
arriba.(Rua da Abadia, Casa da Pólvora, Bica del rei...)
Já vai tão longe o tempo em que a busca do ouro era a
grande ambição! (ÉLIS , 1987, p. 7)

A mudança da capital organizada por Pedro Ludovico levou à nomeação de Venerando de Freitas Borges como prefeito da nova capital no dia 7 de novembro de 1935, cargo que exerceu até 5 de novembro de 1945. Com o novo chefe do Executivo Municipal, Élis recebeu a possibilidade de mudança em sua vida: deixaria o emprego de escrivão de crime em Corumbá para trabalhar na nova capital. Havia sido convocado pelo amigo Venerando de Freitas Borges.¹³ Nesse intervalo Élis continuava seus trabalhos de escritor incipiente, mas recebendo sempre a advertência do pai sobre a ineficácia da empreitada em Goiás. No dia 31 de dezembro de 1938, o telegrama enviado oferecia o cargo de secretário do então prefeito e também vencimentos na ordem de oitocentos mil reis. Chegando em Goiânia no dia 5 de janeiro de 1939, inicia seus trabalhos e tem como objetivo juntar dinheiro para se mudar para o Rio de Janeiro. Em 1940 é nomeado Delegado Municipal do Recenseamento de Goiânia, cargo que proporciona a Élis receber elogios do governo federal sobre a escrita de uma monografia histórico - geográfica preparatória do censo. No ano de 1941 ingressa na faculdade de Direito e continua trabalhando no serviço público. É nomeado prefeito interino nos dias 4 de novembro de 1941 e 14 de fevereiro de 1942.

A narrativa dos postos exercidos por Bernardo Élis na burocracia no final da década de 1930 e começo de 1940 na cidade de Goiânia, será analisada pela ótica de obra já clássica do sociólogo Sergio Miceli intitulada *Intelectuais à brasileira*. A transição da década de 1930 para a de 1940 marcou um aprofundamento do projeto estatal de estabelecer a busca de uma identidade nacional como já indicamos anteriormente. O modelo para tal realização será materializado pela utopia da *Marcha para o Oeste*(MANSO PEREIRA, 1997).Goiânia seria

¹²<<http://academiagoianadeletras.org/membro/venerando-de-freitas-borges/>>.

¹³“Na prefeitura de Goiânia em 1939, telegrafava-me para Corumbá, onde eu exercia as funções de Escrivão de Cartório de Crime, convidando-me para ser seu secretário na prefeitura. Não vacilei e vim correndo”. Entrevista de Bernardo Élis para Miguel Jorge.s.d. Página 7. CEDAE/Acervo Bernardo Élis.

então um espaço vital na conquista e domesticação dos ermos. Cidade planejada e pensada, Goiânia seria o espaço do devir histórico: a modernidade. É importante ressaltar ainda de forma breve que a nova capital era não apenas um projeto político local, mas também local de projeção de uma realidade e vontade do governo federal. Modernidade e modernização se embaralharam não apenas no real, mas também nos discursos produzidos posteriormente.¹⁴

A nova capital de Goiás seria o marco introdutório na *Marcha para o Oeste*. Nas palavras de Lenharo (1986, p.56): “Elaborada crucialmente na virada do ano novo de 38, pouco depois do golpe, e retrabalhada cuidadosamente nos anos seguintes, a Marcha para o Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização”. O retorno para o interior deveria operar um novo bandeirismo: o bandeirante do século XX, isto é, moderno!

Os discursos elaborados pelo Estado Novo tiveram em grande medida o apoio de intelectuais brasileiros. O próprio Cassiano Ricardo¹⁵ é um exemplo claro de tal aproximação. Para (re)inventar a nação era preciso mentes jovens e modernas. É importante olhar com desconfiança para tais discursos, onde se operam nitidamente traços de autoritarismo. O interior do Brasil deveria ser conquistado para se eliminar antinomias históricas, de acordo com Candice Vidal e Souza (1997, p. 113-114):

O Brasil planejado terá superada a partição entre litoral e sertão. Resultado obtido com a extinção do sertão, depois de estendida a presença litorânea por todo o país. Não se admite qualquer resistência sertaneja em alinhar-se ao ritmo da costa, nem a hesitação dos patricios do litoral em tomar esse outro Brasil como seu.

O papel dos intelectuais na burocracia no período de 1930 e 1945 tinha um forte viés doutrinário e também responsável por lançar novas ideias na condução do projeto de nação. Na análise de Miceli (2001), o advento do Estado Novo permitiu aos intelectuais que participassem das estruturas dos Ministérios, Embaixadas, Autarquias e outros órgãos

¹⁴“Muitos eram os inquéritos, poucas eram as condenações. Mas isso era o que menos importava ao novo governo. A gestão anterior, mascada pelo atraso e pela depredação da coisa pública fora simplesmente ignorada. Agora a modernidade se instalara em Goiás e com ela todos os desdobramentos de uma nova política e de um novo Estado que se inaugurava. O regulamento de Saúde Pública, sancionado em 1931, que tentava organizar a Capital e o Estado de forma a torná-la mais eficiente, salubre e até mesmo mais humanamente disciplinado foi uma das primeiras medidas indicativas dos rumos que seriam seguidos pelo novo governo. Entretanto, essa primeira tentativa resultou em total fracasso devido à falta de recursos financeiros para sua efetivação. Em certa medida esse regulamento de saúde pública, distribuindo o Estado em Distritos revelava também um pouco mais sobre a política modernizadora do interventor. Anunciava uma estratégia de poder que sutilmente seria revelada ao Estado com o passar do tempo.” (ARRAIS, 2003, p.98)

¹⁵Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/>>.

vinculados ao governo. O discurso deveria ser realizado tanto na prática (burocracia) como nas letras. Nesse sentido:

Os intelectuais foram cooptados seja como funcionários em tempo parcial, seja para a prestação de serviços de consultoria e congêneres, seja para o desempenho de cargos de confiança no estado-maior do estamento, seja para assumirem a direção de órgãos governamentais, seja para preencherem os lugares que se abriam por força das novas carreiras que a extensão da ingerência estatal passou a exigir, seja, enfim acoplando inúmeras dessas posições e auferindo rendimentos dobrados.(MICELI, 2001, p.208).

Ainda sem o diploma de nível superior do curso de Direito, obtido no ano de 1945, Bernardo Élis assumiu funções importantes na burocracia. Ainda partindo da análise de Miceli (2001), podemos conferir a Bernardo Élis a alcunha de *homem de confiança* de Venerando de Freitas Borges:

Se para a elite intelectual do regime é possível apreender os liames entre sua competência escolar e profissional e as modalidades de trabalho que ela assume, nesse segundo grupo o acesso às posições [*“homens de confiança”*], repousa quase por completo, nas provas de amizade e, por conseguinte, na preservação dos anéis de interesses de que são os mais legítimos porta-vozes e os principais beneficiários. (MICELI, 2001, p.212).

A situação de escritor em um estado periférico como Goiás, pode ser um meio de se entender a necessidade de aproximação com os quadros públicos. “Em Goiás o trabalho artístico não tinha e até hoje (especialmente para o ficcionista) não tem preço, não tem importância”.(RM – IEL – UNICAMP, p.61). Viver de literatura seria, portanto, uma tarefa árdua nos ermos goianos. A saída era de fato estar sob a tutela do Estado. Em reflexões sobre a necessidade do escritor possuir liberdade econômica para o exercício de seu trabalho de escrita, em entrevista a Miguel Jorge (s.d) o escritor de Corumbá dizia que era importante ter sim condições materiais dignas de se viver, nada perto da riqueza ou do ócio, mas sim atividades que permitissem o cultivo da escrita de forma paralela.

Outro ponto que marca a congruência na biografia de Élis com os ofícios públicos, está a sua participação na revista *Oeste*, que circulou de 1942 até 1945. O intuito inicial é, basicamente, lançar luz sobre o fato de ser a revista, financiada pelo governo do Estado, sendo também o responsável pela nomeação de diretores e redatores, um dos espaços de atuação do

escritor na década de 1940. A data de lançamento da revista é emblemático: o dia 5 de julho foi o momento do Batismo Cultural de Goiânia.¹⁶

De acordo com Bourdieu (2011) o campo intelectual é marcado por uma relativa autonomia contudo, é necessário colocá-lo dentro de uma análise maior que é o campo de poder. Nesse sentido é importante salientar que a análise de um artista ou intelectual deve ser permeada pela noção de *habitus*, isto é, levando em consideração quais são as demandas sociais exigidas de um indivíduo em um dado momento histórico para que certas posições sejam por ele ocupadas no espaço social. Nesse sentido, é possível traçar o sentido normativo que regulamentava a escolha, por parte do governo, dos componentes editoriais da revista *Oeste*, na vontade de elaborar certos discursos.

Fugindo de um determinismo que uma análise social superficial pode levar, pode-se ver que dentro do corpo editorial da revista existiam espaços de tensão e ou divergência ideológica. No primeiro número da revista, do ano de 1942, três espaços internos de base política se apresentam:

- a) Democrático – esquerdizante: Zecchi Abrão, Bernardo Élis e José Décio Filho;
- b) Centrista: Hélio Lobo e Garibaldi Teixeira;
- c) Direitista – fascistizante: Paulo Augusto de Figueiredo;

No decorrer dos vinte e três números da revista *Oeste* Paulo Augusto de Figueiredo torna-se personagem principal e grande responsável pela manutenção do discurso reificante do Estado Novo e de Pedro Ludovico: “era o *liberalismo* o boi de pancada do ideólogo de *Oeste*” (ÉLIS, 1987, p.85). Não sendo escritor, o objetivo de Paulo Augusto de Figueiredo vai gradativamente se tornando político, na busca de ascender nos quadros da vida pública.

O primeiro número da revista *Oeste*, do ano de 1942, traz em suas primeiras páginas quais são os objetivos iniciais do projeto: louvar o interventor Pedro Ludovico, exaltar o Estado Novo e por fim trazer à tona a intelectualidade jovem do Estado de Goiás. A leitura de números posteriores da revista deixa evidente que o conteúdo literário vai gradativamente perdendo espaço mediante o avanço da horda do discurso político. Nesse sentido, é justamente Bernardo Élis, redator responsável pelas páginas literárias, que vai levar adiante o projeto das letras. No primeiro número da revista (2001, p. 21 [1942, nº01]) a contribuição de Bernardo Élis se dá com a publicação do conto *Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá* e com

¹⁶ Por meio do decreto-lei de nº 4.092 o presidente Getúlio Vargas permitiu a realização dos festejos de lançamento da nova cidade. O início do mês de julho foi o momento de apresentar ao mundo e também a muitos goianos a nova capital. Mais detalhes sobre o batismo. (GALLI, 2006).

o poema *Ponta de rua*. Não iremos realizar uma análise arqueológica dos textos produzidos por Bernardo Élis na revista *Oeste*, contudo é nosso objetivo identificar que é dentro desse campo intelectual que inicia-se de forma clara a sua transformação em autor representante do Estado de Goiás

1.4- A livraria Oió, as letras e Goiás:



Figura 2: Bernardo Élis em sessão de autógrafos na Livraria Oió. (Acervo particular).

Em 1951, a jovem capital do estado de Goiás, conhece o início das atividades da livraria Oió, obra de dois irmãos: Olavo e Othelo Tormin. A livraria ao longo dos anos de 1951 até 1970 tornou-se o espaço de encontro da *intelligentsia* goiana e principalmente goianiense. Escritores como Bernardo Élis, Carmo Bernardes, Eli Brasiliense, José Godoy

Garcia, Bariani Ortêncio, Ada Curado, Miguel Jorge, Luiz de Aquino e inúmeros outros eram figuras constantes.

Os lançamentos de livros na Livraria Oió eram verdadeiros *meetings*, onde os participantes eram convidados pessoalmente por Olavo Tormin ou ficavam a par da situação pela imprensa local de acordo com Mollo (2009). As obras de Bernardo Élis, foram também lançadas no espaço da Livraria Oió: *Ermos e Gerais* (2ª edição/1959), *O tronco e Veranico de Janeiro* (1966). Autores como Bariani Ortêncio, Geraldo Coelho Vaz, Carmo Bernardes, Eli Brasiliense, Mário Palmério e outros também figuravam como autores que tinham suas obras em lançamentos organizados pela livraria.



Figura 3 Bernardo Élis (em pé), ao lado dos escritores Bariani Ortêncio(à esquerda) e Mário Palmério.

Além de servir como ponto de convergência da ala cultural em Goiânia, a Oió era também espaço de importantes debates e conversas sobre o mundo das letras e o “mundo real”. De escritores consagrados como Bernardo Élis até jovens como Miguel Jorge e Gabriel Nascente, a livraria tornou-se o espaço central do *habitus* dos escritores de Goiás. Porém importante ressaltar que nem tudo “eram flores” entre os escritores goianos. Em entrevista concedida à jornalista Lúcia Tormin Mollo (2009), o escritor Luiz de Aquino retrata uma interessante passagem em que as relações entre Bernardo Élis e José J. Veiga são marcadas

por um aparente cenário de rixa: “ O Zé Mendonça um dia pergunta: Bernardo, vocês são da mesma cidade pequenininha, nasceram no mesmo ano, quando foi que a sua infância cruzou com a do José Veiga? Nunca não, ele morava na rua de baixo.” (p.51).



Figura 4 Bernardo Élis em dia de lançamento na Livraria Oió. (Acervo Particular).

Válido lembrar que no decorrer do funcionamento da Livraria Oió, dois eventos foram de vital importância para o incentivo às letras em Goiás e também para a sua renovação: a criação do Jornal Oió (1957 – 1958) e o GEN (Grupo de Escritores Novos).

Vários nomes de peso da literatura goiana e nacional realizaram trabalhos para o Jornal Oió. Podemos destacar textos de Bernardo Élis, Amália Hermano Teixeira, Domingos Félix de Souza, Gilberto Mendonça Teles, Cora Coralina, Regina Lacerda, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Sabino Júnior e inúmeros outros. Interessante perceber que o mensário goianiense foi o responsável pela publicação da primeira obra da poetisa Cora Coralina: *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* (1965).

De fevereiro de 1957 até agosto de 1958, o Jornal Oió esteve em circulação, sendo impresso na gráfica do jornal *O Popular*, com destaque para as cores azul e preta. Os escritos do jornal eram variados: contos, ensaios, artigos de opinião e poemas. Um texto importante para a nossa narrativa é a entrevista realizada por A. G. Ramos Jubé com Bernardo Élis, na edição de setembro de 1957 do Jornal Oió. A seção “Mural de ideias” inicia a entrevista com uma chamada provocativa e de peso, proferida pela fala de Élis: “O regionalismo é o motor de

uma literatura verdadeiramente nacional”.(1957,s.p). O ponto de partida da entrevista de Élis, caminha por uma reflexão sobre a situação da literatura no Brasil e principalmente o advento de uma literatura mais subjetiva, onde ganha destaque a figura de Guimarães Rosa. Contudo Bernardo Élis reconhece a importância de tais posturas e cita ainda o peso da inventividade de Mário de Andrade na literatura brasileira e Marcel Proust e Kafka para a literatura internacional.(JORNAL OIÓ, setembro de 1957, nº8).

Em outra edição do suplemento literário, julho de 1957, uma enquete é proposta para Bernardo Élis, Basileu França e Xavier Júnior: “As instituições culturais goianas atendem às suas finalidades?” São colocadas no questionamento instituições como: Academia Goiana de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Associação Brasileira de Escritores – seção Goiás e outras. Nas palavras de Bernardo Élis, referindo-se às entidades culturais:

E não creio mais: em entidades culturais atuantes. Talvez pelo gênero da atividade, em toda parte as entidades culturais são essa água morna. Conhecem vocês alguma entidade cultural da França, dos Estados Unidos, da Itália, com essa evidência com que se conhece a fábrica de carros *Ford*, a fábrica de produtos *Johnson and Johnson*? Eu, não. Ora dentro da relatividade, as nossas associações tem o mesmo ritmo das demais do mundo.(JORNAL OIÓ, setembro de 1957, nº8).

No caso da Associação Brasileira de Escritores – seção Goiás(ABDE), Bernardo Élis compara com a filial paulista e afirma de maneira categórica que a seção de São Paulo está em posição de destaque, pois o Estado de São Paulo é mais desenvolvido do ponto de vista econômico e social (JORNAL OIÓ, setembro de 1957, nº8).Cita-se ainda que a ABDE consegue manter-se pela Bolsa de Publicação mantida pelo governo municipal, assim como o auxílio do governo estadual,ou seja, com verbas para a área literária poderá ser um alento para as letras em Goiás, servindo de estímulo para novos escritores.

Um ponto presente nas falas e textos de Bernardo Élis, principalmente aqueles voltados para a imprensa evidenciam uma profunda postura de ressentimento. A situação de periferia do Estado de Goiás, assim como a sua não entrada plena nos quadros da literatura nacional apontam tal traço de personalidade. De acordo com Konstan (2009, p. 61): “o sentido psicológico de ressentimento é algo como a raiva ou a irritação perante uma desfeita; [...] ressentimento é geralmente um sentimento duradouro, não fugaz: o ressentimento é cultivado e acalentado.” Como ponto de reflexão, vale citar o título da entrevista realizada por Ecilene Camargo, para *O Popular* em edição de 8 de junho de 1997: “Bernardo Élis: Entre ressentimentos e planos”. A frustração com a situação de escritor e principalmente a

dificuldade de viver exclusivamente de seu ofício de escrever, criaram em Élis uma postura de profundo ressentimento.

Como citamos anteriormente, o segundo ponto fundamental na leitura do campo intelectual em Goiás, que é simultâneo à existência da Livraria Oió é a formação do movimento literário conhecido como Grupo de Escritores Novos (GEN). De acordo com Wania Majadas(1995):

Um grupo de escritores goianos, na década de sessenta, decidiu, corajosamente, proclamar mudanças substanciais sobre o que estava sendo produzido na literatura em Goiás. Digocorajosamente, porque não pode ter sido fácil polemizar com os autores atuantes que com muita garra e merecidamente vinham conquistando espaço e divisas para a literatura em Goiás – os autores regionalistas. (JO, janeiro de 1995).

Uma forma de aproximação com os escritores já atuantes, ou principalmente com o chamado Movimento de 45, foi a criação de laços com Bernardo Élis pelos membros do GEN. De acordo com Coelho Vaz: “ Era a busca de renovação. Não do embate entre velhos e novos. Ao contrário, buscou na pessoa do escritor Bernardos Élis, escritor consagrado da velha geração, seu patrono.”(VAZ In OLIVAL, 2009, p.9).

Na obra *GEN: Um sopro de renovação em Goiás* (2000), a professora Moema de Castro e Silva Olival, aponta Miguel Jorge, Yêda Schmaltz, Heleno Godoy e Maria Helena Cheincomo os nomes mais influentes no movimento iniciado na década de 1960. Importante ressaltar que não se trata de uma geração, na medida em que os estilos, as formas de narrar e as temáticas possuem um alto grau de variação, porém Olival (2000,p.15) diz:”Um traço que une a todos: a construção do fazer literário, o domínio da linguagem em todo o seu potencial de experimentação revolucionária da vanguarda, na arte de narrar, de poetar”.

Em entrevista cedida ao Jornal Opção, Bernardo Élis faz um balanço do GEN:

Acho que o GEN, de fato, foi um divisor de águas em Goiás. Na ocasião em que surgiu, aquele grupo passou a tratar a literatura goiana dentro de uma nova perspectiva, em consonância com as vanguardas do Rio de São Paulo, como o concretismo e a literatura práxis. Sobretudo Heleno Godoy foi muito importante nesse sentido. Ele escreveu um livro muito bom, *As lesmas*, que é um dos livros mais interessantes que a literatura goiana já produziu. Se esse livro tivesse sido publicado no Rio ou em São Paulo, teria tido enorme repercussão. Aqui, ele acabou ficando mais ou menos oculto.(JO, maio de 2001).

Importante ressaltar que o caráter inovador do GEN, não impediu o diálogo com uma literatura já produzida em Goiás antes do ano de 1963, marco fundador do movimento. O

campo intelectual em Goiás ganhava uma nova força de combate. Perguntado se o GEN havia causado certos problemas para Élis, o escritor nos responde: “[...] sempre me dei muito bem com o membros do grupo. Fui até patrono do GEN.”(JO, maio de 2001).

Traçando o campo social, cultural e intelectual de Bernardo Élis, percebemos claramente a necessidade de se estudar um escritor levando em consideração, uma leitura ampla de sua realidade sócio – histórica. Sendo assim, realizaremos no próximo capítulo uma tentativa de interpretação sobre o perfil ou tipo intelectual de Bernardo Élis.

CAPÍTULO 2: O INTELLECTUAL DE FRONTEIRA

O objetivo principal do capítulo é buscar não apenas operar uma leitura do conceito de *intellectual*, mas em particular apresentar uma tentativa de tipologia sobre Bernardo Élis. Nosso intuito será de evidenciar o caráter outro do ser intelectual no sertão.

Nossa leitura será marcada pela interpretação dos estudos culturais e pela ideia de que a fronteira é um local gerador de realidades diversas. O intelectual de fronteira se apresenta como o responsável por um diálogo amplo, não sendo refém das idiossincrasias meramente regionais que culminam no determinismo.

O uso primeiro da palavra “intelectual” é marcado por uma temporalidade conhecida: o ano de 1898. Na França, mais precisamente no cenário do caso Dreyfus, onde membros eminentes da cultura francesa se manifestaram publicamente em posturas favoráveis ou contrárias ao capitão francês acusado de traição.¹⁷

A entrada dos escritores de forma ativa nas discussões políticas na França foi um elemento fundamental para que a palavra intelectual se tornasse comum no espaço público. Não ainda ao ponto de se tornar unanimidade, Ferdinand Brunetière, diretor de *La Revue des deux mondes*, citado por Michel Winock (2000) nos diz:

essa petição que circula entre os *Intellectuels*, só o fato de terem criado recentemente esta palavra *Intellectuels* para designar, como se fosse uma espécie de casta nobiliárquica, as pessoas que vivem nos laboratórios e nas bibliotecas, só esse fato denuncia um dos males mais ridículos de nossa época, refiro-me a pretensão de alçar os escritores, os eruditos, os professores, os filósofos à posição de super-homens. As aptidões intelectuais, que certamente não desprezo, têm um valor apenas relativo. Quanto a mim, na ordem social, considero bem mais elevadas a têmpera da vontade, a força do caráter, a segurança do julgamento, a experiência prática. Assim não hesito em colocar certo agricultor ou certo negociante que conheço muito acima de certo erudito ou de certo biólogo, ou de certo matemático que prefiro não nomear... (idem, p.32).

Tal postura marca claramente que a presença dos intelectuais na vida pública e política também foi responsável pela criação de uma crença anti-intelectualista. Bobbio (1997)

¹⁷ Em 1894, o oficial de artilharia Alfred Dreyfus (1859-1935), judeu, é julgado por alta traição (espionagem para os alemães) e condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na Costa da Guiana Francesa. Pela falta de evidências judiciais se realiza outro julgamento em 1898, porém a sentença é mantida. A partir da carta publicada por Émile Zola para o então presidente da França Félix Faure, outros eminentes nomes do cenário cultural francês também aderem ao movimento “dreyfusista”: Anatole France, Marcel Proust, Lucien Herr, François Simiand, Claude Monet, Émile Durkheim e outros.

percebe a existência de tal postura crítica em duas matrizes: o antiintelectualismo dos próprios intelectuais e o dos não-intelectuais. Os primeiros em uma postura de formas confessionais tentam evidenciar o caráter trivial ou comum de suas funções. Não buscam marcar de forma intocável o trabalho dos intelectuais, pelo contrário, buscam estabelecer aproximações com outras formas de aderência social. A crítica dos não - intelectuais é ácida. Questiona-se a utilidade dos homens de cultura na sociedade. Os usos de suas teorias e principalmente a entrega total às suas causas metafísicas são objetos de variadas denúncias. Em um mundo tecnocrata e marcado pela crença no *self-made-man*, os intelectuais seriam vistos de forma nociva. Ainda em Bobbio (1997), a postura refratária aos homens de cultura têm duas formas de destaque:

a) não obstante a sua arrogância, aquele que vive imerso no mundo das ideias abstratas não consegue dar qualquer contribuição útil a quem deve resolver os problemas vitais no dia-a-dia; b) por causa de seu espírito crítico, de sua atração pelas ideias radicais, dá uma contribuição sim, mas é uma contribuição negativa, destrutiva, subversiva, que estimula o desespero ou a revolta (p.138).

Começa a se fazer claro que a questão dos intelectuais não está apenas imersa no mundo da cultura ou das ciências. Trata-se de um tema de ordem social e amplo. O engajamento das posturas diversas nada mais é que o próprio engajamento dos intelectuais, em certos momentos históricos de maior relevo e outros de menor.

“O conceito de intelectual é uma especialidade e uma especificidade francesas” (Rodrigues da Silva, 2002, p.14). Verdade que o termo nasce na França no final do século XIX e que poucos países ao redor do mundo dão de fato atenção e se preocupam com as opiniões de seus homens e cultura. O conceito de intelectual é marcado por várias temporalidades e camadas de significados.

Cada época demanda e produz certos modelos de intelectuais. “Sinônimo de clérigo (*clerc*), o intelectual conota, uma certa sacralidade” (RODRIGUES DA SILVA, 2002, p.14). Tal leitura pode ser compreendida na medida em que se percebe a atuação de certos exemplos de intelectuais. Os ancestrais da chamada intelectualidade moderna eram vistos como seres supremos do conhecimento e sacerdotes das ideias e palavras, “a dos sacerdotes mágicos, enunciadores da verdade sagrada, produtores\guardiões dos mitos” (DEBRET apud RODRIGUES DA SILVA, 2002, p.14). No mundo medieval os membros da Igreja Católica eram os possuidores de tal aura. Com o advento dos tempos modernos, em particular no mundo Ilustrado do século XVIII, os homens de cultura e saber tornaram-se verdadeiros

mitos. Marcados por uma missão racional e de filiação com a verdade se apresentavam como os condutores da Humanidade. Voltaire, Rousseau, Montesquieu e outros são exemplos.

De acordo com Rodrigues da Silva (2002):

o neologismo “intelectual” designa, originalmente, uma vanguarda cultural e política que ousava desafiar a razão do Estado. Essa palavra, que poderia ter desaparecido após a resolução do Caso Dreyfus, integrou-se à língua francesa. Continuando a designar um grupo político, o substantivo “intelectual” qualifica sobretudo uma atitude e uma maneira de se posicionar no mundo.(p.16).

Contudo é importante ressaltar que tal conceito não fica preso àqueles que adotam uma postura de paladino da verdade e da justiça. As décadas de 1920 e 1930 assistiram a uma filiação de inúmeros intelectuais aos regimes totalitários. O autor Julien Benda fazia em 1927 uma leitura crítica sobre a ação dos intelectuais em sua obra *La trahison des clercs*. Apontava uma total submissão aos valores pregados pelo partido ou por uma ideia política:

De modo que o livro de Benda é profético nos dois sentidos da palavra: denunciador e anunciador. Denunciava a inteligência que se permitia justificativas eruditas e literárias para os desregramentos das paixões particulares- pleonasmo didático; e anunciava as sociedades que anulariam qualquer poder de pensamento independente: os regimes totalitários (WINOCK, 2000, p. 257).

Muito longe da postura de sacerdotes do saber ou profetas da verdade, “na Atenas dos séculos V e IV antes de nossa era, os sábios são muitas vezes ridicularizados pelas comédias, que os dotam de um físico ingrato e frágil, de uma crosta de sujeira e de um odor incômodos, e de um comportamento muitas vezes estranho” (SIRINELLI, 2010, p.251). Em vários momentos os aspectos grotesco e doentio dos intelectuais foram apresentados na forma de exotismo. Porém mesmo com visões negativas, o papel de ator social e político foi desenvolvido com afinco por inúmeros personagens do século XX.

De acordo com Sirinelli (2010):

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (p.248).

Nesse sentido é evidente o papel desempenhado pela elaboração de um *modus operandi* soviético no decorrer da década de 1940 por Andrei Jdonov ¹⁸(citado em Winock, 2000,p.561):

Enquanto as “posições mundiais do socialismo” estão fortalecidas em toda parte, assistimos, dentro do mundo capitalista, à preponderância dos Estados Unidos da América, potência “conquistadora e imperialista”, que visa à hegemonia mundial”. Essa situação provoca na prática, a divisão do mundo “em dois campos principais”: o campo imperialista, que reúne, sob a tutela americana, “as forças reacionárias e antidemocráticas”, e o campo anti-imperialista, cujos fundamentos são a União Soviética e as democracias populares, apoiadas “pelas forças populares e progressistas de qualquer lugar do mundo”. O primeiro prepara “uma nova guerra anti-soviética”, o segundo luta “para estabelecer uma paz justa e duradoura”. A política expansionista dos Estados Unidos baseia-se nos planos militares, no controle econômico e político dos países dependentes, na “construção” de uma “preparação ideológica minuciosa”, e o plano Marshall é “a expressão final dessa política”.

Os partidos comunistas e os intelectuais comunistas deveriam exercer um papel fundamental na luta do socialismo soviético contra o avanço do maquiavelismo estadunidense. Sartre foi o ponta de lança do engajamento socialista na França nos momentos do pós-guerra. Um tema caro ao pensamento e engajamento de Sartre foram os anos pós-stalinismo em que os crimes do ex-líder soviético começaram a ser noticiados de forma universal. Colocava-se em cheque a teoria do progresso e da justiça social do pensamento socialista e comunista. Parafrazeando Marx, o que era sólido estava se desmanchando no ar. Em junho, *Le Monde* publica o Relatório secreto de Kruschov revelado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, ocorrido no fevereiro precedente.

Essa denúncia dos crimes de Stalin, até então conhecidos oficiosamente, que de repente são escancarados, atordoam os militantes comunistas: Stalin ocupou um lugar em suas vidas, tal a competência da propaganda. Parecia que a história universal nunca vira um líder de povo dessa envergadura. E como fugir a um mito dessa amplitude: Stalin organizou seu culto enquanto vivo, um culto religioso, servido por todos os pontífices e todos os clérigos da igreja comunista internacional, e até dos revolucionários mais autênticos, ao lado dos burocratas da sacristia, viraram turibulários a balançar mirra e incenso nas naves. (WINOCK, 2000, p.649)

Nesse tempo outro importante intelectual francês também ganhava espaço nos debates nacionais e internacionais: Albert Camus. Importante ressaltar que após a libertação da França da dominação alemã, Sartre e Camus estão caminhando perfilados. Colhendo os frutos de

¹⁸ De acordo com Arnaldo Daraya Contier (1998), Jdanov reafirma o princípio leninista da continuidade cultural e proclama a restauração dos valores culturais da época da burguesia destruídos pelos movimentos modernistas. O partido comunista deve salvaguardar a herança clássica dos mestres do século XIX, que é o modelo de todo desenvolvimento artístico posterior.

obras como *O estrangeiro* e o *Mito de Sísifo*, o autor argelino é uma das vozes da geração francesa:

Embora a reputação literária do autor de *O estrangeiro* e *A peste* tenha sido injustamente afetada na opinião de seus contemporâneos por suas incursões malogradas no debate filosófico, foi seu papel de principal intelectual público, de porta – voz moral da época, que pesou mais nas costas dele, em sua última década. Os editoriais que escreveu no jornal *Combat*, no pós-guerra, conferiram a ele um prestígio singular, [...]; foram de Camus as máximas que marcaram o tom da geração da Resistência, que enfrentava os dilemas e as decepções com a Quarta República. (Judt, 2008, p.116).

As responsabilidades lançadas sobre os ombros de Camus foram por ele negadas no final da década de 1950, como nos mostra o historiador inglês Tony Judt (2008, p.116):

Nos anos anteriores, ele aceitara a responsabilidade: ‘ A gente deve se submeter’, como disse em 1950. Mas, na última entrevista que concedeu, em dezembro de 1959, sua frustração e ressentimento são patentes: ‘ Não falo por ninguém: já tenho dificuldade suficiente para falar por mim. Não sou guia de ninguém. Não sei, ou mal sei para onde vou’. Sua atuação como intelectual nos conflitos na década de 1950 pela independência de sua Argélia natal “o reduziu a um silêncio impotente no auge da guerra civil [...] e o tornou inacessível para a geração seguinte. (idem, p.118).

Após sua morte em janeiro de 1960 sua figura continuou em nítida derrocada na opinião pública francesa,

contudo, já no final dos anos 1970, sem nada além de sangue e cinzas para mostrar pelo apoio à repressão revolucionária na Europa, China, Cuba e Camboja, os pensadores franceses mudaram para um ponto de vista singularmente próximo àquele de Camus – embora sem reconhecer isso, normalmente: uma coisa era repetir o alerta de Camus, ‘il est des moyens qui ne s’excusent pas’ (são os meios que não se justificam), e outra bem diferente admitir que ele estava certo desde o início. (JUDT, 2008, p.118).

Por outro lado, deve-se também fazer justiça ao caráter humanista de Albert Camus:

A democracia não é o melhor dos regimes. É o menos mau. Experimentamos um pouco de todos os regimes e agora podemos compreender isso. Mas esse regime só pode ser concebido, realizado e sustentado por homens que saibam que não sabem tudo, que se recusem a aceitar a condição proletária e nunca se conformem com a

miséria dos outros, mas que se recusem, justamente, a agravá-la em nome de uma teoria ou de um messianismo cego (CAMUS *apud* WINOCK, 2000, p.534).

Vale ainda ressaltar: “A ingenuidade é grave quando se supõe que o engajamento político procede da lucidez, ela própria alimentada pela Razão. E forçoso é constatar que, nesse engajamento, o sentimento e a afetividade algumas vezes prevaleceram sobre a Razão” (SIRINELLI, 2010,p.260). Dessa maneira, apresentando a França como o berço das questões referentes ao papel dos intelectuais, veremos a seguir modelos teórico-metodológicos de trabalho sobre os intelectuais.

2.1- Leituras intelectuais sobre os intelectuais:

Não é de hoje o debate sobre a relevância das ideias em uma sociedade. Tenta-se, desde tempos remotos, identificar a capacidade de alteração das ideias no campo da realidade. De que forma operam mudanças na sociedade, nos homens de governo, nos partidos políticos, nas guerras, em resumo em boa parte das ações humanas.

Aparentemente as ideias precisam justificar constantemente sua validade. É um exercício diário e sub-reptício de afirmação. Nesse sentido desde a antiguidade filósofos já buscavam oferecer validade aos seus discursos e reflexões. A razão busca por se firmar como eixo normativo das ações humanas. E assim ganha papel a relevância do trabalho do intelectual.

De acordo com Norberto Bobbio (1997), duas posições antitéticas sobre a função (papel) dos filósofos (intelectuais) na sociedade podem ser vistas em Platão e Kant.

Platão:

A menos que nos Estados os filósofos se tornem reis, ou que aqueles que hoje se dizem reis e soberanos se tornem verdadeiros e sérios filósofos, e que se vejam reunidos em um único indivíduo o poder político e a filosofia, a menos que, de outra parte, sejam excluídos do governo aqueles muitos que hoje tendem a uma ou a outra dessas vocações separadamente, não haverá remédio algum para os males que afligem e devastam os Estados e a própria humanidade (1970, p.150).

Em sentido oposto, mas estabelecendo nítida intertextualidade com a obra de Platão, Kant diz:

Não se deve esperar que os reis filosofem ou se tornem filósofos, nem mesmo desejar isso, pois a posse da força corrompe inevitavelmente o livre juízo da razão. Mas que reis ou povos soberanos... não deixem desaparecer ou não reduzam ao silêncio a classe dos filósofos, mas a deixem se expressar publicamente, isso é indispensável a uns e a outros para que possam ter clareza sobre seus próprios negócios. E desde que essa classe, por sua natureza, é imune ao espírito faccioso e é incapaz de conspirar, não pode ser suspeita de fazer propaganda (1989, p.316).

De acordo com Bobbio (1997) por mais que o termo intelectual seja recente no campo linguístico, outras atividades já apresentavam elementos similares aos da prática intelectual atual: sábios, doutos, *philosophes*, *clercs*, *hommes de lettres*, escritores, músicos, pintores e outros.

Fato ainda evidente se faz no embate sobre o primado da vida intelectual e contemplativa sobre o da vida prática e ativa. Nas palavras de Bobbio (1997, p.111): “quanta continuidade existe entre a figura, recorrente em todos os séculos, do filósofo ou do sábio educador do príncipe [...] e a hodierna figura do intelectual que considera ser sua tarefa principal contribuir com conselhos competentes para a conduta do bom governo”.

A distinção se faz no campo de ação social. Os intelectuais estão voltados para o progresso da sociedade, o desenvolvimento do espírito humano e como resultado final a plena emancipação dos indivíduos. “À tese contrária do primado da vontade ou da ação – no princípio era o ato- corresponde a tese, não por acaso anti-intelectualista, segundo a qual os intelectuais não contam nada ou são considerados chatos, que o poder político faz muito bem em manter nos guetos dourados das universidades ou das academias, para que incomodem o menos possível” (BOBBIO, 1997,p.112).

A questão de se estudar os intelectuais é estabelecer obrigatoriamente a relação entre eles. De acordo com Sirinelli (2003) o universo formado pelos intelectuais é restrito no que tange ao número de participantes. Torna-se, portanto, vital compreender as formas de sociabilidade entre os mesmos, tentando buscar pontos de congruência não apenas ideológicos, mas também locais de produção conjunta, e nesse sentido, o estudo de revistas, conselhos editoriais, jornais e outras formas de conhecimento compartilhado.

Na dissertação devemos considerar as especificidades históricas como elementos elaboradores de novos arranjos e problemáticas. Uma mesma revista possui inúmeras temporalidades que mostram ao historiador, ao sociólogo e outros pesquisadores as especificidades de cada ideia e de cada intelectual. Partindo também das diretrizes de Hall (2011) a recepção das ideias deve ser lida por suas camadas de temporalidades e vale lembrar que existe ainda um descompasso, mesmo partindo de um mesmo tempo, entre as projeção das ideias e a capacidade de absorção das mesmas.

Citado por Bobbio, em sua obra *Os intelectuais e o poder*, L.A. Coser cria quatro distinções sobre a relação entre o poder e a influência dos intelectuais em obra intitulada *Men of Ideas* (1965). As distinções apresentadas são:

- a) Os próprios intelectuais estão no poder e o caso mais evidente seria o dos jacobinos e os bolcheviques;
- b) Os intelectuais buscariam influenciar o poder mesmo não fazendo parte da burocracia diretamente;
- c) Seriam os intelectuais os legitimadores do poder: seus *ideólogos*.
- d) Em caminho oposto se apresentariam como críticos do *status quo*. Seriam radicais nas críticas às estruturas de poder e de dominação.

Bobbio (1997) ainda acrescenta uma quinta categoria, a daqueles intelectuais que não desejam estabelecer diálogos com as estruturas do poder. Ao perceber a variedade de posturas frente ao poder e ao campo social, surgem outras perguntas: quem seriam de fato, os chamados intelectuais? Quais os tipos e as funções dos intelectuais?

2.2- A busca de um perfil.

Toda e qualquer seleção ou escolha passa invariavelmente por um processo de negação de inúmeras particularidades. A busca por listas e grupos é marcada desde o início por um processo nitidamente subjetivo.

Contudo vale a pena ressaltar que o ato de catalogar e medir é pautado inicialmente pela escolha de quais itens entrarão na seleção. Deve-se criar um sistema de acesso ao catálogo. Cria-se uma seleção artificial dos itens presentes na lista futura. Porém vale perceber que toda lista, como produto final, pretende-se natural: *isto era evidente!, sabíamos desde o início, já imaginávamos tal resultado*.

Selecionar é antes de tudo uma relação de poder. A criação de critérios de escolha não consegue traduzir a totalidade dos fatos. A postura de uma seleção leva em conta mais elementos imediatos do que uma análise mais extensa dos fatos. É inevitável que a injustiça se faça presente no resultado final.

A racionalização da realidade de acordo com Moles (1995) é exemplificada pelo medir. Em suas palavras:

Medir é portanto, comparar um padrão empírico, comum (aproximadamente) a todos os homens, a uma coisa do mundo exterior: é levar através do pensamento as coisas

do mundo até o homem, é trazer o mundo ao homem, e ele só terá que transpor as etapas do infinito do mundo que dava vertigem a Pascal.(1995, p. 22).

Tal processo de medição e catalogação busca a universalidade. A preocupação pela normalização dos eventos produz automaticamente uma realidade totalitária, isto é, violenta. Cortes e amputações são realizados pela lógica do selecionador. Perfis são divididos em aceitáveis ou inaceitáveis. “Surge então o perigo de confundir a medida e a coisa e de acreditar que basta medir para dominar, basta conhecer para fazer, explicar para compreender....”(MOLES, 1995, p.23).

As divisões criam também elementos valorativos sobre os itens selecionados e criam de uma forma evidente uma orientação na recepção dos dados. Aquilo que foi selecionado é automaticamente bom. Ao contrário, aquilo que está fora da lista é grosseiro e ruim.

Partiremos agora de outra premissa. A seleção serve como instrumento de produção do conhecimento. Tendo ainda como suporte (uma generalização) o mundo ocidental, a produção da ciência se sustenta em uma máxima: “Vale mais a pena saber de maneira incerta do que não saber nada...” (MOLES, 1995, p.23). A busca no sentido teleológico, como vontade do espírito humano de saber pode conduzir a resultados pouco práticos e ineficientes, isto é, inúteis. De acordo ainda com Moles (1995, p.28) “é muito mais cômodo viver dentro das certezas falsas do que dentro das incertezas moderadas”.

Pela necessidade de caracterização partiremos do conceito levantado por Bobbio (1997):

O que caracteriza o intelectual não é tanto o tipo de trabalho, mas a função: um operário que também desenvolva obra de propaganda sindical ou política pode ser considerado um intelectual, ou pelo menos os problemas éticos e cognoscitivos da sua obra de agitador são os mesmo que caracterizam o papel do intelectual: qual a incidência das ideias sobre as ações? (p.114-115).

De acordo com Koselleck (1993, p.114-118): “Um conceito não é somente um indicador dos contextos que engloba, é também um de seus fatores. Com cada conceito se estabelecem determinados horizontes, assim como os limites para a experiência possível e para a teoria concebível”.

Buscando uma mediação entre a conceituação de Bobbio e a advertência de Koselleck, notamos as limitações dos usos das terminologias e percebermos o caráter momentâneo de toda classificação e ou generalização, contudo tais ressalvas nos servirão de aviso para as tentativas de identificação de várias vozes e posturas intelectuais na obra do escritor Bernardo Élis.

2.3- Os descaminhos de uma vida sertaneja

Na calma roxa da tarde
 Havia o tropel monótono de um burro
 No chão batido da estrada.

E os olhos do cavaleiro
 Os horizontes pulavam
 No vaivém do trote largo.

[...]

E os cascos batiam secos
 No chão batido da estrada.¹⁹

A literatura de Bernardo Élis é vista como um exemplo típico da mais bem acabada literatura regionalista. De acordo com Bosi (2006, p.427), “Bernardo Élis representa [...] o ponto alto do regionalismo tradicional”.

Quando da publicação de sua primeira obra de prestígio nacional, *Ermos e gerais* (1944), a literatura brasileira estava marcada pela forte e preciosa presença da literatura regionalista com as cores do Nordeste. Autores como Graciliano Ramos, José Lins do Rego e outros.²⁰ Com a publicação da obra, o desconhecido estado de Goiás passava a ter um breve destaque no cenário literário nacional.

Importante lembrar que o pensamento social brasileiro ainda era marcado por um imaginário sobre Goiás representado pelo signo da alteridade. Os relatos dos viajantes do século XIX elaboraram discursos densamente marcados por elementos negativos sobre o espaço, a cultura e os viventes da então província de Goiás. Exemplo clássico de tais visões, e já de certa maneira incorporado no anedotário sobre Goiás, são as reflexões do viajante e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire. Referindo-se aos produtores rurais da região de Goiás no século XIX, o naturalista francês não economiza em adjetivos:

A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. Mas a miséria, que os embrutece e desanima, deve necessariamente, por sua vez, aumentar a sua apatia. E esta chegou a tal ponto, em muitos deles, que,

¹⁹Poema de Bernardo Élis: *Estrada do sertão*. 1987. p. 31.

²⁰A chamada geração de 1930 da literatura brasileira representou um ponto alto no engajamento literário. As paisagens do Nordeste serviram de elementos para uma leitura da problemática social de um Brasil ainda marcado por sérias desigualdades sociais e forte concentração fundiária.

dispondo praticamente de toda a terra que lhes convém, eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento. (SAINT - HILAIRE, 1975, p.27).

Os discursos elaborados pelos viajantes seriam fruto de uma consciência alheia: a europeia. Já marcados pelos signos do progresso e da modernização, a realidade goiana, ao se distanciar do vivido no velho continente, seria um local que caminharia no sentido contrário ao da história. Viveríamos em uma era de eterno marasmo e decadência. Seríamos filhos da indolência e de um passado de fausto aurífero. O historiador Chaul (1997) opera no sentido oposto de tais narrativas naturalistas. Seria nesse sentido, fruto da visão alienígena que criaria espaços que não seriam miméticos na sua narração, isto é, os viajantes operam suas construções discursivas a partir da alteridade.

Na leitura de Sandes (2002):

Seguindo o itinerário de crítica à memória da decadência, destaca-se o trabalho de Nasr Chaul, *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade* (1997), que tem o mérito de elaborar de forma sistemática, a crítica à historiografia que transformou a decadência em modelo de conhecimento da região. Tem razão o autor ao apontar a ausência de oposição entre auge e decadência, bem como a especificidade do olhar do viajante. A relativização da crise como elemento ordenador da região é parte de uma estratégia de leitura historiográfica comprometida com o futuro (p. 29).

Importante leitura é operada por Sandes (2002) ao partir do princípio que o fetiche pela modernidade do trem e da construção da nova capital nas décadas de 1930 e 1940, realizaram uma opacidade na leitura sobre um tempo outro: o do século XVIII e principalmente o século XIX. A historiografia “progressista”, que encontra seu maior expoente em Chaul (1997) tentou reelaborar um novo sentido histórico, mas também caiu nas dicotomias por ele negadas na visão dos naturalistas. Ao realizar a tentativa de afirmar a modernidade como elemento de superação da decadência elaborou um discurso linear, construído na ideia de progresso e também amparado em antinomias.²¹

Goiás seria no decorrer da década de 1930 o apanágio da construção da identidade nacional. “No Brasil, a formação de uma história nacional assumiu o objetivo de redimensionar as identidades locais em torno de um projeto narrativo com capacidade de

²¹Uma leitura possível sobre o conceito de progresso e modernidade pode ser estruturada a partir das obras de Benjamin, Simmel e Weber. De acordo com Silva (2010) tais intelectuais “não caíram na armadilha da ideologia do progresso”.

agregar a diversidade das experiências sociais e de fixar uma temporalidade que expressasse a passagem da ordem colonial à nacional” (Sandes, 2002, p. 17).

Acreditamos na postura de Elias (2008, p.23) que “civilização, porém, não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais”. Não estamos correndo o risco de cair em um fácil relativismo na medida em que se pensa de maneira particular sobre a construção de um *habitus*. Nesse sentido, pensar Goiás do ponto de vista histórico, significa estabelecer uma leitura crítica da obra do escritor Bernardo Élis e também buscar elementos que caracterizariam sua particularidade enquanto intelectual goiano.

É elemento de fácil apreensão que a região de Goiás, assim como sua simbologia máxima, o sertão, jamais foram colocados de lado na vivência e na literatura de Élis. Relatando experiências de sua infância no sertão goiano, o autor diz:

Nossa educação era baseada no medo. Tudo era perigoso. Havia indígenas e ciganos que roubavam crianças e as escravizavam, furando-lhes os olhos ou arrancando a língua, touros e vacas bravios, cobras, onças e lobos que atacavam pessoas descuidadas. O rio era um perigo permanente pelas suas febres, por seus poços sem fundo, pela correnteza arrebatadora. (RM – IL – UNICAMP).

Vale perceber a existência de um imaginário lúdico na memória dos tempos de criança.

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado” (praeterita), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental (RICOUER, 2010, p.170).

A memória sobre os perigos do sertão dialoga com um imaginário já antigo do pensamento social brasileiro. No sertão, de acordo com Dias (2009, p.28), as narrativas situam-se no limite entre o real, o fantástico e o inverossímil. Partindo da obra do autor, tais leituras que se aproximam do fantástico se fazem presentes em vários momentos: “o corpo de Januário deu uns corcovos elegantes, uns arrancos ágeis; depois uns passos engraçados de cururu ou de recortado e se confundiu com o sangue, com os tacos de porcaria” (ÉLIS, 1987, p.77).

O sertão seria então local do fantástico, mas na obra de Élis o real na sua crueza atinge limites que ludibriam a própria lógica do pensamento.

Na tentativa de buscar uma caracterização do espaço do sertão na obra de Élis, iniciaremos uma rápida leitura do conceito de sertão no pensamento social brasileiro, tendo como suporte as leituras de Janaína Amado (1988) e Nísia Trindade Lima (1999).

De acordo com Amado (1988) em artigo intitulado *Região, sertão, nação*, o sertão seria: “Vivido como experiência histórica, “sertão” constituiu desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação”. (p.21).

Sendo o sertão um *locus* de experiência histórica, notamos que no decorrer da construção do nosso pensamento social ele foi marcado de maneira mais recorrente como espaço do atraso e da decadência. Seria um espaço de vida rústica, ermo, violento e incivilizado. (ABREU, 1976, p. 145 – 151). O pensamento operado pela dicotomia já se fazia presente desde a colônia, de acordo com a obra de Capistrano de Abreu, publicada em 1903.

Importante leitura na identificação da construção literária, sociológica e histórica do conceito de sertão no pensamento social brasileiro é a obra de Nísia Trindade Lima (1999). De acordo com a socióloga brasileira as leituras sobre o sertão foram marcadas por intencionalidades distintas, mas que utilizavam como plano de fundo a ideia ora do atraso, ora do espaço da verdadeira identidade nacional. No período colonial, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2013), a ação lusitana operava com os olhos voltados para o mar. O resultado final da empresa colonial não seria a extensão do projeto de conquista para as áreas interioranas. “Mais do que em oposição a litoral é em contraste com a ideia de região colonial que o imaginário sobre o sertão se constitui”. (LIMA, 1999, p. 57) As áreas marcadas pelo colonizador estariam na tutela do Estado e da Igreja, já as outras regiões, no caso os sertões, viveriam o espaço do abandono. (MADER, 1995):

...o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em região colonial. (p.13).

A título de localização espacial, é importante citar que o sertão levantado pela obra de Élis diz respeito a Goiás. Em obras como *O sertanejo* de José de Alencar (1876) e *Os sertões* de Euclides da Cunha (1902) o espaço diz respeito ao nordeste brasileiro. Qual a necessidade de tal distinção? Embora etimologicamente o termo seja correlato, é válido perceber as particularidades regionais entre os espaços. Tratando o sertão como região, veremos de que

maneira um intelectual pode se construir e como deve ser compreendido em um espaço de sertão: Goiás no decorrer do século XX.²²

Em entrevista concedida ao também escritor goiano Miguel Jorge, Élis reflete sobre sua situação de escritor:

Como escritor levei pouco a sério essa atividade. Até quando publiquei *Ermos e gerais*, embora querendo o contrário, tinha vergonha ou constrangimento em parecer escritor, de que assim me chamassem ou mesmo de me apresentar como tal. A censura era ditada pela alta estima em que eu colocava o ofício de escrever. Após *Ermos e gerais* continuei sempre vacilando em enfrentar a literatura de peito aberto e totalmente, continuando a alternar a profissão de escritor com outras que igualmente nada me trouxeram em dinheiro e muito menos alegria. [...] Com referência a minha obra, basta dizer que sempre me dominou a vacilação para esclarecer que não tenho dela uma visão segura: não sei se presta, nem se não presta. Valerá a pena perder tudo no mundo e fazer uma literatura em que os anos, amanhã ou mesmo hoje irão mostrar nada valer? Aí perdido por ter cão, aí perdido por não ter cão. (CEDAE – IEL- UNICAMP).

A leitura da reflexão de Élis evidencia um profundo pessimismo sobre o ofício da escrita. Uma vacilação é inerente à sua situação de escritor de uma região periférica e de fronteira. A distância dos grandes centros seria de certa maneira um entrave. A própria estima pelo ofício foi elemento gerador de desconforto. A estima pela literatura foi forjada pela leitura constante de clássicos da literatura até autores contemporâneos:

Procuro constantemente ler os contemporâneos. Como já tenho 53 anos de mundo, contemporâneos podem ser aqueles que alcancei em vida. Assim, enumero: Graciliano Ramos, O.C. Lousada Filho, Mário Chamie, Cassiano Ricardo, Max Bense, Jean Paul Sartre, Jorge Amado [...] Faulkner, Boris Pasternak, José Lins do Rego, João Guimarães Rosa, Miguel Jorge, Heleno Godoy, José Godoy, Eli Brasiense, Luís Araújo, Clarice Lispector, Drummond [...](CEDAE – IEL - UNICAMP).

Contudo, ainda na mesma entrevista, vale ressaltar que Bernardo Élis coloca em ordem de importância aqueles autores que mais lhe influenciaram:

- 1- José Lins do Rego
- 2- Machado de Assis
- 3- João de Minas
- 4- Afonso Arinos
- 5- Ernest Renan

²²De acordo com Bourdieu (2010, p.124), o regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas.

Estabelecendo como fundo teórico inicial para nossa reflexão, partiremos das premissas de Bourdieu (2011) que avalia que a compreensão do campo intelectual na literatura não deve ser analisada por um viés biográfico ou quase hagiográfico. A ideia de uma *individualidade criadora* não será levada em consideração. “A tradição positivista permanece filiada no essencial à ideologia romântica do gênio criador como individualidade única e insubstituível” (idem, p. 183) As relações ideológicas estabelecidas por Bernardo Élis podem ser em parte apreendidas pelas suas preferências literárias. Citemos como exemplo os dois primeiros casos: José Lins do Rego²³ e Machado de Assis²⁴.

Em *História concisa da Literatura Brasileira* (2006), Alfredo Bosi apresenta José Lins do Rego como o escritor da “região canavieira da Paraíba e de Pernambuco em período de transição do engenho para a usina” (idem, p.397), sendo visto ainda como a “sua mais alta expressão literária” (ibidem, p.397). Membro de uma família de senhores de engenho, o escritor paraibano realizou uma apurada leitura do Nordeste pelo viés psicológico e social.

A realidade do Nordeste é presente em suas obras e também na formação do imaginário e da postura de escritor. O autor dá destaque aos artistas populares em sua formação:

Os cegos cantadores, amados e ouvidos pelo povo, porque tinham o que dizer, tinham o que contar. Dizia-lhes então: quando imagino meus romances tomo sempre como modo de orientação o dizer as coisas como elas surgem na memória, com o jeito e as maneiras simples dos cegos poetas. Por conseguinte, o romance brasileiro não terá em absoluto que vir procurar em Charles Morgan ou os Joyce para ter existência real. Os cegos da feira lhe servirão muito mais como a Rabelais serviram os menestréis vagabundos da França. (REGO in BOSI, 2006, p.398).

Elemento importante na obra de José Lins do Rego além da questão da memorialística que se faz presente em obras como *Menino de Engenho* (1932) ou *Doidinho* (1933) é a observação do meio regional em obras como *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953) (BOSI, 2006,p.399). Podemos estabelecer de forma evidente a influência do escritor paraibano na literatura do goiano Bernardo Élis. O traço regionalismo é peça central em ambos. Nas palavras de Bosi:

Valendo-me de um símile tomado à paisagem da região: o romance é, para o criador de *Fogo Morto*, como um rio que flui mansamente pelo fértil massapê paraibano; uma corrente que ora vai levando, ora acumulando as infinitas recordações da

²³ Biografia em: < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=752&sid=256>>.

²⁴ Biografia em: < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=659&sid=240>>.

infância, sedimento de barro informe onde lhe é grato afundar o corpo inteiro. (2006, p.400).

Nessa breve leitura dos dois escritores citados como os mais relevantes em sua formação, Bernardo Élis nos coloca em evidência também a figura do bruxo do Cosme Velho, Machado de Assis. Lugar comum às adulações a Machado de Assis, a História da Literatura Brasileira parece concordar com o fato de que o autor foi “o ponto mais alto e equilibrado da prosa realista brasileira”. (BOSI,2006, p.174). Não é nosso propósito operar uma minuciosa e extensa leitura sobre a obra machadiana. Contudo alguns poucos aspectos são importantes na medida em que se aproximam da escrita pretendida por Bernardo Élis.

Aspecto importante na obra machadiana é a leitura do tecido social em fins do século XIX no Brasil. Um dos grandes leitores da obra de Machado nos diz que:

É preciso dizer, desde já, que eu acredito que aqui, mais do que nunca, as especulações de Machado se centram na questão da identidade nacional que tão frequentemente tem preocupado os intelectuais latino-americanos desde a Independência (GLEDSON, 1998, p.16).

Os temas nacionais se fazem presentes na literatura de Machado e Gledson (1998, p.17) diz que “não há dúvida que é demasiado fácil classificar Machado como patriota: era-o certamente, mas era cético demais, e empenhado demais em definir seus termos, para que o patriotismo fosse um assunto simples”. O mesmo autor inglês citando uma passagem do ensaio machadiano de 1873, chamado de *Notícia da atual literatura brasileira – Instituto de nacionalidade* reproduz as palavras do bruxo:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no espaço e no tempo.(ASSIS In GLEDSON, 1998, p.465 – 466).

O leitor atento perceberá que em obras como *Papéis Avulsos (1882)* os contos traduzem a identidade nacional de forma suave e íntima (GLEDSON, 1998). O trecho supracitado de Machado é uma intersecção importante com a literatura bernardiana. Nota-se uma preocupação também no autor goiano de buscar estabelecer-se como um “homem do seu tempo e do seu país”(ASSIS *apud* GLEDSON, p.17). A capacidade de elaborar sentidos universais a partir de experiências locais é um traço dos grandes escritores. O regionalismo

não limita assim a universalidade de um autor. Em interessante texto a teórica literária Moema de Castro e Silva Olival (2009) apresenta Bernardo Élis como portador de um *regionalismo universal*. Adotamos então tal visão, pela capacidade de síntese. Olival (2009) diz:

Como neorrealista, seu realismo é social- telúrico. Não se limita a focalizar a sobrevivência humana em nosso rincão, mas esmiúça, como dedo clínico, a chaga aberta no coração humano, obrigado a uma subserviência sem apelo. Para ele, o estigma de seus heróis ou anti-heróis é, mais que uma falta de condições socioeconômicas, a falta cultural. É a pobreza de mentalidade, a condição analfabeta de seus oprimidos, a tacanhez dos coronéis que, nas falhas do primitivismo administrativo, jurídico e social, subjugavam, despoticamente, aqueles que contrariavam seus desmandos e ambições. É o homem sob pressão. (p.275).

De acordo com José Lins do Rego “gosto que me chamem de telúrico e muito me alegro que descubram em todas as minhas atividades literárias forças que dizem de puro instinto.” (REGO in BOSI, 2006, p.398). Ainda em Olival (2009, p.274):

Agora, procuremos situar Bernardo Élis em face da literatura que ele produziu. Os tempos de Bernardo Élis continuaram a marcha regional que explodiu a partir de 1930, com o Nordeste comandando uma geração de romancistas á procura do novo tipo humano: o homem telúrico. E foi Bernardo o escritor que, nas plagas goianas, comandou essa instigante tarefa.

Nessa tentativa de aproximar o homem das questões da terra e naturalmente estabelecer um engajamento social tendo a literatura como elemento de aderência e ou (re)criação de uma realidade, Machado de Assis também lançou luz sobre chagas sociais do Brasil. A partir da obra de Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas* (1981), podemos perceber que os escritos machadianos eram marcados pelo detalhamento do paternalismo como tecnologia de dominação no século XIX (SCHWARZ In CHALHOUB, 1998). De acordo com Sidney Chalhoub (1998,p.95) “o mundo era representado como mera expansão dessa vontade, e o poder econômico, social e político parecia convergir sempre para o mesmo ponto, situado ao topo de uma pirâmide imaginária”.Em obras como *Helena e Iaiá Garcia*, respectivamente de 1876 e 1878, o tema do paternalismo e da escravidão estão localizados, e o Machado historiador, de acordo com Gledson (1998) se faz presente. “Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX” (CHALHOUB, 2012, p.17). Nesse sentido a literatura de Élis novamente se vê marcada pelo engajamento já operado por Machado de Assis.

Mas quem é esse escritor/intelectual que se projeta para o mundo literário nacional em 1944? É comum a leitura bernardiana de que sofria de uma timidez chamada por ele de

congênita. Mas isso não impediu as alegrias referentes ao sucesso de sua primeira obra de relevância nacional, *Ermos e gerais* de 1944. Em suas palavras:

Desde que meu primeiro livro, *Ermos e gerais*, caiu no conhecimento do Rio de Janeiro e de São Paulo, os dois centros culturais, ao tempo mais que hoje definidores da opinião brasileira, percebi que estava causando sucesso, isto é, que o livro estava sendo bem recebido. Os críticos mais importantes haviam-no registrado com palavras enaltecedoras e incomumente elogiosas, como foi o caso de Monteiro Lobato, Alceu Amoroso Lima, Mário de Andrade, Sérgio Milliet e outros. A imprensa em geral comentou o livro e fez indagações. O bom acolhimento não decorria de nada que não fosse o próprio valor da obra, pois eu era totalmente desconhecido: Goiás onde eu vivia, era ignorada, o livro nem prefácio ou apresentação tinha, eu não encomendara nenhum elogio não só porque o não faria e, principalmente, porque não sabia que se poderia utilizar semelhante recurso. (RM – IEL – UNICAMP).

Refletindo sobre o possível sucesso de sua obra, pensando em termos de resultado mercadológico, Élis é mais pessimista: “Agora, se sucesso é rendimento financeiro, é lucro em dinheiro, então não houve sucesso, pois não havia condições para rendimento, dadas as circunstâncias minhas e de Goiás, ao tempo”. (RM – IEL – UNICAMP).

Vale lembrar que Bernardo Élis não é o primeiro escritor goiano a realizar uma operação de deslocamento do sertão para o litoral, perfazendo o caminho oposto da marcha histórica do Brasil. Outra figura de grande importância é Hugo de Carvalho Ramos²⁵. Nas palavras da maior estudiosa do escritor de *Tropas e Boiadas* (1917): “Hugo de Carvalho Ramos não teve, ainda hoje, merecido um lugar de destaque, seja na Literatura Brasileira, seja na crítica que se faz acerca dessa Literatura”(VICENTINI,1986, p.9). Contudo, continua Vicentini (1986, p.9), “isso não quer dizer, no entanto, que a sua obra não tenha sido absolutamente lida já por alguns renomados críticos de nossa Literatura [...]”.

Assim então podemos estabelecer uma comparação interessante entre a produção intelectual de Élis e de Carvalho Ramos: a) a presença do sertão como elemento real, imaginário e mediador de relações que ultrapassam a região. O sertão como local de passagem e trânsito; b) um discurso literário em que o real atinge traços de denúncia social; c) o estilo literário bem como a utilização de arcaísmos como elementos não apenas definidores de uma identidade goiana, mas principalmente como elemento de difusão e ampliação de um sertão ainda desconhecido; d) os dois autores operaram um processo de inserção da literatura e naturalmente de Goiás novamente nos quadros da paisagem nacional.

²⁵<<http://academiagoianadeletras.org/membro/hugo-de-carvalho-ramos/>> .

Como já apresentado no capítulo anterior, o espaço familiar de Bernardo Élis foi marcado pela presença da Literatura. Contudo nossa preocupação doravante é realizar uma análise de sua postura intelectual a partir da década de 1930, mais precisamente de 1939 até 1944, ano da publicação de sua obra *Ermos e gerais*. Contudo, movimentações temporais serão operadas na busca de sentido não cronológico, mas sim teórico.

Em um esforço biográfico e memorialístico Élis sobre a transferência da capital: “a mudança, diziam, foi bem cedo, com o povo de Goiás dormindo. O abalo é geral e grande, especialmente para meu avô.” (CEDAE – IEL). Nas palavras de um periódico goiano:

Transfere amanhã sua residência para Goiânia, o Secretário Geral do Estado, Dr. Benjamim Vieira. Por uma coincidência notável, é o antigo desembargador a única pessoa que se transfere em companhia do Governador do Estado para as obras da nova Capital. Quis o destino numa das suas muitas ironias, que fosse S. embaixador do povo de Goyas junto às autoridades da República, numa viagem que custou dez contos, o primeiro a capitular diante da obsessão mudancista. Da janela de sua nova residência o hoje auxiliar do sr. Pedro Ludovico há de sorrir olhando os descampados de Goiânia, onde avultam somente ao lado de casinholas, os esqueletos de dois grandes prédios, há de sorrir ao pensar na ingenuidade dos seus conterrâneos desta velha capital e nas voltas que o mundo dá. O mundo não. Nas voltas que os homens de reduzida convicção política frequentemente dão. Mas tranquilize-se S. S. Assim como foi, voltará. E se foi o segundo desta feita, será o segundo desta outra. Até nisso o destino lhe vae ser irônico. (A COLLIGAÇÃO, 18.12.1935).

A escolha de tal recorte temporal é por nós explicada: trataremos Bernardo Élis como um intelectual de fronteira. Acreditamos que sua inserção na realidade da nova capital foi elemento central para sua produção literária e intelectual. Na tentativa de dar suporte à nossa conceituação, traduziremos o que entendemos por fronteira e qual o sentido da cidade de Goiânia, construída no decorrer da década de 1930.

Como a ponte de entrada para nossa reflexão, do ponto de vista temporal, é a década de 1930, partiremos então de algumas reflexões sobre essa temporalidade e seus desdobramentos.

A historiografia brasileira se debruçou longamente sobre a Revolução de 1930²⁶ e não será nosso projeto enfileirar leituras sobre o acontecimento. Teremos como base o movimento revolucionário como evento também cultural, a partir da leitura de Antônio Cândido em

²⁶Para maiores informações sobre a Revolução de 1930, é leitura fundamental obras como: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. História e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. SOBRINHO, Barbosa Lima. *A verdade sobre a revolução de outubro* (1930). São Paulo: Alfa – Omega, 1983. SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos*. Goiânia: Editora UFG, 2012. DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. 5ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1981.

importante artigo intitulado *A revolução de 1930 e a cultura*.²⁷ Com essas palavras, o sociólogo inicia sua reflexão:

Quem viveu nos anos 30 sabe qual foi a atmosfera de fervor que os caracterizou no plano da cultura, sem falar de outros. O movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na história não há dessas coisas. Mas foi um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. Neste sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um "antes" diferente de um "depois". Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões. A este aspecto integrador é preciso juntar outro, igualmente importante: o surgimento de condições para realizar, difundir e "normalizar" uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes e inúmeras mudanças. (CÂNDIDO, 1984, p.27).

A revolução de 1930 se apresentava como uma nova era. O messianismo político ganhava novos contornos pelo discurso da Aliança Liberal comandada por Getúlio Vargas. A operação historiográfica deve ser balizada pela consciência da sua inserção em um lugar e certa temporalidade (CERTEAU, 2011). A tentativa historicista de uma história virgem das realidades do presente é uma utopia. A produção de sentidos opera mediante a elaboração também de discursos dotados de sentidos e ideologias. De acordo com Certeau (2011, p. 59): “Uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso. Isso é um “bem” ou um “mal”? Antes de mais nada, é um fato que se detecta por toda parte, mesmo onde é silenciado”. É importante ressaltar o caráter representacional dos discursos. Com arguta capacidade, Noé Freire Sandes em artigo intitulado *O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930)*, publicado em 2009, evidencia o veto à memória ao presidente deposto Washington Luís nas memórias de Getúlio Vargas publicadas em 1995. A operação do silêncio diz em alguns casos mais ao historiador que o dito e o revelado. O passado se torna objeto de controle e manipulação pelo presente.

Ainda na teia do controle sobre o passado, Angela de Castro Gomes (2009) apresenta uma concepção que busca realizar a leitura dos conceitos e perceber suas intencionalidades. A *República Velha*, como local histórico do atraso e da decadência total, seria uma construção operada pelas críticas modernizantes gestadas a partir da década de 1920 com o movimento

²⁷ Este artigo foi exposto em Porto Alegre a 10 de outubro de 1980 no painel "O processo de 30 e suas consequências", parte do Simpósio sobre a revolução de 1930 no Rio Grande do Sul, organizado pela Universidade Federal daquele Estado; e foi publicado no livro de mesmo título, Porto Alegre, ERUS, 1983. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, abril 84.

tenentista, o modernismo e finalmente com a subida de Vargas ao poder, que em grande medida assimila o discurso dos “revolucionários” da década de 1920.

Porém é fato evidente as mudanças de rumo operadas com os desdobramentos da década de 1920 e 1930. Novos projetos estéticos, modelos discursivos engajados socialmente e principalmente novos atores do tecido social, cultural e intelectual entram em cena. De acordo com Cândido:

nas artes e na literatura foram mais flagrantes do que em qualquer outro campo cultural a "normalização" e a "generalização" dos fermentos renovadores, que nos anos 20 tinham assumido o caráter excepcional, restrito e contundente próprio das vanguardas, ferindo de modo cru os hábitos estabelecidos. Nos anos 30 houve sob este aspecto uma perda de auréola do modernismo, proporcional à sua relativa incorporação aos hábitos artísticos e literários. Não esqueçamos que o Hino da Revolução de 1930 é de Villa Lobos, músico de vanguarda que encontrou grande apoio na "era de Vargas", quando foi de algum modo oficializado e dirigiu o movimento de canto coral. (1984, p.29).

Como estamos navegando pelo espaço de um escritor, é importante ressaltar as mudanças operadas no campo intelectual da produção literária. Os formalismos e o purismo gramatical das gerações anteriores cederam espaço para inovações que dialogavam com as vanguardas europeias e traziam novas oportunidades de produção, não apenas formal, mas também temáticas. Cito Cândido (1984, p.29):

Até 1930 a literatura predominante e mais aceita se ajustava a uma ideologia de permanência, representada sobretudo pelo purismo gramatical, que tendia no limite a cristalizar a língua e adotar como modelo a literatura portuguesa. Isto correspondia às expectativas oficiais de uma cultura de fachada, feita para ser vista pelos estrangeiros, como era em parte a da República Velha. Ela tinha encontrado o seu propagandista no Barão do Rio Branco, o seu modelo no estilo de Rui Barbosa e a sua instituição simbólica na Academia Brasileira de Letras, ainda preponderante no decênio de 1920 apesar dos ataques dos modernistas (estes pareciam, então, uma excentricidade transitória). Mas a partir de 1930 a Academia foi-se tornando o que é hoje: um clube de intelectuais e similares, sem maior repercussão ou influência no vivo do movimento literário. A incorporação das inovações formais e temáticas do modernismo ocorreu em dois níveis: um nível específico, no qual elas foram adotadas, alterando essencialmente a fisionomia da obra; e um nível genérico, no qual elas estimulavam a rejeição dos velhos padrões. Graças a isto, no decênio de 1930 o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito, não uma transgressão, fato notório mesmo nos que ignoravam, repeliam ou passavam longe do modernismo. Na verdade, quase todos os escritores de qualidade acabaram escrevendo como beneficiários da libertação operada pelos modernistas, que acarretava a depuração antioratória da linguagem, com a busca de uma simplificação crescente e dos torneios coloquiais que rompem o tipo anterior de artificialismo. Assim, a escrita de um Graciliano Ramos ou de um Dionélio Machado ("clássicas" de algum modo), embora não sofrendo a influência modernista, pôde ser aceita como "normal" porque a sua despojada *secura* tinha sido também assegurada pela libertação que o modernismo efetuou.

A década de 1930 é um momento crucial no processo de interpretação do Brasil. Tal postura se estende de forma exuberante em produções fundamentais como: *Casa Grande e Senzala (1933)*, *Raízes do Brasil (1936)* e não menos importante *Evolução Política do Brasil (1933)*. As leituras inovadoras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda permitiram novos mecanismos de interpretação do tecido sócio - cultural do Brasil, assim como Caio Prado Júnior na última obra citada.²⁸

Nesse campo das leituras sobre a realidade brasileira, devemos também lembrar o espaço não da produção acadêmica, mas o espaço da literatura ficcional:

Foi com efeito notável a interpenetração literária em todo o Brasil depois de 30, quando um jovem, digamos do interior de Minas, ia vivendo numa experiência feérica e real a Bahia de Jorge Amado, a Paraíba ou o Recife de José Lins do Rego, a Aracaju de Amando Fontes, a Amazônia de Abguar Bastos, a Belo Horizonte de Ciro dos Anjos, a Porto Alegre de Érico Veríssimo ou Dionélio Machado, “a cidade cujo rio imitava o Reno”, de Viana Moog. Foi como se a literatura tivesse desenvolvido para o leitor uma visão renovada, não-convencional, do seu país, visto como um conjunto diversificado mas solidário(CÂNDIDO, 1984, p. 30).

Colocaríamos no grupo dos escritores citados por Antônio Cândido, Bernardo Élis. A condição periférica de Goiás é espaço fundamental para elaborarmos o percurso do conceito de fronteira.

Em dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, no departamento de História, Cristiano Pereira Alencar Arrais, apresenta três conceitos de fronteira produzidos pelo pensamento social brasileiro. As reflexões partem respectivamente das obras de Octávio Guilherme Velho, *Capitalismo autoritário e campesinato (1976)*, José de Souza Martins, *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano (2009)* e Sérgio Buarque de Holanda com *Visões do paraíso (1994)*.

Citamos as três matrizes para ressaltar a validade de tais perspectivas em análises que valorizam uma história econômica, social e política. Contudo, o nosso elemento central é perceber a postura vinculada à história das ideias e dos intelectuais e acreditamos que as propostas acima apresentadas não conseguem atingir a verdadeira especificidade do intelectual de fronteira, pois se prendem em interpretações econômicas e sociais. O ponto cultural permanece relativamente em aberto.

²⁸Ao longo das décadas de 1930 e 1940 foram publicadas obras fundamentais para compreensão da realidade sócio – histórica do Brasil.(BOTELHO, 2010, p.47-49).

Um primeiro suporte teórico de sustentação à nossa análise parte de um diálogo de assimilação com as reflexões de Homi K. Bhabha, na obra *O local da cultura*, em que o conceito de fronteira é compreendido a partir da seguinte postura:

Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso. (BHABHA, 2007, p.21).

Nesse sentido, a fronteira seria o *entre-lugar* (BHABHA, 2007), local de criação de uma realidade outra. Espaço marcado pela movimentação e pela (re)interpretação de realidades aparentemente estáticas. “É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 2007, p.24), portanto *locus* gerador de múltiplas possibilidades. Importante ressaltar que os discursos concebidos pelos estudos culturais, tiveram como foco a aproximação de realidades vistas como alvo de dominações: políticas, sexuais, econômicas, sociais, culturais e biológicas. Eram espaços do mundo pós-colonial e de realidades marcadas pelo crivo da opressão. Acreditamos que nesse sentido, por ser Goiás, na década de 1930, uma região de periferia no sistema sócio-econômico brasileiro, os conceitos dos estudos culturais possuem validade frente à nossa condição de opressão e esquecimento pelos centros do poder.

Assim posto, gostaríamos de ressaltar a leitura de Lúcia Lippi Oliveira, em *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro (1998)*, em que a autora expõe:

A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de "vazios demográficos". A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização-litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral - a civilidade - com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico. Fronteira, assim como sertão, ou nação, não é conceito estático e atemporal. Seu sentido de delimitação, definição e referência territorial de unidades sócio-políticas envolveu um longo e múltiplo caminho. (p.203).

Trabalharemos agora com a teorização do sertão como espaço de fronteira. Assim o espaço de Goiás, como sertão, seria marcado por essas possibilidades múltiplas, onde velhos modelos e paradigmas ganham lógicas diversas. Um local de encontro entre realidades distintas, mas não marcado pelo mero confronto de base dicotômica, mas sim uma

hibridização de realidades. A cidade de Goiânia, construída na década de 1930 e espaço de maior parte da vivência de Bernardo Élis, é uma cidade de fronteira.²⁹

Viveu-se com a Revolução de 1930 em Goiás um reordenamento dos grupos dominantes da vida política. Desde a *Política das Salvações* do então presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914), o jogo político em Goiás passava invariavelmente pelo grupo familiar dos Caiado. Contudo o jogo mudava de lado. Colocando-se de forma conjunta com o movimento revolucionário de 1930, o médico Pedro Ludovico Teixeira, pega em armas contra o domínio da oligarquia caiadista:

No dia 9 de outubro, à frente de 100 homens, invadimos o sudoeste goiano, chegando, após dois encontros sangrentos, às portas de Rio Verde, que atacamos, sendo repelidos em virtude de nossa deficiência de recursos bélicos e da superioridade numérica do adversário, que se defendia.(RM-IEL-UNICAMP).

Seria apenas o primeiro passo para a subida de Pedro Ludovico ao poder por um período inicial de quinze anos (1930-1945). O ideal mudancista será nosso ponto de partida. Presente na coleção *Alma de Goiás* (1987), Bernardo Élis realiza uma análise sobre o processo de transferência da capital, a partir da visão também da cidade que o poder deixava para trás: a Cidade de Goiás:

A transferência da Capital do Estado de Goiás da cidade fundada em 1727 por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, não era uma ideia nova. O primeiro a levá-la teria sido o 2º Governador de Goiás, no Império, Marechal Lino de Moraes, ideia retomada pelo 16º Governador, 1º Presidente de Goiás, na República. (RM-IEL-UNICAMP).

Contudo a realidade dos fatos foi manifestada em entrevista cedida a um jornal do Rio de Janeiro, quando da realização do Congresso dos Municípios, em Silvânia, no dia 13 de julho de 1931, por Pedro Ludovico: “Meu estado terá nova Capital em 1935”. (Élis, 1987, p.61). Ainda Élis nos diz: “a declaração soou como uma bomba na antiga capital”.(1987, p.61). Importante ressaltar que mesmo com os problemas de logística e infraestrutura precária, narrados desde o século XVIII, a Cidade de Goiás por ser centro político era também ponto de convergência, e “o vilaboense sabia disso e se julgava um heleno entre bárbaros, na opinião talvez injusta dos habitantes do resto do Estado”. (ÉLIS, 1987, p. 62).

²⁹Para uma reflexão que têm a cidade como seu objeto central ver: *Cidades e Identidades de fronteira (Um Estudo Sobre a Construção de Goiânia a partir do Conceito de Momento de Fronteira)*, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal de Goiás por Cristiano Pereira Alencar Arrais em 2003.

Finalmente o que era ainda inesperado pelos habitantes da primeira capital do estado acontece:

Amanheceu chovendo em Goiás, no dia 4 de dezembro de 1935. Chuva miudinha, criadeira, de molhar bobo. O pobre escriba destas mal traçadas era um estudante que morava na rua Nova do Presidente (rua Cruz Machado), na mesma onde mais para cima residia o senador Totó Caiado. Ao levantar-se lá pelas seis horas, notou na rua muita gente pelas portas e janelas conversando. Talvez fosse assunto ligado a Santa Bárbara, cuja festa naquele dia se celebrava, na igreja a ela dedicada. Mas logo ao sair à porta, o prof. Luiz de Faria, de sua janela na casa fronteira, informava que Pedro Ludovico e o secretariado acabavam de passar por ali, de mudança para Goiânia. Havia dúvidas, tristezas, nem tanto revolta, que não desapontamento no semblante das pessoas que olhavam na longa rua molhada de chuva os rastros dos pneus dos automóveis. Eram os únicos rastros naqueles tempos de raros autos. Mas falemos baixo que parede tem ouvidos. Não havia jornal diário, mas a ocorrência, em seus mínimos pormenores, era conhecida e comentada nas rodas do Mercado, do Jardim Público, da ponte da Lapa, do Carmo. Triste e chuvoso, com a cidade ainda mais quieta do que habitualmente, o dia se arrastou longo e sombrio; pela tarde, antes que a sirena da usina elétrica gritasse, começou a circular o *Correio Oficial* que noticiava o acontecimento. O artigo, em certo ponto interrogava: a ida do Governador para Goiânia seria temporariamente? Seria definitivamente? Traumatizado, o vilaboense continuava a não acreditar muito. (ÉLIS, 1987, p.67-68).

Não apenas o governo deixava a cidade para trás. Tendo realizado a primeira ida para Goiânia em 1937 e sem perspectivas de trabalho, Bernardo Élis regressa para Corumbá, e na sua cidade natal recebe telegrama de Otávio Artiaga, antigo colega de jornalismo e responsável por lembrar a Venerando o nome de Élis para o cargo de Secretário da Prefeitura de Goiânia, com vencimentos de oitocentos mil réis. O telegrama foi enviado no dia 31 de dezembro de 1938, e já no dia 5 de janeiro de 1939, chega em Goiânia e inicia seus trabalhos como funcionário público. Matricula-se no Liceu para cursar Clássico e continua o ofício de jornalista. Publica em revistas como *O Malho* e *Boa Nova*.

Importante ressaltar a necessidade lúcida de Bernardo Élis sobre a validade do escritor ser possuidor de uma fonte de renda para o ofício da escrita, o que foi possibilitado pela carreira iniciada no funcionalismo público. Em 1940 é nomeado Delegado Municipal de Recenseamento. Nessa situação escreve uma monografia histórico-geográfica preparatória do censo, que recebe elogios da Direção Central, no Rio. (CEDAE – IEL – UNICAMP). Sobre a importância de um ordenado fixo para o ofício do escritor, em entrevista a Miguel Jorge, Élis diz:

Acho que é fundamental para o escritor contar com liberdade econômica. Com isso, entretanto, não quero afirmar que precise ser rico ou ter largueza que o dispense de trabalhar. Não: quero dizer que ao escritor devem ser reservadas atividades compatíveis com o ofício de escritor; digamos: jornalismo, magistério, propaganda. Mas tudo de maneira que lhe sobre vagar para participar da vida de sua comunidade. Como li [...] acho também que depois dos 40 deve o escritor cuidar de gozar de uma situação que lhe permita produzir sem se preocupar muito com outras coisas, pois é

nessa idade que ele atinge o apogeu de técnica, de cultura e de capacidade de trabalho na sua arte. (ÉLIS, s.d. s.p).

Em 1941 matricula-se na Faculdade de Direito em Goiânia, tem um livro de contos preparado e está na feitura de sua obra *Ermos e Gerais*. (CEDAE – IEL – UNICAMP).

Sua inserção no espaço social e cultural de Goiânia foi de vital importância para o desenvolvimento de sua postura intelectual e literária. Os deslocamentos de Bernardo Élis, de Corumbá para a Cidade de Goiás e para Goiânia, o desejo de residir no Rio de Janeiro ou São Paulo, centros culturais do Brasil(idem) mostram o intelectual em trânsito e residindo em Goiânia, cidade de fronteira. Como já apresentado no capítulo anterior, Bernardo Élis realiza um processo natural dos escritores brasileiros de filiação ao *staff* estatal como elemento gerador de cabedal econômico

Retomando a reflexão sobre a fronteira, e imaginando modalidades possíveis de interpretação sobre o intelectual Bernardo Élis, aumentaremos os sentidos apresentados anteriormente a partir do conceito de fronteira apresentado por Silva (2005) com base nas leituras de Deleuze:

Fronteiras são construções. São processos social e historicamente - vale dizer, simbolicamente - produzidos. Devem ser concebidas mais como abertura e atualidade, do que como dado ou acabamento. São locais de mutação e subversão, regidos por princípios de relatividade, multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade. [...] Fronteiras são lugares de devir: a forma da evolução por aliança (não por filiação); ‘Domínio das simbioses que coloca em jogo seres de escalas e reinos inteiramente diferentes, sem qualquer filiação possível’, criação que se faz a partir do contágio, o devir é a especificidade resultante da coexistência de durações, das comunicações transversais entre populações heterogêneas. Proliferação, propagação, povoamento produtor de híbridos, o devir é uma involução. Involução no sentido de dobra: o involuto é aquele que tem as bordas enroladas para dentro, mas não no sentido da regressão ao menos diferenciado.[...] Fronteiras são exterioridades: resultados expressivos. Nelas, imperam imagens, figuras, formas, tipos: elementos que permitem a teoria, a facilidade da relação. Em Deleuze, a teoria das fronteiras enfoca a coexistência, mais que do que a identidade; mais do que a sucessão, a correspondência — objetos de pensamento acessíveis pelo contorno. Trata-se do recorte que instala o limiar pela consistência interna dos componentes, c que registra a escolha pela regionalização, marca da vizinhança c sinal de consistência externa. Fronteiras são lugares de deslizamento. Alianças, bifurcações e substituições que preparam o reconhecimento c a necessidade de limites. A oscilação característica de uma linha de tradução produz, ou o reconhecimento dos perigos (o medo ou a vitória da tranquilidade dos sistemas molares, clareza ou crença de ter entendido tudo, o poder ou a impotência alternantes daquele que quer deter as linhas de fuga, o desgosto ou o risco de reterritorialização destrutiva), ou, pela vitória do desgosto (o pior dos medos), instala o estado suicidário: a vontade de fazer morrer e de morrer, paixão de abolição. (p.17-19).

Nesse sentido, o nosso intelectual de fronteira seria fruto de um espaço de “deslizamentos, bifurcações, alianças, espaço de construções e nossas potencialidades do vivido”. (SILVA, 2005). Assim sendo, acreditamos que o próximo passo nessa caracterização

é entender sua filiação ao modelo de pensamento comunista como mecanismo de inserção em uma realidade outra, adaptando conceitos à realidade do sertão, tendo como elemento mediador sua literatura engajada. O comunismo seria um dos elementos de *exacerbação* proporcionados pela fronteira.

2.4- A enxada, o rifle, o sertão e a ideologia.

Perguntado sobre um acontecimento significativo em sua vida, em vários aspectos, Bernardo Élis responde:

Sim, tendo havido não uma, mas diversas encruzilhadas em minha vida. Falaremos de um acontecimento que me marcou definitivamente sob o ponto de vista social, sentimental, histórico, político etc. Tal acontecimento se deu em 1943/45 – foi meu ingresso no Partido Comunista do Brasil. Embora já viesse tendo contatos com pessoas ligadas às esquerdas e mesmo com membros do Partido Comunista Brasileiro, não conseguia encontrar essa organização chamada Partido Comunista, à qual se atribuíam todas as virtudes imagináveis e inimagináveis da face da terra. Para começar, o homem de maior prestígio e que maior soma de respeito reunia sobre si – Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, era seu chefe como secretário geral. Esse mistério que cercava o Partido resultava da vigência da ditadura então imposta ao País pelo presidente Getúlio Vargas e seu duríssimo aparelho repressor. (RM – IEL – UNICAMP).

Importante ressaltar o engajamento de escritores e intelectuais brasileiros nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro na década de 1930/1940:

Com a chamada “revolução de 30”, as lutas políticas parecem envolver de forma mais explícita os vários grupos de escritores. Jorge Amado, já participava da Juventude Comunista, e como ele vários outros escritores se aproximavam do PCB com propósitos parecidos com os dele, delimitando e definindo o que é ser um “verdadeiro intelectual”.

É o caso, por exemplo, de Caio Prado Júnior. Possuindo uma trajetória muito diferente da de Jorge Amado, Prado Júnior, no início da década de 1930, também inicia sua participação no PCB. (PALAMARTCHUK In CHALHUB e PEREREIRA, 1998, p.340)

Ainda nesse sentido, Cândido (1984) diz:

Simetricamente, os anos 30 viram um grande interesse pelas correntes de esquerda, como se pôde ver no êxito da Aliança Nacional Libertadora e certo espírito genérico de radicalismo, que provocou as repressões posteriores ao levante de 1935 e serviu como uma das justificativas do golpe de 1937. Muita gente se interessou pela experiência da União Soviética, e as livrarias pululavam de livros a respeito, estrangeiros e nacionais. Estes, devidos a observadores entusiastas, como Caio Prado Júnior; simpáticos, como Maurício de Medeiros; ou reticentes, como Gondim da Fonseca. Editoras pequenas e esforçadas divulgavam obras sobre anarquismo,

marxismo, sindicalismo, movimento operário. Algumas, de grande êxito, como a História do socialismo e das lutas sociais, de Max Beer, o ABC do comunismo, de Bukarin, ou o famoso Dez dias que abalaram o mundo, de John Reed. Ao lado, traduções de narradores engajados na esquerda, como Boris Pilniak, Panai Istrati, Ilia Ehrenburg, Fiodor Gladkov, Michael Gold, Upton Sinclair, Jack London. Surgem então os primeiros livros brasileiros de orientação marxista: o polêmico Mauá, de Castro Rebelo (1932), e sobretudo *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior (1934). E assim como o espiritualismo atingiu largos setores não - religiosos, o marxismo repercutiu em ensaístas, estudiosos, ficcionistas que não eram socialistas nem comunistas, mas se impregnaram da atmosfera "social" do tempo. Daí a voga de noções como "luta de classes", "espoliação", "mais valia", "moral burguesa", "proletariado", ligados à insatisfação difusa com o sistema social dominante. Foram muitos os escritores declaradamente de esquerda, como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Abguar Bastos, Dionélio Machado, Oswald de Andrade; ou simpatizantes, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego (este, ex - integralista); ou que não eram uma coisa nem outra, mas manifestaram a referida consciência "social", que os punha um grau além do liberalismo que os animava no plano consciente, como Érico Veríssimo, Amando Fontes, Guilhermino César. (p.31 - 32).

Apenas como elemento ilustrativo vale citar que outras ideologias também estavam na pauta de alguns grupos de intelectuais: o catolicismo³⁰ e o integralismo³¹.

O engajamento partidário era apenas uma das entradas de Élis no movimento comunista. Leitor de obras sobre o socialismo e o comunismo, esteve em contato com autores como Plekhanov, Talheimer, Rosa Luxemburgo, M. Rosenthal e outros.(RM - IEL - UNICAMP). Tendo trabalhado em órgão do governo do Estado de Goiás, voltado para o Cooperativismo, teve contato com a noção de lucro, mais - valia e outros elementos do discurso marxista.(RM - IEL - UNICAMP).Realizando graduação em Direito, e percebendo que o discurso dominante no meio era o Católico, se armou com leituras de René Worms, Ludgero Jaspers, Charles Lahr e Deão de Cantuária, com a obra *O poder soviético (1946)*.

Essa entrada no pensamento de esquerda permitiu que Élis ficasse “convencido de que o marxismo, o comunismo, seria uma renovação para a humanidade, bem como a psicanálise, sem embargo das contradições entre as duas doutrinas”. (RM - IEL - UNICAMP).

³⁰“Naquela altura o catolicismo se tornou uma fê renovada, um estado de espírito e uma dimensão estética. "Deus está na moda", disse com razão André Gide em relação ao que ocorria na França e era verdade também para o Brasil. Os anos de 1930 viram frutificar as sementes lançadas por Jackson de Figueiredo no decênio anterior, com a fundação da revista Ordem (1921), do Centro Dom Vital (1922) e a momentosa conversão de Alceu Amoroso Lima em 1928. De 1932 é a Ação Católica, feita para suscitar a militância dos leigos, e da mesma época são as primeiras Equipes Sociais, inspiradas pelo professor e crítico francês Robert Garric, que orientou o trabalho dessas missões leigas nas favelas do Rio de Janeiro.” (Cândido, 1884, p.31).

³¹ Elemento central do Integralismo, Plínio Salgado iniciou sua vida pública nos espaços da literatura e do movimento modernista da década de 1920. Vale destacar a obra *O estrangeiro (1926)*. Partindo de uma leitura da obra: “a valorização do sertão e do caboclo e o anticosmopolitismo são alguns dos aspectos do sentimento nacional dos anos de 1920 fixados em *O estrangeiro*. [...] De fato, os caminhos do ‘ser brasileiro’ eram delineados de múltiplas maneiras, e, em Salgado, ele está inserido no pensamento conservador, o que reagia às mutações por que passava a sociedade brasileira dos anos de 1920.” (Victor, 2013, p.40).

A aproximação com o marxismo foi peça fundamental para Élis elaborar de forma mais precisa a situação de Goiás como periferia do sistema nacional. Em suas palavras:

Tentei (tentado pelo marxismo) fazer da literatura uma arma de denúncia contra semelhante situação social, sem contudo abandonar de todo meu projeto de sair de Goiás. Nesse tempo li muito os escritores chamados novos russos, Maiákovski, Górki, Illia Enrembug, Sholokov, Bóris Polevoi, prêmio Stálin de 1948, romances como o *Dom Silencioso*, novelas como *Assim foi temperado o aço* etc. (RM – IEL – UNICAMP).

Contudo é importante ressaltar a historicidade do *ser comunista* na década de 1940. A aliança dos Estados Unidos da América com a União Soviética, movidos pelo desejo maior de colocar um ponto final na barbárie nazista, chegava ao seu fim com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945. Entrava-se então em um outro tempo: a Guerra Fria.

Ao final do Estado Novo, mediante determinações de Moscou, o Partido Comunista Brasileiro, representado por sua mais eminente figura, Luís Carlos Prestes, participou do movimento pela permanência de Vargas no poder em 1945. Um labirinto ideológico que deixou a esquerda indignada e a direita perplexa.



Figura 5 O escritor goiano Bernardo Élis (terceiro da direita para a esquerda) em viagem pela União Soviética com outros intelectuais vinculados ao Partido Comunista do Brasil. (Acervo CEDAE – IEL – UNICAMP).

O engajamento comunista de Élis, sendo observado pelos conceitos de *habitus* e *campo intelectual* de Pierre Bourdieu, permite perceber a existência clara de um diálogo com os assuntos de uma geração de intelectuais ocidentais marcadas pelo marxismo. De acordo com Bourdieu (2010, p.61) o “*habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica uma disposição incorporada, quase postural – mas sim o de um agente em acção...” Ainda Bourdieu (2010) nos chama a atenção para o fato que a leitura do *campo intelectual* não pode induzir a um reducionismo entre as meras interações entre autores,

editores etc. Deve-se entender de que forma o campo foi criado pelas demandas sócio – culturais de uma determinada época. O romantismo de um campo intelectual marcado pela autonomia plena, foi um dos equívocos, na visão de Bourdieu (2011), das leituras que buscavam a essência do escritor e de seu projeto criador:

Para que seja possível romper com a problemática tradicional a condição básica consiste em constituir o campo intelectual (por maior que seja sua autonomia, ele é determinado em sua estrutura e em sua função pela posição que ocupa no interior do campo de poder) como sistema de posições predeterminadas abrangendo, assim como os postos de um mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedades (socialmente constituídas) de um tipo determinado. (p.190).

Nesse sentido Bernardo Élis está integrado às demandas culturais e sociais da década de 1940 ao se aproximar do marxismo. Acreditamos ser esse um fator fundamental para nossa conceituação de um intelectual de fronteira. Essa fluidez e contágio com elementos exteriores à realidade cultural goiana permitiu uma conexão entre temporalidades históricas distantes e distintas e assim sendo nosso elemento teórico da fronteira como espaço de encontro e elaboração e novas realidades se faz presente. Reproduzindo as palavras de Élis (1997): “Sem dúvida que semelhante filosofia ampliou o meu universo e eliminou as barreiras entre o sertão e a civilização, entre um roceiro nascido e criado em Goiás e outros homens nascidos e criados nos pontos da mais refinada civilização” (RM – IEL – UNICAMP.p. 60).

Como último momento de nossa reflexão sobre a aproximação de Élis com o marxismo, utilizaremos não seus discursos literários ficcionais, mas sim uma breve reflexão por ele intitulada: *Ideologia e alienação como literatura*.(CEDAE – IEL).Tal texto é uma tentativa de ordenamento por parte de Élis das funções do pensamento e do escritor comunista frente à literatura. Antes, porém, devemos lembrar que o conceito de ideologia(EAGLETON,2009,p. 74-75). é uma marca presente nos discursos políticos em particular na primeira metade do século XX.(RENAULT, 2010, p.185).

Em suas palavras no texto *Ideologia e alienação como literatura* (CEDAE - IEL – UNICAMP), desde a publicação de seu poema em 1934, intitulado *A chaminé*, demonstrava então uma aproximação com os trabalhadores e os desvalidos, mesmo sendo pertencente a uma das famílias tradicionais de Goiás. Em entrevista publicada em 1996, Bernardo Élis já apontava sua poesia como mais contestatória e de protesto que sua prosa (CEDAE-IEL-UNICAMP). De acordo com Élis: “mesmo a chaminé, motivo de meu poema, não era a chaminé de uma fábrica, mas a chaminé do fogão da cozinha de minha casa, por mim transformada em símbolo da civilização industrial adiantada. Em Goiás, não havia uma só

chaminé de fábrica ou de olaria, àquele tempo.” (ibidem).No sertão goiano, a analogia, isto é, a comparação por metáforas, permitia a ressignificação dos símbolos do progresso.

Mediante o estudo do linguajar popular, a aproximação cada vez maior com elementos do mundo sertanejo, o gosto pelas manifestações folclóricas, abriu caminho para que Élis visse o mundo pela ótica da luta de classes Em relação aos fazendeiros ricos, Élis nos diz:

A estes [...] meu desprezo, minha ironia, meu combate. Tudo porém de forma empírica, sem conceituação clara, nem nenhuma teoria definida: era resultado de minhas leituras modernistas. No mais, na condição de filho de pequeno comerciante – poeta, minha vida e minha existência pouco diferia da vida e da existência dos oprimidos, apenas diferenciando um pouco pelos costumes que eram de classe dominante, mas de classe dominante empobrecida, amargurada e revoltada. Daí minha compreensão e solidariedade com os explorados. (CEDAE – IEL – UNICAMP).

O Realismo Socialista era originariamente não só uma peça para a leitura do tecido social por Bernardo Élis, como de uma geração de intelectuais comunistas, como Jorge Amado.(RIDENTI, 2011).E o Partido teve papel fundamental nesse contexto:

Outro elemento cultural que não pode esquecer ou subestimado, por tudo que foi até aqui argumentado, é o aparelho cultural e certo “ambiente cultural” associados à vida partidária. Não há dúvida de que, em uma sociedade carente culturalmente, o partido surge com um espaço de política e cultura não desprezível, especialmente para a jovem intelectualidade. [...] A rede cultural do PC, complementada no intercâmbio com os aparelhos do movimento comunista internacional, funciona como um lugar cativante - no sentido mais ambíguo da palavra – e simultaneamente delineador de carreiras intelectuais. A dimensão internacional de um Jorge Amado parece encontrar aqui uma de suas fontes de energia (RUBIM,2007).

O discurso do Realismo Socialista visava principalmente evidenciar os elementos decrépitos do modelo cultural burguês. Seria o comunismo a redenção da própria arte, uma leitura progressista. O escritor seria um sujeito fundamental na elaboração de discursos sobre o real e na doutrinação de novos corações e mentes. Para Vittorio Strada (1987), o realismo socialista realizou na União Soviética de Stálin uma censura que estabelecia os temas a serem trabalhados e a forma de elaboração de tais temas. Não se tratava apenas de uma proibição, mas sim de uma direção ideológica prévia.

Importante ressaltar que a adesão ao Realismo Socialista foi substituída por Bernardo Élis pelo humanismo socialista. Tal mudança pode ser entendida como reflexo do caráter

totalitário da União Soviética na era stalinista.³² O sectarismo do projeto comunista, aliado aos horrores do regime soviético, publicados ao final da era de Stálin, a partir de 1953, lançaram uma demanda de ressignificação da ideologia por parte de seus seguidores. O comunismo passa a viver na década de 1950 com os acontecimentos dos *Gulags* sendo midiáticos de forma problemática. Tornava-se necessário uma nova definição de poder e de ideologia. (FOUCAULT, 2008).

Contudo, tal guinada na postura de Élis(s.d.) permitiu que:

Nunca perdendo de vista, que literatura é alguma ideia, mas é diversão, coisas engraçadas, sugestões de recordação, com algum jogo de palavras e situações. Sobretudo, literatura é sonho. Desse modo retornei ao humanismo agora socialista, no qual até hoje perseverei enquanto se preparam as transformações que levam ao socialismo fatalmente. O caminho é lutar contra a exploração e divulgar e consolidar as ideias socialistas. Como elemento literário procurei explorar em minha literatura os problemas da exploração do homem pelo homem, a esperança em dias melhores, aplicação da assistência médica e dentária, de habitação e alimentação condigna, educação e vestimenta. Ao mesmo tempo procurei aparelhar minha literatura com as conquistas modernas da técnica e das práticas literárias, isto é, a utilização do fluxo de consciência, monólogo interior, descontinuidade temporal, pluralidade cênica, pulverização da memória, cortes transversais na existência, o contrapontístico, a ação simultânea, emulsão volitiva, representação multidimensional da realidade, entre outras. (CEDAE- IEL – UNICAMP).

Nesse sentido, o sertão como local de fronteira, foi também integrado a outra temporalidade e realidade histórica pela ação do intelectual de fronteira, Bernardo Élis. Os espaços criados pelo seu engajamento permitiram a integração de Goiás, enquanto espaço do arcaico, em outros tempos e realidades, criando uma realidade outra (ou a fazendo ser reconhecida): a realidade da fronteira.

Sendo essa fronteira o estado de Goiás, tentaremos no próximo capítulo localizar o papel de Bernardo Élis como representante de uma suposta “goianidade” e suas utilizações por parte das estruturas sócio – estatais como diplomata dos ermos goianos.

³² De acordo com a filósofa Hannah Arendt, os elementos constitutivos do Nazismo Alemão e do Socialismo Soviético, da era stalinista, podem ser vistos como regimes totalitários, pelo fato de apresentarem elementos comuns: terror, censura, eliminação do indivíduo e outros. (Arendt, 2012).

CAPÍTULO 3: UM ESCRITOR POR GOIÁS E DE GOIÁS.

3.1- Campo intelectual em Goiás.

O estado de Goiás possui ao longo de sua história um diálogo nem sempre favorável em relação aos chamados centros de poder do Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro são os representantes do litoral na histórica e sociologicamente estudada antinomia com o sertão. Janaína Amado (1995) evidencia a existência desses espaços como elementos de formação da nacionalidade.

A literatura dos viajantes do século XIX, como Saint – Hilaire e Emmanuel Pohl, ao traçarem o retrato da decadência, inauguravam não apenas interpretações e discursos sobre Goiás, construídos pelo signo da alteridade, mas verificamos que tais representações foram incorporadas ao discurso da historiografia e da imprensa goiana.

Um dos fortes indícios dessa decadência era a inexistência de um campo intelectual e cultural consolidado em Goiás. A situação de região periférica impedia o avanço e desenvolvimento da cultura em Goiás. Fatalmente a inclinação rural havia eliminado qualquer possibilidade de construção de uma ecologia de saberes, calcada sobre a cultura letrada.

Importante ressaltar que a postura de Bernardo Élis enquanto escritor não pode ser imaginada de forma isolada. É possível perceber a existência de um campo intelectual em Goiás no intervalo de tempo que se estende da década de 1940 até 1980. Fato curioso é que a produção de Bernardo Élis desde as obras ficcionais, passando por ensaios históricos, poesia e textos de jornais, evidenciam, a presença constante de um substrato histórico e a necessidade de mostrar Goiás de uma forma endógena.

Um desses esforços se dá pela publicação do ensaio literário sobre Bartolomeu Antônio Cordovil, poeta e professor, nascido no Rio de Janeiro, que chega à Capitania de Goiás em 14 de setembro de 1788. Pode-se perceber que tal esforço de escrita não possui apenas um viés de interpretação da escassa obra de Cordovil, mas sim o de evidenciar a existência prévia das letras em Goiás desde o século XVIII. Assim sendo, Bernardo Élis (1987) atua como um combatente na tentativa de retirar a fumaça dos discursos de alteridade dos viajantes do século XIX e que impregnaram as práticas reflexivas posteriores.

Nas palavras de Élis (1987,p.104):

Uma coisa, porém, fica assentada. Como acontece a Bento Teixeira Pinto, ninguém poderá negar a Cordovil a primazia de poetar nas terras do Brasil Central ou escrever, em poesias, o nome Goiás e o gentílico local Goiano.

O campo intelectual goiano já possui o seu “pai fundador” e a primazia da produção literária possui um nome: Cordovil. O esforço pela reconstrução da história de Cordovil, levada adiante por Bernardo Élis (1987), fica evidente em sua indignação com a ausência de memória e cultura histórica dos goianos:

Só em 1964 na obra *A poesia em Goiás*, de Gilberto Mendonça Teles, Cordovil teve pela primeira vez um poema de sua lavra publicado no Estado em que foi professor, justamente o famoso “*Ditirambo às ninfas goianas*”. Em decorrência, em fevereiro de 1970, com a ampliação do quadro social da Academia Goiana, foi esse árcade escolhido para dar nome à cadeira número 27[...] (ÉLIS, 1987, p.13).

Para Bartolomeu Cordovil cabe “a honra insigne de ser a primeira pessoa a escrever o nome de ‘Goiás’” (ÉLIS, 1987, p.13). A leitura interna do ensaio de Bernardo Élis (1987) além de demonstrar a vontade latente de evidenciar a presença das letras em Goiás revela seu diálogo com outras regiões, em particular pelo caminho árcade adotado por Cordovil, o que o aproxima dos poetas mineiros do século XVIII.

Vale então buscar identificar o campo intelectual de Bernardo Élis, a partir da sua primeira grande publicação literária em 1944: *Ermos e gerais*. De acordo com Bourdieu (2011,p.190), o campo intelectual deve ser entendido como “sistema de posições predeterminadas abrangendo, assim como os postos de um mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedades (socialmente constituídas) de um tipo determinado.” Deve-se pensar a construção do escritor tendo como referencial demandas exteriores e não a postura da genialidade isolada.

No caso de Goiás, a partir de 1940, o campo intelectual em que Bernardo Élis está inserido, era marcado pela presença de autores como Haroldo de Britto, Domingos Félix e José Godoy como personagens de maior vulto. Em entrevista ao *Jornal Opção*, Bernardo Élis diz:

Estávamos sempre conversando sobre literatura, trocando ideias, escrevendo em jornais. Eu me lembro que conversava muito com o Haroldo sobre como seriam configuradas as conquistas democráticas em Goiás. Ficávamos curiosos em saber como seria a figura do comunismo aqui, se seria aplaudido ou execrado, se seria possível introduzir, aqui, a luta pela posse da terra por exemplo. (JO, maio de 2001).

As reflexões sociais citadas por Bernardo Élis encontram-se presentes em obras como *O tronco* (1956), *A terra e as carabinas* (1987) e em seus livros de contos.

Outro elemento importante na construção do campo intelectual goiano é a presença de Domingos Félix de Souza como crítico literário e responsável pela divulgação de nomes goianos, assim como a aproximação com nomes de outros estados da literatura nacional. De acordo com Élis:

O Domingos Félix de Souza foi um crítico muito importante para nós em Goiás. Desde jovem, ele adquiriu uma sólida cultura e passou a ser requisitado por nós para dar a sua opinião sobre os nossos trabalhos. Domingos leu meus livros, Domingos orientou a vida de muita gente, Domingos era até exigente demais. Ele corrigia tanto os poemas que terminava por refazê-los. (JO, maio de 2001).

Ainda sobre Domingos Félix de Souza, o escritor e crítico literário Gilberto Mendonça Teles, diz:

A poesia de Domingos Félix de Sousa, apesar de poucas características neste sentido, representa, juntamente com a de Décio Filho, o início do que se poderia chamar a “Geração de 45” em Goiás. E é até certo ponto intelectual, reflexo de uma grande cultura geral acumulada, principalmente nos campos da filosofia e da crítica literária e musical, o que o coloca — sem dúvida — ao lado de Bernardo Élis, como guia intelectual dos jovens de Goiás. (JO, outubro – novembro de 2012).

Uma das obras lidas por Domingos Félix, fruto do trabalho de Bernardo Élis, foi *O tronco* (1956). Bernardo, ainda em entrevista ao *Jornal Opção* (2001), revela que ao escrever seu romance histórico estava interessado em seguir uma linha narrativa mais objetiva, distante do domínio da subjetividade das obras de Clarice Lispector e Guimarães Rosa.

Vale verificar a relação estabelecida entre a obra de Bernardo Élis e Guimarães Rosa, mais em particular *O tronco* e *Grande sertão: veredas*, ambos publicados em 1956. Pela leitura da entrevista de Bernardo Élis, fica evidente que em sua concepção sua obra se aproxima de um caráter mais material e evidentemente mais comprometido com as mazelas sociais do povo brasileiro, enquanto o trabalho de Guimarães Rosa evidenciava uma postura de caráter mais lúdico e subjetivo. Sobre o caráter pretensamente sociológico e histórico de sua obra *O tronco* (1956), Élis diz:

Na época, os romances de José Lins do Rego e Graciliano Ramos me encantavam muito, mas eu queria escrever uma obra científica sobre aqueles episódios de Dianópolis. A história que originou o romance *O tronco* me foi contada por um tio do Haroldo de Britto, o Sebastião de Britto, fazendeiro, comerciante, promotor público. Eu tinha ouvido umas cem pessoas, porque queria escrever uma obra científica, examinando os aspectos atrasados da região. Mas o Sebastião de Britto eram um grande contador de história. Ele se emocionava com os fatos até as lágrimas. [...] Então percebi que era besteira querer fazer ciência quando eu tinha nas mãos um material excelente para um romance. Conversei com o Zoroastro Artiaga, e ele disse: ‘Larga de bobagem. É melhor fazer um romance. Fica muito mais

emocionante.’ [...] O José Godoy Garcia detestou o romance. *O tronco* tinha uma certa orientação ideológica(JO, maio de 2001).

É evidente que a criação literária de *O tronco* não conseguiu eliminar totalmente o caráter histórico dos acontecimentos. A presença de uma abordagem sociológica é marcante. Trata-se na verdade de um romance histórico. De acordo com Fredric Jameson (2007, p. 192):

O romance histórico, portanto, não será a descrição dos costumes e valores de um povo em um determinado momento de sua história (como pensava Manzoni); não será a representação de eventos históricos grandiosos (como quer a visão popular); tampouco será a história das vidas de indivíduos comuns em situações extremas (a visão de Sartre sobre a literatura por via de regra); e seguramente não será a história privada das grandes figuras históricas (que Tólstoi discutia com veemência e contra o que argumentava com muita propriedade). Ele pode incluir todos esses aspectos, mas tão somente sob a condição de que eles tenham sido organizados em uma oposição entre um plano público ou histórico (definido seja por costumes, eventos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual representado por aquela categoria narrativa que chamamos de personagens.

Nesse sentido, o comentário de Bernardo Élis é acertado em relação à sua obra, porém tal viés pode também ser ampliado para *Grande sertão: veredas*. Acreditamos ser possível encaixar *O tronco*, na mesma tipologia elaborada por Willi Bolle, em sua obra *grandesertão.br* (2004), como *romance de formação do Brasil*, assim como *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Em ambos os casos é possível perceber o processo de formação da sociedade brasileira como espaço de antagonismos e forças opostas. A vida no sertão se projeta como a metáfora dos conflitos nacionais. Importante ressaltar que a aproximação de Bernardo Élis com Guimarães Rosa foi obra de Domingos Félix de Souza. (JO, maio de 2001).

Outro elemento essencial no estabelecimento do campo intelectual goiano, ou mais precisamente goianiense, foi a criação da União Brasileira dos Escritores – Seção Goiás em 1945. Dois momentos importantes podem ser analisados em sua trajetória de contribuição para a cultura em Goiás. Em 1954, durante a gestão de Eli Brasiliense, foi realizado o 1º Encontro de Escritores em Goiânia (encontro internacional) com o apoio da Academia Goiana de Letras. Tal evento pode ser entendido como uma tentativa outra de romper o isolamento cultural de Goiás e buscar uma inserção no quadro nacional.

Contudo foi a publicação do jornal *Letras de Goiás*, divulgado pela União Brasileira de Escritores – Seção Goiás, em setembro de 1962, que identificamos como um ponto importante no campo intelectual e cultural de Goiás. Importante ressaltar que o jornal teve apenas uma edição e que foi editado mediante o apoio do Governo do Estado de Goiás. De 1961 até 1964, Mauro Borges Teixeira foi o governador eleito de Goiás pelo Partido Social

Democrático (PSD). Importante lembrar que a situação política do Brasil no decorrer das décadas de 1950 e 1960 demonstrava forte instabilidade como apresenta Jorge Ferreira (2008). Vivia-se desde 1946 a primeira experiência democrática na história política e social do Brasil. A transição ocorrida do Estado Novo à nova ordem democrática, deve ser entendida como um momento de profundas contradições e divergências. Na interpretação de Lucilia Delgado (2008,p.131) o período pode ser entendido “como um marco de permanência na mudança, principalmente em relação ao mercado econômico e às condições de regulação da força de trabalho.” No caso de Goiás, o Partido Social Democrático (PSD), exercia importante peso na política local:

Aliado de primeira hora do PTB tinha, contudo, bases sociais muito diversas daquelas que vieram a compor o conjunto da agremiação trabalhista. Criado de dentro para fora do Estado, reuniu em seus quadros os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais. As origens sociais do PSD e seus fortes vínculos políticos com o PTB sugeriram um ditado popular segundo o qual: “o PTB era o PSD de macacão e o PSD o PTB de casaca”. (DELGADO, 2008, p.139)

Em Goiás, o então governador Mauro Borges (1961-1964), era um membro da oligarquia estadual. Filho do fundador da cidade de Goiânia e interventor em Goiás de 1930 até 1945, Pedro Ludovico Teixeira. É possível perceber que no mesmo sentido do projeto de modernização colocado em prática por Ludovico nas décadas de 1930/1940, Mauro Borges ao lançar o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás, mais conhecido como Plano MB caminhava no mesmo sentido. A leitura do Plano MB evidencia que se desejava ultrapassar:

[...] a fase do “Estado cartorial”, conspirando contra os mais sadios princípios orientadores do desenvolvimento econômico [...] Goiás não é mais uma pequena província que possa administrar ao sabor das mais empíricas improvisações ou à base de promessas demagógicas. É imperativo a implantação de métodos científicos de administração e racionalização dos serviços públicos, dentro de um planejamento coordenado e sistematizado, de acordo com as modernas teorias do desenvolvimento (GOIÁS, 1961, p. 99-100).

O desejo da modernização não ficou restrito apenas ao espaço da produção material e ou econômica. Jefferson de Castro Vieira (2012) estabelece uma distribuição do Plano MB em quatro grandes áreas: a) agropecuária, b) industrialização, c) desenvolvimento de Goiânia e d) investimentos na área de saúde, educação, abastecimento de água e esgoto.

Justamente no último grupo citado de pretensões do Plano MB, podemos localizar o apoio do governo estadual à criação de um suplemento literário. Na primeira página do jornal pode-se ler que os editores estavam sendo “ajudados pela boa vontade do Governo Estadual,

lançando este *Letras de Goiás*.”(JORNAL LETRAS DE GOIAS, 1962).Como já foi apontado anteriormente no texto da dissertação, a filiação entre intelectuais e as estruturas do Estado no Brasil sempre foram constantes. O texto intitulado *Palavras iniciais* evidencia o caráter propagandístico do jornal, tanto no que diz respeito às artes goianas, como também do próprio governo. A questão da “goianidade” se faz presente:

Já se apontou, algures, o caráter original, autóctone, da literatura dos goianos. Nas manifestações artísticas de nosso homem, surpreende-se sem dúvida, um sentido e uma tendência de fidelidade regional, transparecidos nos constantes e nos motivos localistas – o meio ambiente, as características biológicas, as peculiaridades econômicas e sociais, que emprestam um cunho de goianidade até mesmo às obras e inspiração e de aspiração universais.(JORNAL LETRAS DE GOIÁS, 1962).

O Governo as vê como uma real manifestação desse desenvolvimento, cujas origens se situam, sobretudo, na Educação. O Governo crê, assim, que a educação do povo o prepara para atingir o campo das artes e das letras, já lhe dando um instrumento de comunicação do espírito, já o apresentando para receber a grata mensagem artística. Esta a razão da prioridade que o Governo imprime ao que ele acredita constituir a infra – estrutura do povo – a educação.(idem).

O conselho diretor do jornal era composto por nomes de destaque e importância na vida cultural goiana: Bernardo Élis, Gilberto Mendonça Teles, Regina Lacerda, Oscar Sabino Júnior, A. G. Ramos Jubé e Juvenal Campos do Amaral. O primeiro volume de setembro de 1962 evidencia uma variedade temática significativa. Temos as seguintes publicações, que identificamos como as mais relevantes:

- 1- “A moderna poesia de Goiás”: A. G. Ramos Jubé.
- 2- “Willian Faulkner”: Cecílio Rocha.
- 3- “Pequeno itinerário camponês”: Bernardo Élis.
- 4- “Zeca Caitano”: Sebastião Souza Lima.
- 5- “Nacionalismo em face do Brasil de hoje”: Francisco Ayres.

O texto de Élis, “Pequeno itinerário camponês”, é um ensaio sócio-cultural da realidade goiana. O autor inicia o ensaio tendo como mote o texto de Hugo de Carvalho Ramos, *Gente da Gleba*:

Lançando as bases da novelística de Goiás, Hugo de Carvalho Ramos o fez sob o signo das lutas camponesas, numa admirável antevisão de nossa realidade, naquele tempo apenas esboçadas. Se não bastasse o título “Gente da Gleba” para denunciar as retrógradas relações sociais as regiões rurais de Goiás, o desfecho dessa mesma

novela viria dissipar qualquer dúvida que por acaso ainda pairasse no espírito do leitor.(JORNAL LETRAS DE GOIÁS, 1962).

O modelo explicativo marxista da obra de Hugo de Carvalho Ramos, fica evidente quando Élis diz: “Define-se assim a luta de classe: de um lado os coronéis, latifundiários, donos do Estado e de sua justiça e de suas leis; do outro o povo pobre, espoliado, injustiçado e massacrado, inclusive fisicamente.” (idem). O conceito da luta de classes se faz presente na interpretação da realidade goiana pela obra de Hugo de Carvalho Ramos.

A real intenção de Élis é estabelecer uma analogia entre os problemas das relações sociais e produtivas no campo, presentes do texto de Hugo de Carvalho Ramos, e a realização do Congresso Camponês, ocorrido no dia 22 do mês de julho de 1962, em Goiânia, “ocasião em que se fundou a Federação das Associações de Lavradores do Estado de Goiás, para cuja presidência foi eleito o homem que não podia deixar de ser eleito, o herói José Porfírio³³.”(JORNAL LETRAS DE GOIÁS, 1962). Importante ressaltar que o tema dos conflitos, será retratado em obra posterior de Bernardo Élis: *A terra e as carabinas* (1987). Ampliando o diálogo, é válido lembrar que ao final da década de 1950, a questão da terra fazia-se presente no cenário nacional:

As décadas de 50 e 60 foram marcadas por intensos conflitos no campo, que tiveram como marca principal o processo de expropriação do posseiro. A resistência de Trombas e Formoso, uma ação de posseiros contra um processo de grilagem de terras, ocorrido no norte de Goiás, foi um dos movimentos deste período. Trombas e Formoso atravessou todo o período de 50 e 60 e foi atingido diretamente pelas políticas diferenciadas implementadas por Vargas e Juscelino Kubitschek, o que nos permite tomar contato com cada um destes períodos políticos de expansão da fronteira através deste movimento social. (MAIA, 2005, p. 3).

Sendo Goiás uma região de fronteira agrícola, os conflitos oriundos do descompasso da exploração capitalista fizeram-se presentes. Nessa interface entre literatura, história e sociologia, Élis diz:

Sempre me interessei por uma literatura calcada na realidade social goiana. Cheguei a juntar cinco cadernos, escritos a mão, sobre Trombas e Formoso. Nisso veio a Revolução. Peguei todo esse material, mais alguns outros papéis, e dei para o Bariani Ortêncio guardar no cofre dele. Quando passou a revolução, pensei em escrever um romance sobre o assunto. Mas a Janaína Amado pediu emprestado esse material. Como eu já não tinha muita vontade mesmo de escrever sobre o fato, andava, inclusive muito influenciado pelo suplemento do *Jornal do Brasil*, que era editado pelo Mário Faustino, acabei emprestando a ela a papelada que tinha juntado e desisti da ideia do projeto. Depois, quando a Janaína me devolveu o material, eu já

³³ José Porfírio de Souza (1912-1973) foi um dos líderes da Revolta de Trombas e Formoso, no Estado de Goiás, ocorrida na década de 1950. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro(PCB) e foi eleito deputado por Goiás, tendo como sigla o PTB, embora seu mandato tenha sido cassado em 1964, pelo advento do Golpe Militar do mesmo ano.

havia perdido o entusiasmo com a ideia. Tanto que voltei a emprestá-lo novamente, e nem me lembro para quem. (JORNAL LETRAS DE GOIÁS, 1962).

Contudo é digno de nota que o desenrolar do ensaio de Élis, em *Letras de Goiás*, caminha para uma reflexão sobre o papel do artista e seu engajamento social. No Congresso Camponês que ocorreu em 22 de julho de 1962, Bernardo Élis evidencia o não comparecimento de membros do Legislativo goiano, em uma clara demonstração do desinteresse e repúdio das classes dominantes frente aos movimentos sociais. O paralelo com *Gente da Gleba* é novamente estabelecido ao afirmar que a não presença de deputados no Congresso era uma evidente adesão dos deputados aos interesses dos grileiros e latifundiários do Estado. Como citado anteriormente a questão do papel do artista se faz presente ao analisar, no mesmo texto, a exposição da pintora Maria Guilhermina. Élis evidencia que a exposição da pintora é fruto do trabalho de uma mente reacionária e burguesa, muito distante da realidade social vivida, por exemplo, pelos pobres do campo goiano. Em conversa com a pintora, a mesma informa a sua pretensão de levar sua arte ao povo, e Bernardo, como arguto observador identifica que um dos quadros da tinha como título *Berlim*:

Porque teria ela ido tão distante buscar o nome para ele? Tivesse ela ouvido o protesto e as denúncias dos lavradores de Goiás naquele famoso e histórico Congresso do dia 22 de julho que não titubearia em dar ao quadro não o nome de uma cena e que ela pode imaginar através da informação interessada de uma propaganda tão falsa quanto desonesta; tivesse participado do Congresso e teria denominado seu quadro LATIFÚNDIO, que isso sim é perfeitamente simbolizado por cerca de arame farpado encarcerando corpos e sonhos, dividindo terras e almas para semear o ódio e a dor. Sim, LATIFÚNDIO gerando muros e campos de concentração. (JORNAL LETRAS DE GOIÁS, 1962).

As reflexões de Bernardo Élis no presente ensaio aproximam-se consideravelmente do texto de Walter Benjamin (2011), *O autor como produtor*. Nessa conferência realizada no dia 27 de abril de 1934, o filósofo alemão trabalha a tese que o escritor ou artista burguês produz obras destinadas exclusivamente para a diversão. O autor progressista, como diz Benjamin, deve ter em mente a necessidade aliar a capacidade literária e o engajamento político. Ainda no texto de Benjamin verificamos a necessidade do autor/escritor abastecer e modificar o sistema de produção de forma simultânea. O texto de Bernardo Élis, pela ótica interpretativa de Benjamin (2011), cumpre com as responsabilidades estéticas e éticas.

3.2 - A federalização do escritor.

Um dos temas centrais do pensamento social brasileiro e também latino – americano é a busca pela identidade nacional. Os processos de independência da América, iniciados ainda no século XVIII e atingindo o ápice no decorrer do século XIX, não foram capazes de resolver a problemática da nação e da identidade.

Sem estabelecer uma linhagem dos conceitos de nação, partiremos da definição de Anderson (2011, p.32), na qual a nação é “uma comunidade política e imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.” Ao longo do século XIX, a construção da identidade nacional no Brasil se fez de forma conflituosa e a história esteve presente nesse processo de feitura:

A elaboração da história nacional segue, portanto, um movimento complexo de apropriação de memórias localizadas, cuja ordenação origina um sentido temporal explicativo da constituição da nação, personalização do todo, coleção de indivíduos. Formando-se desse modo, a narrativa histórica produz a história nacional na forma de biografia, identificando a gênese do movimento de formação da nação. (SANDES, 2011, p.18).

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no ano de 1838 evidencia uma tentativa estatal de criação de uma história e memória da nação pelo viés estatal. Importante ressaltar que vivia-se na década de 1830 um cenário de crise estrutural no Brasil, onde as revolta regenciais ameaçavam a pretensa unidade nacional. Sobre o IHGB:

É justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 40, os românticos brasileiros, quando o jovem monarca d. Pedro II se tornará assíduo frequentador e incentivador, com a maioria, dos trabalhos dessa instituição. A partir dos anos 50 o IHGB se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais. (SCHWARCZ, 1999, p. 126).

A institucionalização do IHGB está marcada pelos recursos destinados pelo governo imperial (SCHWARCZ,1999). Uma parte significativa da *intelligentsia* nacional estará presente nas reuniões do IHGB no século XIX, incluindo nomes do cenário literário nacional como Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820 – 1891), Joaquim Manuel de Macedo (1820 – 1882), Gonçalves Dias (1823 – 1864) e em particular “Francisco Adolfo de Varnhagen³⁴ (1816 – 1878), o fundador da historiografia brasileira, formando o grupo imediatamente vinculado ao imperador.” (SCHWARCZ, 1999, p. 131).

³⁴ “Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de pôr um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade...” (Varnhagen In DIEHL, 1998,p 25).

O século XIX busca estabelecer um passado para o Brasil que estivesse relacionado com a busca de suas origens, isto é, do representante pleno da “brasilidade”. A possível associação com o português e com o africano foi substituída pela presença da figura do índio:

Mas se cabia à historiografia formar um panteão de heróis nacionais, criar um passado e buscar continuidades temporais, foi na área da literatura que a atuação de d. Pedro II ganhou maior visibilidade. Debaixo da proteção direta do monarca tomava força o movimento que pretendia promover a autonomização da literatura brasileira, sob os moldes do romantismo e convenção do indianismo. [...] É nesse contexto que Magalhães publica *A Confederação dos Tamoios* (1856), que fora diretamente financiada por d. Pedro, e, depois de longo preparo, era aguardada como o grande documento de “validade nacional” do tema do indígena. (SCHWARZ, 1999, p. 132).

A luta pela memória estava longe de ter o seu fim. O advento da República renova os debates da questão nacional. Nota-se a elaboração de uma narrativa elitista, onde os exemplos do cenário europeu são dominantes. Buscava-se criar uma “República do Progresso” nos trópicos (SEVECENKO, 2009). A tentativa estatal de colocar Canudos, Contestado e outros movimentos no esquecimento, é uma clara demonstração da construção de uma identidade nacional onde a integração ainda não havia sido engendrada como pauta política: a nação estava ainda múltipla.

Como já apresentado nos capítulos anteriores, a partir da década de 1930, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, a busca por uma lógica integracionista se faz presente. A Marcha para Oeste é um passo fundamental na nacionalização e integração do país: “A nação em marcha redescobre a sua selvageria tropical cromática, a sua qualidade natural própria, força criadora viva, obra – prima divina que o homem não corrompera”(LENHARO, 1986, p.57). Apresentamos anteriormente a construção de Goiânia como elo de ligação da histórica antinomia entre litoral e sertão. Contudo uma questão demonstra-se ainda pendente: quais serão os usos e táticas da região, isto é, do estado de Goiás para operar a inserção nacional.

Em já clássica interpretação sobre a economia goiana e sua relação com o espaço nacional, Barsanufu Gomides Borges (2000) evidencia que o *Centro – Oeste* é uma criação do Sudeste brasileiro. Seria então Goiás um espaço na periferia do sistema capitalista nacional, centro mantenedor das necessidades agrícolas da Nação. A condição de fronteira mostra-se nesse caso como espaço de tensão e exploração (MARTINS, 2009).

Nessa luta pelo espaço e naturalmente pela inserção de Goiás nos quadros da República Brasileira ao longo do século XX, verificamos a utilização por parte do aparato estatal, midiático e até educacional da figura de Bernardo Élis. O escritor seria a ponta de lança na corrida pela integração. Contudo partimos de uma premissa básica: antes é

necessário “inventar” o autor goiano e seguidamente utilizar sua representação como elemento de alusão ao estado de Goiás.

A utilização de Bernardo Élis como representante do estado de Goiás deve ser entendida como fruto de um longo processo de construção simbólica que parte da ideia de região. As leituras estruturalistas, dos *Annales* e principalmente a geo – história de caráter marxista, tomaram a região como elemento previamente construído a partir da ideia de espaço (ALBUQUERQUE, 2008). Devemos lembrar que a formação da região parte de uma construção semântica (RICOUER apud ALBUQUERQUE, 2008).

Contudo em nossa visão, que aceita a análise econômica embora não a trate como primeiro plano, a elaboração do espaço realiza-se de forma simbólica: discursos, representações, encenações e práticas. De acordo com Bourdieu (2010) a região é criada pelo tempo e pela história. São elaborações não naturais e ou espontâneas. Goiás particularmente sofreu tentativas de identificação a partir de forças externas e internas. O discurso metropolitano até os relatórios dos presidentes de província, passando pelos viajantes, foram os discursos externos. As tentativas internas foram por mecanismos como as revistas *Informação Goiana* e *Oeste*. O modelo conceitual de região foi alvo de disputa e reivindicações. Acreditamos que a figura de Bernardo Élis operou uma tentativa de regionalização nitidamente pela literatura e tal caminho foi apropriado pelas estruturas do estado. Sairíamos da sombra do ouro (MOREYRA, 1982) pelos *ermos e gerais* do escritor goiano. De acordo com Albuquerque Júnior (2009) devemos buscar as elaborações dos sentidos sobre o “ser regional”.

A invenção de Élis como representante cultural do Estado de Goiás, remonta ainda à década de 1940, quando do lançamento de sua obra de contos *Ermos e Gerais* (1944), que foi possível graças ao auxílio da Bolsa de publicação Hugo de Carvalho Ramos, oferecida pelo governo municipal de Goiânia. O impacto da obra não pode ser mensurado nos padrões de produção de outros autores como Graciliano Ramos, José Lins do Rego e posteriormente Guimarães Rosa. E dizemos isso não pela inferioridade da obra, mas pelo *locus* goiano. Como já citamos em passagens anteriores, a condição de periferia do Estado de Goiás era uma realidade e diga-se ainda internalizada pelos próprios goianos. A identidade construída previamente pelo viés do atraso dotou o curso da história de uma maior lentidão em Goiás. Em 1997, entrevista concedida ao jornal *O Popular*, Bernardo Élis diz:

O Brasil continua a ser um país de grandes propriedades agrárias, de doentes, de analfabetos. Por exemplo, a região Amazônica, desde que eu me entendo por gente, é um problema. A seca do Nordeste continua sendo um problema e é uma fonte de

renda para ladrões. Então as coisas não mudaram muito. Mudou assim: a enxada passou a ser substituída pelo arado e tal. Mas a organização continua a mesma, é o patrão com os peões. Estes não vivendo muito bem, se têm escola não sabem para que serve. O analfabetismo em Goiás é muito maior do que se supõe. É impressionante. (*O POPULAR*, 8 de junho de 1997).

A fortuna crítica da obra de Bernardo Élis, com o lançamento de *Ermos e Gerais* e outras obras como *O tronco* (1956), *Caminhos e descaminhos* (1965), *Veranico de janeiro* (1966) projetaram Goiás para fora dos limites do sertão. Os dois último livros citados foram ganhadores respectivamente dos prêmios: Afonso Arinos da Academia Brasileira de Letras e Jabuti da Câmara Brasileira do Livro. A recepção da obra de Élis pode ser identificada a partir de dois comentários, inicialmente Francisco de Assis Barbosa³⁵:

Desde o aparecimento de *Ermos e Gerais*, em 1944, Bernardo Élis se tornou vanguardeiro de um novo ciclo da ficção brasileira – o do sertanismo goiano – mineiro. Cronologicamente, é ele o primeiro. Vieram depois Guimarães Rosa (*Sagarana* é de 1946), Mário Palmério (com *Vila dos Confins*, em 1956) e José J. Veiga (*Os Cavalinhos de Platipanto*, 1958). E a literatura do Oeste passou a competir em prestígio e significado nacional com a literatura do Nordeste, que se havia transformado numa literatura líder, a partir da jornada dos grandes romances de conteúdo social iniciada com *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida. A literatura do Nordeste ficou ligada à Revolução de 1930. A literatura do Oeste ressurgiu - já que não deve ser omitida a contribuição pioneira de Bernardo Guimarães, Afonso Arinos e Hugo de Carvalho Ramos – na fase atual da nossa evolução histórica: a da fundação de Brasília.(AGL – ABE).

O segundo comentário de Dias da Costa, diz:

Como o Brasil continua sendo, em literatura mais do que em qualquer outra coisa, um país que ainda se divide em corte e província, o livro do Sr. Bernardo Élis não teve a repercussão que, em verdade merece. [...] Porque quem como o Sr. Bernardo Élis, surgindo em volume, apresenta desde logo, qualidade inatas de escritor ligadas ao maior conhecimento de temas e paisagens que utiliza, alcançando, na maioria das vezes, um equilíbrio marcante na dosagem das emoções, não pode ser ignorada pela crítica nacional... (AGL - BE).

O segundo texto citado, de Dias da Costa, embora também realize como o primeiro, o arauto do elogio, traz em seus escritos certo espanto: talento em Goiás? Não seremos injustos em não perceber a sua leitura Sobre o comentário de Francisco de Assis Barbosa, não ficaremos presos à Medusa do elogio, mas partiremos de um pequeno trecho, que faz menção à literatura do “sertanismo goiano – mineiro”. Passagem curta e intrigante pela associação unilateral entre duas regiões que possuem suas especificidades. O discurso traz em sua

³⁵ Escritor, biógrafo, ensaísta e historiador brasileiro. Nascido em 1914 e falecido em 1991, foi membro da Academia Brasileira de Letras. Atuou em órgãos públicos como a Casa Rui Barbosa, Fundação Padre Anchieta e outros.

ausência explicativa uma posição totalizante sobre o Oeste, sertão ou o interior do Brasil. Seriam Goiás e Minas Gerais estados tão desprovidos de identidade que somente seriam reconhecidos de forma conjunta? Podemos ainda lembrar que a própria teoria literária evidencia elos de aproximação entre os autores citados por Barbosa, porém são justamente suas diferenças de escrita e produção textual os elementos mais relevantes. Os discursos literários de Rosa, Élis, Veiga e Palmério são variados. Para não adentrar no terreno pantanoso do discurso, basta citar o caráter individualizante da obra de Rosa, a postura de denúncia social de Élis e o realismo mágico de Veiga. crítica sobre a dicotomia entre *corte e província*, contudo a leitura interna do discurso evidencia que em suas estruturas de pensamento, tal dicotomia é uma realidade nacional.

Traduzido inicialmente pelas oposições local/universal, puro/exógeno, substância/forma, autóctone/transplantado, primitivo/civiliza, sertão/litoral, os intelectuais brasileiros, desde a República, têm-se dedicado à tarefa de reunir, em um todo coerente e unificado, as duas faces antagônicas do Brasil. (SENA, 2013, p.22).

A repercussão de Bernardo Élis é real nas décadas de 1940 até 1960. Realizamos uma indicação prévia sobre as limitações e a continuidade dessa repercussão. Mas de acordo com Faria (1985, p.158):

Mais importante do que citar o número de críticas feitas a uma obra, importa saber de quem foram as vozes que se manifestaram sobre ela. Se esse fato foi sempre salvo – conduto para a posteridade de um autor, Bernardo Élis tem esse salvo – conduto com relação a todos os seus livros de ficção. [...] Citaremos apenas alguns deles: Monteiro Lobato, Tristão de Athayde, Herman Lima, Afonso Schmidt, Mário de Andrade, Waldermar Cavalcanti, Sérgio Milliet, Guimarães Rosa, Franklin de Oliveira, Francisco de Assis Barbosa, Laís Correa de Araújo, Dirce Cortes Riedel, dentre outros do panorama nacional, além dos nomes mas expressivos ligados às letras, em Goiás.

A tese de que partiremos agora é anunciada nos seguintes termos: Bernardo Élis representa o ponto de maior reconhecimento externo da produção literária goiana e acreditamos que o o momento da “federalização do autor” acontece a partir de sua campanha para eleição na Academia Brasileira de Letras na década de 1970.

Primeiramente é importante ressaltar o que denominamos de “federalização do autor”. A tradição cultural do Ocidente, elaborou inúmeros canônes da literatura universal: Shakespeare, Cervantes, Molière, Goethe e inúmeros outros (BLOOM, 2010). Seriam estes representantes de uma acessibilidade universal em seus escritos, embora estejam invariavelmente atrelados às suas realidades nacionais e ou à construção das mesmas:

Shakespeare e Inglaterra, Cervantes e Espanha, Molière e França, Goethe e Alemanha. Contudo notamos em particular que no espaço da literatura brasileira, as reflexões sobre a produção de nossos autores, em particular aqueles distantes do eixo Rio – São Paulo, tiveram seus textos atrelados à realidade local e regional e à condição de periferia do sistema. Como exemplo Jorge Amado fala profundamente da Bahia, José Lins do Rego retrata o Nordeste açucareiro, Érico Veríssimo entrelaça sua obra com os pampas do Rio Grande do Sul e vários outros casos. Não estamos a questionar o uso da região como elemento de composição, tratar-se-ia de uma empreitada da teoria literária. Nosso objetivo é mais exíguo: os usos externos dos traços regionalistas como elementos de propaganda da região.

Lúcia Lippi de Oliveira (2011), em artigo intitulado *Gilberto Freyre e a valorização da província*, evidencia de maneira sistemática e objetiva as reais preocupações do sociólogo pernambucano em evidenciar o Nordeste ou talvez o seu Nordeste. De acordo com Freyre (1989) as representações sobre o Nordeste foram sendo estigmatizadas pela ótica da fome, miséria, seca e atraso: “Mas esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco é apenas um lado do Nordeste” (FREYRE,1989,p.41). Sua intenção é permitir uma leitura outra:

O outro Nordeste. Mais velho que ele é o Nordeste das árvores goras, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos – panças pelo mel do engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pelo opilação, pela aguardente, pela garapa de cana [...] (FREYRE,1989, p.41).

O Nordeste romântico e saudosista de Gilberto Freyre é o da economia açucareira e sua realidade. O impacto das obras de Freyre é inegável do ponto de vista tanto da contribuição para todas as Ciências Humanas como são reais suas qualidades literárias. Contudo vale ressaltar que Pernambuco ocupou as páginas da história nacional desde os idos da América Portuguesa quando seus engenhos e escravos foram o motor da economia colonial (PRADO JÚNIOR, 2012). Gilberto Freyre estando à frente do *Movimento Regionalista Tradicionalista*, defendia uma relação ambivalente e de troca entre o regional (tradicional) e o moderno (SELMA, 2010). Goiás enquanto Capitania e Província viveu os quadros da exclusão econômica e social. Sabemos que a inserção de Goiás nos quadros da economia colonial (MORAES e PALACÍN, 2001), de acordo com estudos recentes sobre a mineração na América Portuguesa (MELLO E SOUZA,1982) e sobre a perenidade da economia açucareira (ALENCASTRO,2000), não evidenciam traços de fausto produtivo ao ponto de a Capitania de Goiás não ser a “jóia da Coroa”. Embora a invenção do passado tenha sido operada por

Chaul (2010) no sentido de se criar pela suposta legitimidade do discurso histórico uma outra realidade, corremos o risco do anacronismo.

A “federalização do autor” se faz a partir de seus próprios escritos que conseguem naturalmente atravessar os *limes* da província ou então mediante a ação sócio-estatal. Realiza-se a construção de uma identidade a partir de elementos expostos pelos membros da *intelligentsia*. Seria um processo, no caso de Goiás, da busca pela suposta *goianidade*.

Ao longo do século XIX, a questão da identidade esteve continuamente ligada aos valores geográficos e não simbólicos. Vale ressaltar que tal construção opera-se pelo campo da cultura. Iglésias (2009), na trilha de uma suposta *mineiridade* refuta a utilização da expressão. Seria antes de tudo uma criação posterior:

Nessas expressões – mineiridade, pernambucanidade etc – procura-se traduzir o essência de uma cultura, de um povo, de uma sociedade. A ideia não era novo, pois sempre se procurou vincular o modo de ser ao meio, à natureza; já os antigos falavam no *genius loci*.(2009,p.278).

As leituras geográficas e deterministas foram refutadas por uma leitura social e cultural e principalmente pela capacidade de se perceber a multiplicidade do *ethos* e também suas oscilações históricas.

Bhabha (2007) ressalta que deve-se prestar atenção ao caráter de imutabilidade dos discursos de dominação. Tais discursos pretendem-se atemporais e a-históricos. Buscam na verdade a manutenção da dominação pela invenção de uma falsa ciência construída pela negação do outro.

Partimos do pressuposto que o estereótipo possui três importantes variações: a construção externa (como no caso do colonialismo), a construção interna (a busca estatal pela especificidade do local) e a incorporação de tais discursos pelos seus respectivos alvos, isto é, o “eu” molda-se a partir de valores que não lhe são próprios. A existência do outro, como elemento de construção do eu é tática constante nos caminhos da identidade (HARTOG, 1999). Focaremos na ideia da construção interna como forma de se pensar a “federalização do autor”.

É comum na historiografia a referência à Goiânia como momento de entrada de Goiás na realidade nacional. Contudo, ao afirmar-se o caráter pretensamente moderno de Goiânia, opera-se um diálogo de assimilação dos discursos referentes ao atraso desde o século XIX. Se deseja-se a modernidade é porque aceita-se a existência prévia do atraso. Acreditamos que isso tenha gerado uma ruptura na construção da identidade goiana: deve-se colocar o passado

no esquecimento e assumir a nova condição de modernidade? Tal aceitação só pode ser praticada por aqueles que não realizaram a crítica do progresso (BENJAMIN, 2011).

A construção de Brasília na década de 1950 atua como elemento de descaracterização de Goiânia como centro de modernidade. Opera-se um deslocamento do suposto progresso e Goiás é lançado novamente na crise do choque histórico entre as ruínas de um passado supostamente glorioso (construção de Goiânia) e um futuro de decadência pelo possível eclipse gerado por Brasília³⁶. De novo o embate entre passado e futuro se faz presente. Contudo, acreditamos que uma das formas elaboradas pelo estado para lutar contra uma nova *periferização* do Estado de Goiás se faz pela “federalização do autor”, no caso Bernardo Élis como representante do mais alto grau de desenvolvimento cultural de Goiás. Ocorre ao nossos olhos uma postura de hibridização, pois enquanto escritor dos ermos goianos, seria ao mesmo tempo o mais alto nível de produção cultural/literária em Goiás e evidenciaria para o Brasil uma representação do estado de Goiás, que os próprios goianos recusaram por muitos anos: o caráter agrário, rural, pastoril e sertanejo. Voltaria então ao mesmo cenário que havia sido anteriormente combatido: Goiás enquanto sertão.

O “autor federalizado” torna-se um embaixador da “província”. Suas ideias e produção cultural, dialogam com o mundo exterior e realizam simultaneamente a propaganda desejada pelas estruturas de poder. De acordo com Bourdieu (2010,p.10):

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunidade imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio de estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

Ainda em Bourdieu(2010, p.11) “é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem sua função política [...] que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra.” O poder simbólico se realiza na “própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença”(BOURDIEU,2010, p.15).

O primeiro passo nessa “federalização do autor” e naturalmente as consequências das ações do poder simbólico tornam-se evidentes na eleição de Bernardo Élis para a Academia

³⁶ De acordo com Silva (2010), a construção de Brasília atendia projetos nacionais que oscilavam da direita à esquerda: “Pouco se fala da construção simbólica da nova capital, em que medida ela representava fantasia, experimento e alternativa em uma palavra, utopia, para várias formas de pensamento”. (p.53).

Brasileira de Letras. De acordo com o artigo 2º do Estatuto da ABL, apresentado em 28 de janeiro de 1897, lemos:

Só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário.
As mesmas condições, menos a de nacionalidade, exigem-se para os membros correspondentes.

A transcrição do artigo que compõe o estatuto é relevante para perceber que as estruturas da ABL ao longo do século XX tornaram-se muito distantes dos valores iniciais. A ABL se tornou um elemento à serviço da dominação simbólica das elites (Bourdieu, 2010). Bernardo Élis encaixa-se perfeitamente na questão estatutária da ABL, contudo o seu enfrentamento por uma cadeira de imortal realizou-se com o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek. Em texto publicado no site G1, o jornalista Geneton Moraes Neto transcreve trechos de uma conversa com o então presidente da ABL à época Austregésilo de Athayde (1959-1993):

O presidente Austregésilo, surpreendentemente, me disse que pode ter havido um “equivoco” na eleição que derrotou JK. Resultado da primeira votação tinha sido JK 19 x Bernardo Élis 19. Segunda votação: JK 19 x Bernardo Élis 18. Terceira votação: JK 18 x Bernardo Élis 20. Que equivoco terá sido este ? Um acadêmico pode ter se confundido na hora de votar. “O ex-presidente poderia ter sido eleito”, disse-me o então presidente da Academia, “se à última hora não tivesse havido um equivoco de um dos nossos companheiros – que deixou de votar nele. Se não fosse o equivoco desse voto, Juscelino provavelmente teria sido eleito. Um acadêmico mudou de voto naquele momento³⁷.”

A comparação do artigo do estatuto e a indicação do ex-presidente JK, evidenciam que o requisito básico não era cumprido pelo mineiro: não se tratava de um escritor e sim de um estadista. Porém, mais impressionante é a reflexão do ex-presidente da ABL Austregésilo de Athayde, sobre o possível equivoco de um acadêmico no momento da votação. Teria sido uma injustiça com JK e uma sorte de Bernardo Élis. A literatura de Bernardo Élis fala por si. Eleito no dia 23 de outubro de 1975, ocupou a cadeira número 1, sendo o seu quarto ocupante e foi recebido pelo acadêmico Aurélio Buarque de Holanda em dezembro de 1975. Em seu discurso de posse, Élis diz:

³⁷Extraído de: <<http://g1.globo.com/platb/geneton/tag/academia-brasileira-de-letras/>>.

Senhor Presidente,

Neste momento, quando o primeiro goiano chega a esta Academia, refletindo a alegria que vai na alma de meus coestaduanos, eu também não consigo disfarçar minha emoção. Não consigo, nem quero abafar as recordações que me vêm ao peito, especialmente as lembranças de Goiás, a Vila Boa dos Bandeirantes, onde estudei e formei meu espírito, onde fiz as grandes amizades de minha juventude. Goiás foi, na verdade, semente e berço da cultura da dilatada pátria que é o Oeste. Ali, durante dois séculos, encasulado no coração do Brasil, permaneceu como sentinela avançada, vigilante no cerco perene e invisível das distâncias e do deserto. Num recolhimento morno de grão que germina, realizava a defesa da cultura e da língua nacional. Foi na segunda metade do século XVIII que minha terra se entroncou no grande fluxo da Cultura brasileira, especialmente através de dois nomes: o poeta carioca Bartolomeu Antônio Cordovil e o erudito diamantinense, o Padre Luís Antônio da Silva e Sousa, ambos professores de latim. Desde então, apesar do isolamento geográfico, meu Estado sempre esteve presente aos acontecimentos decisivos da nacionalidade, por intermédio da bravura e da inteligência de seus filhos. Eis aí o General Joaquim Xavier Curado, cuja espada sustentou nossa independência, quando ela vacilava ao embate da Divisão Auxiliadora; eis aí o estadista José Leopoldo Félix de Bulhões Jardim, que, como Ministro da Fazenda por duas vezes, consolidou as finanças da República. Apenas dois, para ser breve. Pelos anos adiante, os filhos de Goiás souberam conservar, ampliar e fazer progredir o alicerce cultural inicial. Criaram um ambiente de respeito, amor e interesse pelas coisas do espírito e da inteligência, especialmente na capital da província. A Língua Portuguesa, esse elo fundamental da unidade brasileira, sempre mereceu o desvelo do goiano, tanto que, embora rareassem fontes de informação e inexistisse interesse utilitário, dois dicionários de nossa língua foram escritos por filhos daquela terra. Um deles, o de Luís Maria da Silva Pinto, é o primeiro a ser escrito editado no Brasil. O outro, Dicionário Analógico da Língua Portuguesa, é o fruto de longas e longas canseiras de mestre Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, o maior educador goiano de todos os tempos. Ah, minha velha Goiás! Pelas ruas estreitas e brancas de luar, em noites de serenata, poetas e músicos soluçaram queixas de amor e hinos de louvor à terra. Nas tardes mornas de cigarras, Antônio Félix de Bulhões Jardim, o primeiro poeta goiano, chorava sua solidão de romântico, enquanto lutava pela libertação dos escravos, qual outro Castro Alves generoso e másculo. No velho Gabinete Literário, Hugo de Carvalho Ramos confundia a tragédia de seus contos com sua própria tragédia de suicida na flor dos anos. Na redação dos jornais, nas esquinas, no mercado público, nos saraus costumeiros, de par com a paixão política localista, debatiam-se as ideias que agitavam o mundo. (Élis, 1987, p.24).

O discurso de posse evidencia o fato de ser o primeiro goiano a integrar a Academia Brasileira de Letras. O intelectual de fronteira, que atravessou os limites do rio Corumbá e possibilitou a inserção cultural de Goiás nos quadros do imaginário social. Contudo importante ressaltar que Bernardo Élis, faz uma leitura intelectual do estado, apontando personagens relevantes que formavam a *intelligentsia* goiana desde o século XVIII. Embora tenha sido o primeiro, Élis representaria um campo intelectual previamente contituído. A capa do jornal de maior circulação do estado à época evidencia tal premissa:



Figura 6 Capa do jornal O Popular no dia posterior a eleição de Bernardo Élis na Academia Brasileira de Letras. (Acervo do jornal O Popular). 24/10/1975.

Uma parte da obra de Bernardo Élis, ainda permanece desconhecida e é fundamental na sua utilização como autor “federalizado”. Na coleção *Alma de Goiás* (1987), no volume 4, é reeditado um conjunto de textos históricos, literários e sociológicos do autor, cuja primeira edição data de 1985: *Goiás em sol maior*. O autor ficcional abre espaço para uma leitura outra da realidade goiana.

O texto de abertura sobre o poeta Félix de Bulhões (1845 – 1887) realiza uma leitura biográfica (positivista) sobre o apelidado de “Castro Alves” de Goiás:

Naturalmente que Félix de Bulhões, pela sua inteligência, sua cultura e sua arte deveria intrigar estranhadamente a bisbilhotice e a ignorância dos habitantes da antiga Vila Boa. Por outro lado, sua campanha antiescravagista e suas posições políticas deveriam levantar contra ele a antipatia dos poderosos. (ÉLIS, 1987, p. 23).

O resgate da atuação do poeta do século XIX não é apenas um exercício biográfico. É a tentativa de constituição de uma memória goiana: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...] pronunciar elogios fúnebres [...] porque essas operações não são naturais.” (NORA, 1993, p. 13).

Certos momentos da obra o tom caminha para o pitoresco e o cômico. Um dos artigos é intitulado: *Cidades goianas cada nome que, faça-me o favor*. Por um caminho quixotesco Élis faz um breve relato de nomes em Goiás:

Em confronto com o restante do Brasil (exceto São Paulo), a nominata dos topônimos goianos dos últimos tempos não denuncia muita imaginação criadora. Predominam nas cidades nomes de pessoas acrescidas do sufixo ou terminação “pólis”, “lândia”, ou “ânia”, “ônia”, “ésia”, quando não denominações forjadas pela combinação de sílabas tiradas de outros nomes, nem sempre feliz. (ÉLIS, 1987, p.38).

Alguns nomes apresentados por Bernardo Élis (1987) beiram o ridículo: “Pega pra capar”, “Cacete Armado” e “Tombador de Pegar com São Miguel e as almas do Purgatório”. Sobre as origens da atual Turvânia (cidade banhada pelo rio Turvo) Élis (1987, P.42) diz:

no local havia um cemitério da roça, conhecido sob a denominação de “Por Enquanto”, e que tinha por finalidade servir a população vizinha, já que a cidade mais próxima onde se podia enterrar os mortos distava 5 léguas (das de podrinho). Para atender aos defuntes que são um povo alegre demais, servia-lhes uma cachacinha, bolos e roscas, cerveja ou café, vender alguns artigos de maior urgência, aí logo surgiu uma vendinha de beira de estrada e em torno brotaram casas de palha. [...] ficava-se ali por enquanto, até que se enterrasse o dito cujo.

Fantástica leitura antropológica da formação das cidades do interior de Goiás. O escritor não era apenas um nascido em Goiás, mas antes de tudo um profundo interessado em suas várias realidades. O escritor tornava-se sociólogo, antropólogo, etnólogo, historiador e arquiteto. No artigo *Quartel do 20º batalhão de infantaria, o prédio mais antigo de Goiás*, Élis realiza um inventário de patrimônio material, onde ele pretende “chamar a atenção para a necessidade urgente de se proceder a um levantamento histórico dos principais edifícios e logradouros de Goiás, anotando suas alterações. (ÉLIS, 1987, p. 58).

Desfilam nomes importantes da realidade cultural e social de Goiás: Léo Lynce, Eli Brasiliense, Pedro Gomes, Altamiro de Moura Pacheco e Monsenhor Primo Vieira. Como dissemos anteriormente existe a evidencia de se criar locais de memória (NORA, 1993) para o estado de Goiás. Bernardo Élis nesse sentido foi produtor e também produzido como memória goiana.

Em artigo publicado no jornal *O Popular*, no dia 23 de março de 1980, o escritor goiano Brasigóis Felício utilizou como chamada: *As excelências ou como entrar para a academia*. O título dá nome também à obra de Guilherme de Figueiredo, que havia lançado vitupérios contra a sua fracassada tentativa de conspirar o *hall* dos imortais. No início do artigo lê-se:

Basta ser um bom escritor para ter poltrona na Academia Brasileira de Letras? Segundo afirmou o escritor Mário da Silva, deveria ser, mas não é assim que se passa na prática: “a casa de Machado de Assis tem seus macetes para aqueles que buscam o seu ilustre convívio.” (O Popular, 23 de março de 1980).

Citando o caso da entrada de Bernardo Élis:

O episódio da entrada de Bernardo Élis na ABL não deixou de ser inusitado, porque, através dele, viu-se que, enfim houve a predileção pela entrada de um escritor, ao invés de um político. Há quem diga que Bernardo Élis, foi beneficiado pela conjuntura política, pois o sistema não via com bons olhos o ressurgimento de Juscelino Kubitschek na vida pública. (idem).

Na data seguinte à eleição de Élis, o jornal *O Popular*, transcreve uma fala de JK à época da disputa com Élis:

“Goiás me deu um mandato de senador e tenho obrigações imensas para com esse estado, mas insisto em que não me cobram agora esse tipo de obrigação: renunciar em favor de Bernardo Élis”, foi o que o ex-presidente e construtor de Brasília declarou, em Goiás, quando aqui esteve para paraninfar, na cidade de Goiás, o casamento do suplente de senador do MDB Dario de Paiva (O POPULAR, 24 de março de 1975).

Como de praxe, às vésperas da eleição da ABL, Bernardo inicia uma série de contatos com escritores brasileiros. Trata-se de prática usual e comum entre os pretendentes à imortalidade. Reproduzimos cartas de Bernardo Élis para o escritor João Cabral de Melo Neto³⁸ e Austregésilo Augusto de Athayde³⁹:

³⁸Biografia:<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=674&sid=37>.

³⁹Biografia:<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=305&sid=17>.

BE0164

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1973.

Senhor João Cabral de Melo Neto,
meu caríssimo poeta:
saudações.

Embora bastante tardiamente, talvez por não confiar em mim mesmo, escrevo-lhe esta carta ~~com~~ que pretendo suprir a visita protocolar que, como candidato à Academia Brasileira de Letras, deveria fazer a você.

No ano passado, enviei-lhe alguns livros meus que não sei se chegou a receber. ~~Descupe-me~~: remeti-os no dia 25 de outubro de 1971, para o Paraguai. ~~Bram~~ dois livros de contos - Caminhos e Descaminhos e ~~Veranico~~ de Janeiro.

Como, entretanto, dizia de começo, sou candidato (um dos) à Academia Brasileira de Letras, um pouco (talvez 1/1.000) para fazer com que Goiás se apresente no panorama acadêmico e o restante para satisfação de minha sacrossanta vaidade. E, nessa qualidade de candidato dirijo-me ao ilustre poeta para solicitar seu voto, caso ainda não esteja comprometido, o que certamente é quase impossível. Mas como se deve sempre contar com os impossíveis...

De resto, faria novamente outras campanhas para ter o enorme ensejo de pelo menos assim tomar algum tempo do nosso ilustre cantor dos Severinos.

Com a maior cordialidade, despe-

de-se o admirador

Figura 7 Carta de Bernardo Élis para o escritor pernambucano João Cabral de Melo Neto. Como de praxe na Academia Brasileira de Letras o concorrente estabelece contato com os já "imortais". (Acervo CEDAE - IEL - UNICAMP).

Goiânia, 5 de setembro de 1971.

Senhor Austregésilo de Atahyde:

cordiais saudações.

Há coisa de mais demais, meu amigo Ursulino Leão, presidente da Academia Goiana de Letras e vice-governador de Goiás (apenas para ajudar o sr. na identificação) disse-me que havia recebido carta sua, na qual se referia à possibilidade de minha candidatura à Academia Brasileira de Letras. Depois, ele mostrou-me a carta tão honrosa.

A carta aturdiu-me um pouco demais.

É verdade que o senhor me dissera quando de minha inscrição em 1968 que o senhor mesmo me ajudaria a encontrar o momento indicado e a maneira adequada de encaminhar a minha inscrição a uma vaga dessa Casa; aconselhava-me, porém, a manter contato permanente com a Academia e seus membros. Voltando a Goiás, deixei que a timidez voltasse a dominar meu espírito: senti que pouco a pouco passava a aceitar a idéia de que, na verdade, faltavam-me as qualidades para conviver entre os componentes dessa ilustre Casa. Assim, retirando minha candidatura, conciliava-me comigo mesmo, embora meus co-estudanos nunca me perdoassem.

Essas considerações vieram ao meu espírito durante várias semanas depois que Ursulino me mostrou sua carta, e ao cabo, terminava formulando algumas perguntas. - Porque será que o presidente Austregésilo se lembrou de meu nome? Então não é uma petulância minha pretender um lugar na Academia? Será que o sr. presidente Austregésilo, que se apresentou tão digno na sua franqueza e simplicidade, não viu em mim um vaidoso que procura pôr a mão acima de seu alcance? As dúvidas e perguntas turbutavam meu entendimento sem me levar a outra conclusão que não a de que o assunto ACADEMIA estava encerrado e deveria assim permanecer, para meu sossego e minha calma.

Eis que se dá o VI Encontro de Escritores de Brasília e ali topo eu meu amigo Adonias Filho que, já no fim do Encontro, me fala também como o senhor voltara a falar na terrível carta (sim, terrível) a Ursulino Leão. Dada minha maior intimidade com Adonias, pergunto-lhe se achava êle em mim qualidades para pretender uma vaga da Academia e se eu não estaria fazendo papel de bôbo. Adonias então entusiasmou-me e procurou aproximar-me de outros acadêmicos, chegando até a falar livremente (em voz alta) dêsse meu segredo.

Isso, coo o quê dessacralizou o problema, e a partir daí criei alma nova, tão nova que depois de pensar algumas semanas, resolvi escrever-lhe esta carta, de coração aberto, com as seguintes finalidades:

a - quero agradecer-lhe a lembrança que teve de mim após tres anos,

durante os quais nenhum novo contato viemos a ter. Sem dúvida que essa lembrança avivou minha crença de que existem homens para quem uma palavra é uma dívida e não mera formalidade, como fôra sua sugestão de que aguardasse o momento oportuno.

b - quero que o senhor me oriente, como já o fizera daquela vez em que o consultei se deveria retirar minha candidatura. Naquela ocasião, dizia-me o senhor que deveria retirá-la, mas que permanecesse mantendo contato com a Academia e seus membros, frequentando-a e enviando minhas obras aos seus integrantes.

Se aceitei a primeira sugestão, a segunda não foi observada. E, sem receio de parecer choremíngas, quero dizer que não podia aceitar a sugestão de manter contato com os acadêmicos porque me restou uma vergonha de ter parecido ambicioso em demasia com minha inscrição. Desde então me era penoso novo contato.

Agora, entretanto, sua carta, as palavras de Adoniss e de meu amigo Buarque de Holanda (mestre Aurélio), as promessas veladas de Peregrino Jr., Jorge Amado, Odylis Costa filho, Mário Palmério e outros estão-me dando alma nova, alma nova que começou a respirar a partir daquela carta sua a que qualifiquei de terrível pelas esperanças e pela confiança que instilou em meu coração.

Ninguém mais do que eu sabe que ninguém pode levar ninguém à Academia; sei que isso depende de uma série de circunstâncias; é um jogo que comporta os riscos próprios de todos os jogos; mas sei que contar com sua experiência e, porque não dizer, poder é já ter mais de meio caminho andado. É um jogo que vale a pena jogar. Se meu nome for sufragado, que beleza! Se não for, tenho a consciência de que usei as armas de que dispunha, e que de tudo o que vai sobrar será a maior vitória: sobrará o conhecimento e a amizade com aqueles que, no consenso das gentes, são os melhores.

Disse-me Ursulino que talvez fôsse até aí para entender-se com o senhor sobre isso, mas como ôle anda muito atarefado no desempenho de suas funções, tomei a iniciativa desta carta, solicitando seus conselhos de que atos deverei praticar.

Espero que o senhor compreenda o meu empenho em querer ingressar na Academia, laurel para meu Estado e para mim próprio coroamento de uma atividade já de mais de trinta anos, em pleno sertão, principalmente.

Com os agradecimentos e com os pedidos de escusa, abraço-o afetuosamente o admirador

Bernardo Élis

Bernardo Élis

r.103, n. 268, Setor Sul
74.000 Goiânia - Go.

Nota: dis. p/ sobre a reunião. N/ permaneceu no Rio por alguns meses p/ conta de trabalho.

Figura 8 Carta de Bernardo Élis para Austregésilo Augusto de Athayde. (Acerco CEDAE - IEL - UNICAMP).

Pela leitura da carta de Bernardo Élis para o escritor Austregésilo Augusto de Athayde e João Cabral de Melo Neto verificamos a tentativa de mobilização do campo intelectual para a efetivação de sua candidatura e possível eleição a ABL. De acordo com Bourdieu (1996,p.263):

[...] cada tomada de posição (temática, estilística, etc) define-se (objetivamente e, por vezes, intencionalmente) com relação ao universo das tomadas de posição e com relação à problemática como espaço dos possíveis que aí se acham indicados ou sugeridos.

3.3- O intelectual de Goiás.

Como representante de Goiás, as década de 1970 até 1990 apresentaram em nossas pesquisas algumas circunstâncias que evidenciam claramente o processo de federalização de Bernardo Élis, enquanto escritor dos goianos para o Brasil. Tal processo de federalização do autor passa invariavelmente pelo papel da região e da identidade regional:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito das propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um monopólio e fazer ver e crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por ete meio, de fazer e desfazer os grupos. (BOURDIEU, 2010, p.113).

Em 1987, Bernardo Élis entraria novamente em outra disputa como representante de uma pretensa goianidade. No final da década e 1980, Goiás era governado por Henrique Santillo (1987 – 1990), vivendo-se então o início do processo de redemocratização do Brasil.

Desde 1963, uma parceria entre o jornal Folha de São Paulo e a União Brasileira dos Escritores (UBE), passaram a oferecer o prêmio Juca Pato para premiar a intelligentsia brasileira. Alceu Amoroso Lima(1964), Caio Prado Júnior(1966), Jorge Amado(1969) e a poetisa Cora Coralina (1983), já haviam sido agraciados com o prêmio assim como inúmeros outros. Cinquenta nomes ao todo foram aclamados como intelectuais do ano. Não entraremos no mérito da legitimidade de listas anuais e a justiça dos ganhadores e a injustiça (possível) dos derrotados.

Como citamos, em 1987, Bernardo Élis têm o nome indicado entre os concorrentes do prêmio Juca Pato, de intelectual do ano. Em carta endereçada para Brasigóis Felício, na época presidente da União Brasileira dos Escritores – seção Goiás, o então Secretário de Estado da Cultura do Governo de Goiás, Kleber Adorno, inicia campanha para o escritor da província:

Como das outras vezes, os escritores goianos vêm prestigiar o prêmio “Juca Pato”, participando da escolha de “ O Intelectual do Ano”. Entendemos que a partir do Congresso de Escritores de São Paulo, em 1945, no qual Goiás se fez representar justamente na pessoa do escritor Bernardo Élis, quando se criaram seções da União Brasileira de Escritores nos diversos Estados, nova era surgiu no Brasil, caracterizada pela descentralização, com a afirmação de outros polos de cultura além daqueles tradicionais configurados no Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo permanecendo no Estado natal o escritor pode realizar a sua obra e torna-la conhecida, desde que não se isole dos segmentos culturais do Brasil e do mundo. (ADORNO, 1987, s.p.).

A campanha do governo do Estado de Goiás, foi prontamente assumida pela UBE – seção Goiás, em resposta o então presidente da instituição, Brasigóis Felício:

No momento foi indicado, com o apoio dos escritores do Brasil inteiro, para disputar o concurso “O Intelectual do Ano, ao qual concorrem nomes famosos e respeitáveis. Vamos apoiar Bernardo Élis como mais uma afirmação no mundo cultural (FELÍCIO,1987,s.p.).

Mesmo com o apoio do Governo do Estado, o vitorioso foi outro escritor: Abguar Bastos. Escritor natural de Belém do Pará, era também parte integrante da esfera dos regionalistas:

Para melhor identificar os meandros percorridos por um autor como Abguar Bastos na formulação de uma dada representação regional, portanto, faz-se necessário não só tomar contato com seus escritos iniciais, como, por exemplo, o manifesto Flaminaçu, de 1927, e o seu romance de estréia Terra de icamiaba, de 1931, mas também reunir a essas produções o contexto de acirramento intelectual e político que permeou a criação de tais obras, seja no plano local, seja no nacional. Quando sua posição como um “autor regional” conhecido e reconhecido localmente consolidou-se e, nesse sentido, o seu “manifesto aos intelectuais paraenses” converteu-se em um ato de afirmação dessa liderança, a publicação do seu primeiro romance, Terra de icamiaba, destinava-se claramente a contrapor-se ao arranjo estético contido no recém-publicado Macunaíma, de Mário de Andrade, revelando, assim, as aproximações e as rupturas presentes tanto no modo de conceber a relação do regional com o nacional, como reforçar uma oposição entre um autor e outro no emaranhado de estratégias a dinamizar o campo literário naquele período. A posição de Abguar Bastos relativamente a outros “autores regionais”, dessa forma, também obedecia a uma estratégia de aproximação e afastamento com escritores considerados os líderes do modernismo paulista, Oswald de Andrade e Mário de Andrade. (PAIVA, 2008, p.178 e 179).

Desde então, com a derrota perante o prêmio “Juca Pato”, o governo do estado ainda realiza uma ação no intuito de projetar o escritor federalizado. Mediante patrocínio do governo do estado, é publicada em 1987 a coleção Alma de Goiás, composta por cinco volumes e publicada pela José Olympio Editora, do Rio de Janeiro. Em entrevista ao Jornal Opção, Élis responde ao ser indagado sobre os lucros da publicação:

Não recebi nada. Pelo contrário, gastei dinheiro. Para fazer aquela edição, tive que ir ao Rio umas cinco vezes, sempre às minhas custas. A edição ficou muito ruim, foi feita às pressas.(ÉLIS, 2001,s.p.)

De acordo com Bernardo Élis, a ideia de publicação da obra completa partiu do então governador Iris Rezende. Porém com a saída do então governador o projeto foi levado adiante na gestão do próximo governador Henrique Santillo (1987 – 1991):

Kleber Adorno prometeu publicar a obra. Assim que assumiu a Secretaria de Cultura, ele me ligou. Então, vi que ele estava determinado, que a publicação estava engatilhada e resolvi agilizar as coisas. A oportunidade é um cavalo arriado que só passa uma vez. Com isso não houve tempo de preparar uma boa edição. (ÉLIS,2001,s.p.).

Vale identificar que a preparação da edição foi um projeto misto entre o escritor e o governo estadual. Como afirmamos anteriormente a elaboração de um discurso regionalista e marcador de um *ethos* próprio, foi uma demonstração do poder simbólico exercido pelo governo de Goiás, no intuito de recriar a história, operando um retorno ao passado rural e sertanejo das obras de Élis, porém aliado ao caráter erudito do intelectual. Bernardo Élis seria a síntese do ser goiano: o universo dos ermos e gerais com a sagacidade do intelectual. Modernidade e conservadorismo, progresso e atraso se entrelaçariam na criação de um estado híbrido, de fronteira, assim como o legítimo representante da desejada goianidade. O intelectual de fronteira seria o responsável pela interiorização e posteriormente reprodução de um *habitus*:

o escritor regionalista e o intelectual local desempenham um papel determinante no trabalho simbólico de diferenciação do regional e na ruptura do isolamento – e do desconhecimento – que encapsula esses espaços periféricos. Por outro lado, como os processos de construção das identidades são dinâmicos, diferentes gerações de intelectuais regionais podem produzir diferentes discursos “retificadores” da imagem da região sobre uma matriz supostamente original, gerando várias camadas simbólicas, à maneira dos mitos.(SENA, 2010,s.p.).

Como já apresentamos em páginas anteriores, o deslocamento representado por Bernardo Élis realiza um caminho inverso ao da *Marcha para o Oeste*. Goiás, como região de sertão, buscou desde a década de 1940 sair do isolamento construído discursivamente e que havia sido internalizado pelos goianos e pelo aparato estatal. De acordo com Bertran (1994), o conceito de decadência correspondia um total de 157 anos. Tamanho hiato seria real ou força narrativa? De acordo com Manso Pereira (1995, p.57):

A intelectualidade goiana buscou a civilização, o Leste, pretendendo seu pertencimento ao mesmo tempo em que sua afirmação no Estado Nacional brasileiro. Com o Estado Novo, ocorreu a convergência desses ideais. O Brasil voltou-se para o interior e, através de um projeto nacionalista – a Marcha para o Oeste – iniciou um processo de integração de Goiás ao Brasil.

No decorrer do século XX o caminho para o Leste foi percorrido por inúmeros atores sociais de Goiás tendo Bernardo Élis como principal representante. Podemos citar: a poetisa Cora Coralina, o artista plástico Siron Franco e outros. Deveriam levar Goiás em suas obras, contudo com a premissa de quebrar paradigmas e estereótipos sobre o sertão. Porém as resistências frente à chamada produção regional ainda são presentes. De acordo com Britto (2009,) a situação da fortuna crítica de Cora Coralina, ainda encontra uma série de obstáculos por parte da teoria literária:

Gilberto Mendonça Teles [...] realiza uma ‘antipropaganda’ ao salientar a falta de consistência rítmica, poemas extensos e com raras tonalidades poéticas no legado da poetisa, os críticos de renome nacional ainda não reconheceram os escritos de Cora. (p. 342).

Interessante perceber que o preconceito com o traço regional na avaliação de Britto (2009) atinge autores do porte de Jorge Amado, também visto em muitos casos de forma dupla como escritor engajado no modelo comunista ou um apologista da Bahia.

As disputas em Goiás no campo literário evidenciam a inexistência de uma sociabilidade receptiva às novas produções. A entrada de um novato no campo literário é realizada a partir de combates entre as gerações e projetos estéticos e ou ideológicos:

O grupo literário “Os Quinze”, compostopor poetas que se identificavam com a Geração de 45, em seu manifesto datado de1957, tentava negar a existência de rivalidades e prepotências entre escritores dentro do movimento literário goiano. Havia uma luta entre velhos e novos autores: “Foi talvez uma luta íntima em que alguns teimavam em não se ver superados e outros trabalhavam por emparelhar-se com o escritor ‘consagrado da província’ [Bernardo Élis]. Foi talvez rivalidade. Mas foi luta.” (TELES In BRITTO, 2009, p.345).

Para Bourdieu (1996) aqueles que se aventuram no campo literário e intelectual, devem lutar contra posições sociais e economicamente constituídas: “no terreno da cultura a luta no interior do campo é integradora, tende a assegurar a permanência das regras do jogo e o princípio da mudança seria a busca do monopólio da distinção, da imposição da última diferença legítima”. (BRITTO, 2009, p. 348). No caso do campo literário em Goiás, a luta não foi apenas interna, mas antes de tudo um esforço renovado para projetar Goiás na “Marcha para o Leste” (MANSO PEREIRA, 1995).

Na visão da teórica literária Moema de Castro e Silva Olival (1998, p. 35) a obra literária de Élis: “carrea o perfil da terra e do povo goiano para fora de seus limites geográficos. Atravessa o Paranaíba, projeta o Estado na Academia Brasileira de Letras e faz-se respeitar não só no território nacional, quanto mesmo internacional”.

Esse deslocamento espacial por meio das letras realiza uma postura paralela às tropas e boiadas que atravessavam o sertão rumo ao litoral. O passado escuro da decadência seria então iluminado com a claridade das letras do escritor goiano. Quando da morte de Bernardo Élis, em cerimônia de homenagem na Academia Goiana de Letras, outro imortal da Academia Brasileira de Letras, Ledo Ivo reflete sobre a figura e a relevância da obra de Bernardo Élis:

Veio de longe e trouxe com ele as notícias e lembranças dos ermos e planuras de Goiás. Sabia contar histórias – histórias do Brasil profundo – e as contava com o calor e o fervor dos seus antepassados desbravadores, os Élis, os Curado e os Fleury, nas conversas terrestres ao pé – do – fogo nas noites frias do sertão. (1998, p.21).

O papel de Bernardo na Academia Brasileira de Letras é evidenciado pelas palavras de Ledo Ivo. Não apenas sua literatura interessava pela vivacidade realista, mas também pela sua conexão com o sertão e Goiás. O deslocamento para o leste foi realizado. Tropeiro de ideias, Bernardo Élis levava notícias, trágicas ou alegres, de um sertão ainda muito distante das mentalidades e da realidade do litoral. A sua literatura representava também uma comunidade e uma região: Goiás. Para Ursulino Leão (1998, p.31) “a eleição de Bernardo Élis para a Academia Brasileira de Letras trouxe a Goiás a glória que lhe faltava.” Até para os goianos a leitura de Élis é um esforço renovado de conexão com o passado e a tradição. Como dissemos anteriormente, suas obras permitem a criação de “locais de memória”. Um sertão que está em mudança e

o sertanejo de agora trocou o arreio, o pelego, o estribo, a espora, pela bicicleta, moto, camioneta, carro, apresentando ares de certa urbanidade. É a consciência globalizante que o envolve, mesmo ele não estando preparado para assumi-la. (JORGE, 2004, p.93).

No dia 24 de abril de 1972, o escritor goiano Colemar Natal e Silva realizou uma saudação de abertura para a palestra de Bernardo Élis em uma reunião das Academias de Letras do Brasil, incluindo a Brasileira. Importante perceber que a escolha de Bernardo se faz por motivos não apenas literários e acadêmicos, na medida em que atuou como professor em instituições como Universidade Federal de Goiás e Universidade Católica de Goiás, mas sobretudo por ser o autor regional de maior projeção de Goiás. A relação de cumplicidade, natural ou às vezes de maneira forçada, estabelecia-se novamente:

Aqui, no coração geográfico da nacionalidade, viestes sentir, de perto, as suas pulsações, não apenas, no ritmo acelerado de seu desenvolvimento material ou econômico, mas principal e essencialmente na expressão viva e seu progresso intelectual, dessa sua grandeza imaterial que se encontra na pujança de suas letras e de suas artes, nas características de sua civilização genuinamente brasileira, sem mescla. (AGL – BE).

A relação entre região e nação surge como elemento central na busca da identidade. A leitura de Colemar Natal e Silva tenta dissipar o passado e as analogias de um Goiás perdido entre a poeira do sertão. Ganhava espaço o progresso material ou econômico e também na figura máxima de Bernardo Élis a redenção do progresso imaterial. O texto evidencia que Goiás já seria moderno. (SANDES, 2002).

A luta com o tempo passado e as projeções de um futuro (imaginado) no presente, marcam a virada da identidade goiana no século XX. A aceitação do passado rural não seria a aceitação da decadência, mas antes de tudo uma preparação para o futuro, um ponto de partida para o progresso. Goiás sairia de forma súbita da decadência para o caminho do progresso e da modernidade (SANDES, 2002).

No dia 8 de junho de 1997 Bernardo Élis deu aquela que seria sua última entrevista, para o jornal *O Popular*. O ressentimento, mágoas e uma alta dose de melancolia mostram um escritor no final de sua vida, porém com o esforço de evidenciar a cultura de Goiás. Nas palavras de Bernardo Élis: “Eu me sinto excluído também, porque todo interior do Brasil, fora do Rio de Janeiro e São Paulo, é excluído do mercado”(O POPULAR, 8/6/1997). O autor dos excluídos, dos sertanejos, caipiras e outros párias incorpora e personifica a solidão e o esquecimento de seus personagens.

Ainda em entrevista para o jornal *O Popular* (8/6/1997) Bernardo Élis percebe de maneira pessimista que a Academia Brasileira de Letras não “promove nem demove” um escritor, mas percebe que sua entrada foi uma luz sobre a produção cultural de Goiás:

No caso de Goiás, eu achava um absurdo nunca ter tido ninguém. Eu sou o único. E Goiás tem uma cultura importante, uma das mais antigas e consolidadas e não podia ficar de fora. Mas Goiás não tinha pertencido à Academia antes porque, como me diziam lá, os goianos não haviam disputado. Faltava coragem. Então eu resolvi disputar e ganhei. (O POPULAR, 8/6/1997).

Ao se firmar como único representante dos goianos na Academia Brasileira de Letras, Bernardo Élis assumia direta e indiretamente a condição de porta voz cultural dos goianos, mesmo que os representados não reconhecessem tal empreitada.

Na esteira da modernização do sertão Bernardo Élis identifica claramente as mudanças nas estruturas produtivas e a modernidade das áreas rurais. Contudo, de maneira lúcida, percebe que as desigualdades sociais, o analfabetismo, a miséria, o latifúndio e outros elementos, ainda criam um cenário de tensão e exclusão social.

Movido pela entrevista de Bernardo veiculada pelo *O Popular*, o então Senador de Goiás, Mauro Miranda, realizou um pronunciamento na bancada do Congresso Nacional:

“A causa que me traz a essa tribuna é modesta. Ela tem o sentido de homenagem ao nome ilustre que mais contribuiu para enriquecer a presença de Goiás na História da literatura brasileira, ao lado de saudosos expoentes como Carmo Bernardes e Cora Coralina”. (MIRANDA, 1997, p.1).

O senador goiano retrata a situação de descaso do escritor Bernardo Élis frente ao universo literário e cultural brasileiro:

Apesar de todo reconhecimento de seu patrimônio literário, Bernardo Élis não deixa de ver-se como um intelectual de província, ou tratado como tal, na repercussão de sua obra. Vive de modesta aposentadoria de três salários mínimos, fala da vida espartana dividida com a mulher querida, e não esconde alguns queixumes sobre os limites expostos aos escritores que permaneceram longe dos grandes centros. (MIRANDA, 1997, p.1).

O esquecimento estaria operando não apenas sobre o escritor, mas também sobre a sua representatividade de autor goiano. A decadência ganhava a roupagem do imaterial e do simbólico. A representação da melancolia de Élis seria uma crise da “goianidade”. De acordo com Chartier (2011, p.27):

As representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm a energia própria que persuade os leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram.

Na luta contra o esquecimento (RICOEUR, 2010), o Senador Mauro Miranda projeta a literatura de Bernardo Élis ao conjunto de autores como José Lins do Rego, Gilberto Freyre e Guimarães Rosa:

Com ele, nos seus 81 anos, está chegando ao fim a rica escola dos sociólogos sem diploma que fizeram clássicos sobre a alma do povo, sobre a opressão, sobre as desigualdades gritantes na convivência entre o capital e o trabalho. Acredito que ainda haja espaços para resgatar a verdadeira dimensão do nome de Bernardo Élis como exemplo de vida, de trabalho, de luta pela causa dos oprimidos. (MIRANDA, 1997,p.2).

O apelo do parlamentar goiano foi dirigido em particular ao Ministro da Cultura, Francisco Weffort, na tentativa de se obter alguma homenagem ao trabalho e a contribuição literária de Élis como “sociólogo sem diploma” do sertão goiano.

O temor de ser esquecido é uma das características humanas que a modernidade potencializou pela aceleração do tempo (NORA, 1993). A necessidade de memória é uma busca não apenas teleológica pelo passado, mas antes de tudo uma necessidade de construção da identidade (ROSSI, 2007). Lançar Élis no esquecimento seria operar uma ruptura ou trauma na identidade goiana.

Porém importante perceber que a “federalização do autor” não foi completa. O passo inicial da homologação foi dado, porém gradativamente percebemos que os esforços e naturalmente a vontade política e social de perceber em Élis um retrato da cultura goiana foi sendo perdido. O acervo de Bernardo Élis, foi vendido para a Universidade de Campinas (UNICAMP) depois de inúmeras tentativas do autor de deixar seus livros e memórias para as instituições goianas. Perguntado sobre um possível arrependimento da negociação com a universidade paulista, Élis responde:

De maneira nenhuma. Só quem estava lucrando com meu acervo eram as baratas e os ratos. Só eles. Estavam comendo tudo. Eu tinha um certo orgulho, afinal era parte da minha vida. Aquele arquivo é uma parte da minha pessoa. São mais de mil trabalhos reunidos, referências feitas a mim, ao Estado. Eu acho que lá está mais cuidado. Eles estão catalogando, restaurando e divulgando. Eu ainda não entreguei tudo. Mas pretendo entregar logo. Eu gosto muito dos goianos. Eu devo muito coisa ao povo goiano. Se eu fiz alguma coisa foi com a maior alegria em benefício do povo. (O POPULAR, 8/6/1997).

Vale ressaltar que em Goiás a autonomia do campo intelectual e artístico não foi realizada em relação ao campo político e econômico. Usando expressão de Bourdieu (2011) um mercado de “bens simbólicos” não foi consolidado de maneira plena em Goiás. Editais de financiamento estatal ainda são os principais meios de movimentação do campo intelectual e artístico em Goiás.

Bernardo Élis é um exemplo evidente da condição de “dominado” na classe “dominante” (BOURDIEU, 2011). A suposta autonomia é irreal e deve-se perceber uma relação interna de poderes que atuam no sentido de criar um espaço gravitacional da arte e da cultura em geral sobre os alicerces da economia e da política. A “federalização” de Élis aconteceu como um mecanismo de uso e abuso do poder estatal. Um mero bibelô na tentativa de edificação da identidade goiana. Um uso operado de forma temporária e meramente circunstancial. A inexistência de políticas culturais efetivas e sucessivas, não apenas

eleitoreiras ou presas aos mandatos, impede a consolidação de um campo intelectual e artístico em Goiás.

Numa reflexão sobre a Comissão Goiana de Folclore, Talarico(2009), evidencia que a literatura regionalista de Bernardo Élis, Carmos Bernardes e Pedro Gomes, funcionaram no sentido de se criar uma efetivação entre a cultura goiana e o campo. Na década de 1960 com a criação da Universidade Federal de Goiás, foi criado o Centro de Estudos Brasileiros (CEB) no dia 15 de fevereiro de 1961, e dentro de seus objetivos esteve a montagem do Departamento de Estudos Goianos, com o desejo de realizar uma série de estudos nas áreas de geografia, história, sociologia, teoria literária e outras, tendo como norte a realidade goiana. O CEB foi rapidamente dissolvido com o Golpe Militar de 1964, auxiliando na perda do compasso na formação de uma série de tentativas de compreensão sobre a situação de Goiás frente o cenário nacional. Nesse sentido, a memória funciona como elemento de coesão e de organização de uma sociedade (POLLAK, 1989).

Na medida em que o processo de globalização amplia de forma ascendente os mecanismos de funcionamento da indústria de bens culturais, a identidade da região é colocada na posição de crise frente às suas identidades originais. Não acreditamos no conceito de pureza cultural, mas apenas verificamos que os caminhos para a transculturação estão francamente mais abertos (WOODWARD, 2000). Assim a reprodução simbólica de Bernardo Élis e de inúmeros outros escritores regionalistas caem nas teias do esquecimento.

Tendo como chamada *Goiás perde o escritor Bernardo Élis*, a edição de segunda – feira do jornal *O Popular* (1/12/1997), anunciava a morte do escritor Bernardo Élis. A menção de que “Goiás” perdia Bernardo Élis evidencia uma tentativa de reaproximação com o escritor e não apenas uma demonstração de tristeza. Reaproximação simbólica, memorialística e histórica com o principal interlocutor do estado no cenário literário nacional. Vários nomes da cena intelectual goiana se manifestaram:

Perdemos a maior expressão de nossas letras. Lamento que o corpo seja trasladado para o Rio de Janeiro. Bernardo Élis jamais será esquecido. (Maria do Rosário, presidente da AGL).

Com a morte de Bernardo Élis, Goiás não perde só um capítulo da história, mas um livro completo. Ele ensinou toda uma geração a ler, escrever e meditar sobre Literatura. (José Mendonça Teles, escritor).

Foi o escritor que projetou Goiás, com vários contos traduzidos em várias línguas. Essa é uma perda irreparável. (Moema de Castro e Silva, crítica literária e escritora). (O POPULAR, 1/12/1997).

O pesar sobre a morte de Bernardo Élis é uma evidencia da sua relevância no cenário cultural de Goiás. A possibilidade de crise da identidade aparece com a morte do autor, porém

os registros escritos permitiram uma fixação dos “traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer”. (CHARTIER, 2006, p.9)

Nove anos após a morte de Élis o jornal *Diário da Manhã* (30/4/2006), publicava reportagem em que a viúva do escritor, Maria Carmelita Fleury Curado, reclamava por ajuda financeira para a manutenção da *Associação Bernardo Élis dos Povos do Cerrado*. Citando as verbas destinadas pelo governo estadual, Maria Carmelita diz : “o governo estadual, há poucos meses, distribuiu verba para ajudar todas as entidades culturais e nós não fomos sequer lembrados”. (DM, 30/4/2006). A associação funcionava em uma parte da casa da viúva, no setor Jardim América, Goiânia. Nas palavras da mulher de Bernardo Élis, o escritor “sempre falava que não saía de Goiás, para tentar ajudar a divulgar o nome do Estado”. (DM, 30/4/2006). A função do projeto não é apenas preservar a memória do autor, mas também de evidenciar sua relação com a terra e o povo do cerrado goiano. “Bernardo dizia que tinha medo de os goianos não cuidarem bem de seus guardados”(ibidem), evidencia que a venda do acervo para a UNICAMP foi uma tática de Élis para buscar a manutenção de sua obra no campo intelectual brasileiro, na medida em que Goiás gradativamente o abandonava seu escritor. Falta ainda em Goiás um processo de “federalização” permanente da obra de Élis, para que seu acervo imaterial não seja corroído pelas traças e ratos do esquecimento. Se de fato “a vida são as sobras”, o corpo de Élis está no Rio de Janeiro, o acervo em São Paulo e onde estaria a memória pelo escritor goiano?

Considerações Finais

O sertão goiano é um espaço de labirinto. As representações sobre o território interior do Brasil foram e continuam a ser marcadas pelo estigma do atraso e da decadência. Não haveria portanto espaço para a consolidação de uma forte cultura letrada. Contudo a ação de Bernardo Élis, assim como poucos outros, possibilitaram uma reinvenção do sertão. O olhar foi projetado de forma inversa: de dentro para fora, isto é, do sertão para o litoral. Reinvenção no sentido do discurso. As visões de alteridade agora teriam como paralelo a criação de um discurso também intelectualizado, porém de um autor goiano.

Na posição de intelectual de fronteira, ao estabelecer um processo de capilaridade do sertão, não apenas pelos passos das tropas e boiadas, Bernardo Élis tornou-se o exemplo mais claro do intelectual em trânsito. Os ermos goianos se aproximaram do litoral. O berrante e também os contos de Élis ressoaram no campo intelectual goiano e nacional. Um escritor com a marca da *goianidade* com o univeralismo dos grandes literatos.

Estruturar um campo intelectual e literário (BOURDIEU, 2011) em Goiás no século XX é antes de tudo uma tentativa de entender laços de trocas entre a região e a nação. A questão ainda se faz candente. As trilhas na busca pela identidade nacional foram ampliadas, gerando não orientação, mas sim o caminho inverso. O ser brasileiro ainda se faz de maneira incompleta. Uma realidade ampla do ponto de vista étnico e cultural (RIBEIRO, 2013) dificulta a consolidação das identidades.

O caminho que havia sido inaugurado no século XIX tendo como centro o Império (1822 – 1889) e seus braços como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o movimento Romântico colocaram o problema e tentaram criar uma solução. Contudo a não efetivação de todas as regiões no projeto nacional era evidente.

O caso de Goiás é emblemático. Vivendo nas sombras de um passado aurífero, os discursos no século XIX eram eivados de saudosismo de um passado que não foi. Um passado que desejavam que fosse também futuro: a glória do ouro deveria ser a metáfora da modernização no futuro. De acordo com Sandes (2002) a postura do padre Silva e Souza no século XIX era um esforço de ver uma redenção na imaginação e naturalmente no futuro: “imaginou o sertão integrado à nova nacionalidade que se formava [...]” (idem, p.20).

Os retratos de anos de descaso e decadência seriam táticas operadas no sentido de tornar presente a ação laboriosa do Estado (SANDES, 2002):

Falta um poderoso braço que tire o povo da apatia em que se encontra: falta restabelecer e restaurar a boa fé nos comerciantes; falta obrigar os homens aos trabalhos da agricultura; falta compeli-los a empregarem-se na navegação; falta dar nova vida às construções de grandes barcas chatas mui diferentes, e com aparelhos diversos daqueles de que usavam nas passagens perigosos dos rios; falta conservar e desobstruir estradas e abrir outras mais diretas [...] (MATTOS In Sandes, 2002, p.22).

A redenção viria com o braço forte do Império. Contudo ao fim do período imperial e o advento da ordem republicana o cenário não sofreu grandes modificações. Porém lentamente Goiás buscava em um esforço mais regional do que nacional, sair do esquecimento. Nas palavras de Félix de Bulhões, nas ações de Leopoldo de Bulhões e em particular na produção da revista *A Informação goyana*, que teve longa circulação entre 1917 e 1935, Goiás tentava sair do ostracismo: “Se a revista *Informação goyana* reteve os elementos de ordenação que orientavam o futuro da região, restava ainda refazer os vínculos com o passado.” (SANDES, 2002,p.23).

Nesse sentido, a obra de Bernardo Élis e principalmente o seu campo intelectual e literário, realizaram processo semelhante ao da historiografia goiana da segunda metade do século XX: repensar Goiás para que a inclusão da região fosse realizada.

Tal processo deu-se pela aliança com as estruturas do estado. Desde a fundação da revista *Oeste* (década de 1940), passando pela gestão de Mauro Borges e chegando até a década de 1990, os esforços na tentativa de modernização de Goiás, tiveram a presença constante de Bernardo Élis.

Acreditamos que a literatura regionalista e modernista do autor goiano exerceu papel semelhante aos dos intérpretes do Brasil como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e a seara dos modernistas. O canto do pássaro do sertão era até então apenas ouvido, mas a ave continuava nos ermos e gerais. Bernardo Élis abriu as porteiras desse sertão. Operou um deslocamento contrário da tentativa de integração do Brasil do leste para o oeste. Não foi o apito do trem (CHAUL, 2010) que trouxe a modernidade. O trem vem do leste. Bernardo Élis vem do oeste. A partir da obra do escritor buscou-se inventar uma tradição em Goiás (HOBBSAWM, 2008). Assumia-se o que fora antes negado: o sertão. A integração de Goiás ao Brasil pela Marcha para o Oeste, não foi efetivada. Faltava aos goianos o auto – reconhecimento e a aceitação do “ser goiano”.

O escritor “federalizado” era o totem de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2011). A falta de autonomia dos atores do campo intelectual em Goiás evidencia tal pressuposto. Espaços de ação só eram viabilizados pelo braço do estado. Aparentemente a

lógica de Cunha Mattos no século XIX se materializava. A modernidade viria de forma burocratizada e institucionalizada.

O “escritor dos goianos” foi além da mera reprodução do sertão. Sua capacidade, assim como Guimarães Rosa, de universalizar pelo discurso e densidade as realidades do sertão, mostrou para a nação e também para a região o que era Goiás:

Naquelas dez horas da manhã de dezembro, Manezinho campeava uma novilha barrosa pelos cerrados circunvizinhos da cidade de Pau – Terra. Tanto o cerrado como a novilha pertenciam ao coronel Fulgêncio, de quem Manezinho era camarada. No calor sufocante, o sol tinha de quente, com nuvens imensas, parecendo pedreiras gigantescas, erguendo-se para os lados do norte, a indicar chuvarada grossa. (ÉLIS, 1987,p.4).

Para muitos goianos a realidade do sertão é fruto de um passado distante, arcaico e atrasado. A urbanização do estado de Goiás ressignificou a fazenda e a lida com o gado. O *agrobusiness* demanda um processo de urbanização dos espaços de produção rural. O retorno institucionalizado de Bernardo Élis, como escritor dos goianos foi uma tentativa de restabelecer laços com o passado. Tratou –se antes de tudo de uma tentativa de pacificação com um universo que aparentemente ia sendo desfeito e com ele uma identidade e uma tradição específica. A *goianidade* é uma condição de fronteira: ter os pés na modernidade e a tentativa de conexão com uma memória que vai sendo gradativamente jogada no esquecimento.

FONTES

ARQUIVOS CONSULTADOS

- A) Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE) – Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP. Acervo Bernardo Élis. (rua Sérgio Buarque de Holanda, nº 571 - Campinas - SP – Brasil).
- B) Museu da Imagem e do Som – Secretaria de Cultura do estado de Goiás. (Centro Cultural Marieta Telles Machado, Praça Cívica, nº 2, Centro). Goiânia, Goiás.
- C) Arquivo Histórico Estadual – Secretaria de Cultura do estado de Goiás. (Centro Cultural Marieta Telles Machado, Praça Cívica, nº. 2, Centro). Goiânia, Goiás.
- D) Academia Goiana de Letras. (rua 20, nº 175, Setor Central). Goiânia, Goiás.
- E) Associação Cultural Bernardo Élis dos Povos do Cerrado. (rua c- 237, nº 189, Jardim América). Goiânia, Goiás.

IMPrensa

A COLLIGAÇÃO, GOYAZ, 25 ago. 1934.

A COLLIGAÇÃO, GOYAZ, 13 jan. 1935.

A COLLIGAÇÃO, GOYAZ, 8 dez. 1935.

A COLLIGAÇÃO, GOYAZ, 19 DEZ. 1935.

CINCO DE MARÇO, Goiânia, 2 a 8 set. 1974.

Correio das Artes, João Pessoa, 24 de jun. 1979.

Diário da Manhã, 24 set. 1991.

Diário da Manhã, Goiânia, 25 fev. 1994.

Diário da Manhã, Goiânia, 30 de abr. 2006.

Jornal de Brasília, Brasília, 27 de mai. 1977.

Jornal Letras, Brasília, set. 1981.

Jornal Letras de Goiás, set. 1962.

Jornal de Notícias, Goiânia, 30 nov. 1956.

Jornal Oió, Goiânia. 1957 – 1958.

Jornal Opção, Goiânia, jan. 1995.

Jornal Opção, Goiânia, mai.2001.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 23 jun.1998.

O Popular, Goiânia, 24 de out.1975.

O Popular, Goiânia, 23 de mar. 1980.

- O Popular, Goiânia, 8 de jun. 1997.
- O Popular, Goiânia, 1 de dez. 1997.
- O Popular, Goiânia, 2 dez. 1997.
- Revista da Academia Goiana de Letras, dez. 1994.
- Revista da Academia Goiana de Letras, jul.1998.
- Revista da Academia Goiana de Letras, dez. 2004.
- Revista Oeste, Goiânia, 5 jul. 1942.
- Revista Opção, Goiânia, jul.1996.
- Suplemento Literário, Belo Horizonte, 25 jan. 1992.
- Última Hora, Rio de Janeiro, 2 abr. 1966.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Editora da UnB, 1963.

ABREU et alii (coord.). *Dicionário histórico – biográfico brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV,2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras* (Campo Grande), v. 10/17, p. 55-67, 2008.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. *A (re)descoberta do sertão*. *Revista da Universidade Católica de Goiás*, Goiânia, v.27, n.2, p.241 – 270, abr/jun.2000.

ALENCASTRO. Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.15, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2009.

ARRAIS, Cristino Pereira Alencar. *Cidade e identidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito do momento de fronteira*. 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

_____. *Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás*. Goiânia: editora UFG, 2013.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: editora da Universidade Sagrado Coração, 2000.

BARBOSA, Monnerat Júlia. *Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. (Tese de doutorado), Rio de Janeiro: UFF, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem do Planalto Central: eco – história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BOLLE, Willi. *grandesertão.com*. São Paulo: Editora 34, 2004.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960*. Goiânia: Editora UFG, 2000.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRITTO, Clóvis Carvalho. “Dar que falar às bocas de Goiás”: estratégias e repercussões do projeto criado de Cora Coralina no campo literário brasileiro. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n.27, p.339-357, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. *A Revolução de 1930 e a cultura*. São Paulo: *Novos Estudos/Cebrap*, v. 2, 4, p. 27-36, abril 84.

_____. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História da Literatura*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2002.

CASTRO SILVA OLIVAL, Moema de. *O espaço da crítica*. Goiânia: Editora UFG, 1998.

_____. *O espaço da crítica III*. Goiânia: Editora UFG, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *A História contada: capítulos de História Social e da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHAUL, Nasr. *Caminhos de Goiás: da construção de Goiânia aos limites da modernidade*. Goiânia: editora UFG, 1997.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UNB, 1994.

_____. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Edu Lobo e Carlos Lyra: o nacional e o popular na canção de protesto: os anos 60*. *Revista Brasileira de História*, v.18, n.35, 1998.

DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização em 1946 ao golpe civil – militar de 1964*. 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DIAS, Renato da Silva. *História, cultura e sertão*. In: BARBOSA, Carla Cristina (org.). *Sertão: identidade e religiosidade*. Montes Claros: UNIMONTES, 2009.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: editora da UNESP, 1999.

_____. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: editora da USP, 2009.

DUBY, Georges. *A História continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma História dos Costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

ÉLIS, Bernardo. *Alma de Goiás*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

FARIA, Zênia de. *Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Élis*. In: *1º seminário de literatura goiana*. Goiânia: UFG, 1985.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1978.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização em 1946 ao golpe civil – militar de 1964*. 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Editora Cãnone, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2009.

GLEDSON, John. “A História do Brasil em *Papéis Avulsos* de Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *A História contada: capítulos de História Social e da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade* [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>. Acesso em: 22 de novembro de 2013.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IGLÉSIAS, Francisco. *História e Literatura: ensaios para uma historia das ideias no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

IVO, Ledo. A ABL é a sua morada. In: *Revista da Academia Goiana de Letras*. Nº 21. Goiânia: UFG, 1998.

JAMESON, Frederic. O romance histórico ainda é possível? Tradução de Hugo Mader. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n. 77, mar. 2007.

JORGE, Miguel. Bernardo Élis: 60 anos de ermos e gerais. In *Revista da Academia Goiana de Letras*. Nº 28. Goiânia: Kelps, 2004.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

J AUS, Hans Robert. *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária*. São Paulo: Ática, 1994.

J UDT, Tony. *Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

L ENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: editora da UNICAMP, 1986.

L EVI, Giovani. “Usos da biografia”. In: A MADO, Janaína e F ERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

L EVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: R ÉMOND, René (org.). *Por uma História política*. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

L IMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revam, 1999.

O LIVEIRA, Lúcia Lippi. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), pp. 195-215, Julho 1998.

O LIV AL, Moema de Castro e Silva. *GEN: um sopro de renovação em Goiás*. Goiânia: Kelps, 2000.

_____. Bernardo Élis: o silêncio ruidoso de um grande escritor. In. *Revista da Academia Goiana de Letras*. Nº 28. Goiânia, 1998.

_____. *GEN: um sopro de renovação em Goiás*. 2º volume. Goiânia: Kelps, 2009.

K OSELLECK, Reinhard. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC/RJ, 2006.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

MANHHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968.

MANSO PEREIRA, Eliane Martins Camargo. A construção de nação e região em Goiás, 1830 – 1945. In: *Ciências Humanas em Revista*. Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras. V.6. n.2 – jul./dez., 1995.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MELLO E SOUZA, Laura. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

MOLES, Abraham A. *As ciências do impreciso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MOLLO, Lúcia Torminn. *Bazar Oió: a ditadura contra a livraria*. Goiânia: Editora UCG, 2009.

Moraes, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1978.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós – Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n.10, 1993.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *O papel político – educativo de A informação Goyana na construção da identidade nacional*. Goiânia: UFG, 2003.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Um outro herói modernista. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2. pp. 175 – 196.

PALACIN, Luiz. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: editora UFG, 1986.

PALACIN, Luiz e MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. “Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?” In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *A História contada: capítulos de História Social e da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. *O Estado novo e a Marcha para o Oeste*. *História Revista*, Goiânia, 2(1): 113 – 129, jan/jun., 1997.

PRIORE, Mary Del. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.10, n.19, p.11, 2009.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/FAPERJ, 1989. pp. 3 – 15.

ROCHA, João Cezar de Castro (org). *A força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argos, 2011.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória e o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Gilberto Freyre e a valorização da província*. In: Soc. estado. vol.26 no.1 Brasília Jan./Apr. 2011.

VINCENT, Gérard: “Uma História do segredo?” In: PROST, Antoine e VINCENT, Gérard. *História da vida privada*, vol 5. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

QUARTIM DE MORAES, J e AARÃO REIS, D. (Org.) *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Goiânia: Editora UFG/ Fundação Pedro Ludovico Teixeira, 1997.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História política*. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENAULT, Emmanuel. “Crítica da ideologia e abandona da filosofia”. In DUMÉNIL, Gérard; LÖWY, Michael e RENAULT, Emmanuel. *Ler Marx*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 177 – 205.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. São Paulo: editora Papirus, 2002.

ROSA, Maria Luiza Araújo. *Dos Bulhões aos Caiado*. Goiânia: Ed. UCG, 1984

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”. In: SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____ *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora UNB, 2010.

_____. *História viva*. Brasília: Editora UNB, 2010.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANDES, Noé Freire. *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2002.

_____. *O jornalista Costa Rego e o tempo revolucionário (1930)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.28, p. 41 – 61, 2008.

_____. *O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930)*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.23, nº 43, p. 125 – 140, janeiro – junho de 2009.

_____. *A invenção da Nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: editora da UFG, 2011.

_____. *O tempo revolucionário e outros tempos*. Goiânia: Editora UFG, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SENA, Custódia Selma. Regionalismos e sociabilidades. In: *O Olho da História*, n. 14, Salvador (BA), junho de 2010.

_____. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: UFG, 2013.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy. *TEXTOS DE HISTÓRIA*, Brasília, v. 13, n. 1/2, 2005.

_____. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: editora UFG, 2010.

SILVA, Maria Beatriz. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SIRINELLI, Jean – François. “os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A verdade sobre a revolução de outubro (1930)*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1983.

STRADA, Vittorio. “Do ‘realismo socialista’ ao zhdanovismo”, In: HOBBSBWM, Eric. *História do marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TALARICO, Guilherme. *De peneira e Batêia: a Comissão Goiana de Folclore (1948 – 1978)*. Goiânia: Editora UCG, 2009.

TELES, Gilberto Mendonça. *O conto Brasileiro em Goiás*. Goiânia: Editora UCG, 2007.

_____ Entrevista. In: *Revista UFG*, Goiânia, ano XI, nº 6, 2009.

VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica. *Descobertas do Brasil*. Brasília: editora UNB, 2001.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UNB, 2008.

VICENTINI, Albertina. *O sertão e a literatura*. *Sociedade e cultura*, 1(1): 41-54, 1998.

_____. *A narrativa de Hugo de Carvalho Ramos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto integralista: o conflito de memórias (1938-1962)*. Goiânia: editora IFITEG, 2013.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira em Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WHITE, Hayden. *Meta – História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

WINOCK, Michael. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma questão teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 7 – 71.